

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

CASSIANE DA CONCEIÇÃO RAMOS MARCHIORI

**Representações de Ernesto Geisel em obras Historiográficas,  
Biográficas e Didáticas.**

**VITÓRIA  
2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
MESTRADO EM HISTÓRIA SOCIAL DAS RELAÇÕES POLÍTICAS

Cassiane da Conceição Ramos Marchiori

**Representações de Ernesto Geisel em obras Historiográficas,  
Biográficas e Didáticas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História na linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Cleonara Maria Schwartz.

**VITÓRIA  
2013**

# **CASSIANE DA CONCEIÇÃO RAMOS MARCHIORI**

## **Representações de Ernesto Geisel em obras Historiográficas, Biográficas e Didáticas.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História na linha de pesquisa Estado e Políticas Públicas.

**Aprovada em 22 de Maio de 2013.**

### **BANCA EXAMINADORA**

---

**Prf<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Cleonara Maria Schwartz – Orientadora**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Juçara Luzia Leite**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

---

**Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>o</sup>. Sebastião Pimentel Franco**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tânia Delboni**  
**Universidade Vila Velha**

**Vitória**  
**2013**

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

M317r Marchiori, Cassiane da Conceição Ramos, 1981-  
Representações de Ernesto Geisel em obras  
historiográficas, biográficas e didáticas / Cassiane da Conceição  
Ramos Marchiori. – 2013.  
148 f. : il.

Orientadora: Cleonara Maria Schwartz.  
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal  
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Brasil. Presidente (1974-1979 : Geisel). 2.  
Representações sociais. 3. Livros didáticos. I. Schwartz,  
Cleonara Maria. II. Universidade Federal do Espírito Santo.  
Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

---

Aos meus pais, Antonio Ozório Marchiori e Maria Luiza Ramos Marchiori pelo suporte educacional e moral que me ofereceram ao longo de minha vida.

Ao meu marido pela compreensão e paciência, mas, sobretudo pelo companheirismo demonstrado ao longo de todo o caminho até aqui percorrido.

## **AGRADECIMENTOS**

Com certeza a Deus que me alçou até aqui.

À minha orientadora Cleonara Maria Schwartz, pela paciência e dedicação para a concretização deste trabalho, também pela compreensão e dedicação a mim, como aluna, obrigada.

Minhas irmãs, pois não posso esquecê-las pelas diversas formas de apoio que me concederam.

Não poderia esquecer de esboçar minha gratidão aos professores e técnicos, em especial a secretária Ivana, que compõem o Programa de Pós-Graduação em História.

Também muito agradeço aos professores que compuseram a banca de defesa de minha dissertação, obrigada pelo tempo cedido e sugestões para melhoria de meu trabalho.

A FAPES, pela ajuda financeira que permitiu dedicar-me exclusivamente ao curso de Mestrado.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a conclusão deste trabalho.

“a duração da vida humana não é talvez tão evidente quanto parece e nem sempre coincide com a escansão nascimento e morte biológica... Sem dúvida, as possibilidades mentais (inclusive aquelas que concernem ao tempo e ao espaço) são bem mais vastas e profundas do que os fatos venerados pelos biógrafos: “Uma biografia é vista como completa quando dá conta simplesmente de cinco ou seis eus, quando um ser humano pode ter milhares deles”...

(WOOLF, *in* Loriga, 2011, p. 31).

## RESUMO

### **Representações de Ernesto Geisel em obras Historiográficas, Biográficas e Didáticas.**

Objetivo, analisar representações de Ernesto Geisel “dadas a ler” em obras historiográficas, biográficas e Livros Didáticos de História indicados pelo Guia do Livro Didático nos anos de 2008, 2011 e 2012. Busca-se também compreender as implicações dessas representações para a apropriação do personagem histórico. A fundamentação teórica tem por base princípios da História Cultural, atendo mais precisamente aos conceitos de “representação”, “apropriação” e “práticas” apresentados por Roger Chartier, em especial na obra *História Cultural: entre práticas e representações* (2002). Notamos que autores de Livros Didáticos de História dedicaram-se basicamente em descrever Ernesto Geisel como o presidente da distensão política ocorrida anos após o término de seu mandato presidencial. Nossa hipótese nos levava a crer que representações de Ernesto Geisel trazidas por obras biográficas e inseridas em Livros Didáticos de História contribuiria para o enriquecimento de conteúdo e da perspectiva “humana” da História, que comprovamos ser aspecto escasso nos Livros Didáticos analisados. Articulações/veiculações de representações de Ernesto Geisel em obras destinadas a diferentes públicos (historiográfica, biográfica e didática) possibilitam a fluidez da Ciência História no cotidiano do educando, podendo tornar a mesma mais compreensível e concreta (palpável). Também é importante analisar se representações de Ernesto Geisel que circulam em Livros Didáticos de História coincidem com representações expostas em obras biográficas e historiográficas para que se tenha, cada vez mais, diversificados temas para discussões que proporcionam o desenvolvimento intelectual e de cidadania no indivíduo que se sente inserido, realmente, na História. Identificou-se que existem representações de Ernesto Geisel em obras biográficas e historiográficas que comungam entre si, porém, isso não ocorre quando inserimos os Livros Didáticos de História em tal comparação, pois os mesmos não nos trás representações claras de Ernesto Geisel enquanto indivíduo encarnado em seu contexto histórico, prejudicando a sensibilidade do educando quanto ao fato dele mesmo fazer parte da História da humanidade. Também foi percebido que as obras didáticas aqui analisadas são redundantes quanto aos fatos expostos por tratarem dos mesmos acontecimentos e personagens, não há diálogo com outros grupos que viveram este período histórico (1964-1985).

**PALAVRAS-CHAVE:** Representações; Apropriações; Livro Didático; Ernesto Geisel.



## ABSTRACT

### **Representations in the works of Ernesto Geisel Historiographic, Biographical and Teaching.**

Objective to analyze representations of Ernesto Geisel "given to read" in historical works, biographical and History Textbooks Guide indicated by Textbook in the years 2008, 2011 and 2012. Search also understand the implications of these representations for the appropriation of historical character. The theoretical framework is based on the principles of Cultural History, sticking precisely to the concepts of "representation," ownership "and" practices "presented by Roger Chartier, especially in the work *Cultural History: between practices and representations* (2002). We note that the authors of history textbooks devoted themselves primarily to describe Ernesto Geisel as president of political détente occurred years after the end of his presidential term. Our hypothesis led us to believe that representations of Ernesto Geisel brought by biographical and inserted into textbooks of history contribute to the enrichment of content and the "human" perspective of history, which proved to be little point in textbooks analyzed. Joints/placements representations Ernesto Geisel in works aimed at different audiences (historiography, biographical and didactic) enable the fluidity of Science History in the daily schooling, and may make it more understandable and concrete (tangible). It is also important to consider whether representations of Ernesto Geisel circulating Textbooks History coincides with depictions exposed in biographical and historiographical order to have, increasingly diverse topics for discussions that provide intellectual development and citizenship in the individual who is inserted feels really, in history. It was identified that there are representations of Ernesto Geisel in biographical and historiographical who communicate with each other, however, this does not occur when entering the textbooks of history in such a comparison, since they do not back clear representations of Ernesto Geisel as an individual incarnated in its historical context, impairing the sensitivity of educating himself about the fact that part of human history. It was also noticed that the textbooks analyzed here are redundant as to the facts by treating the same events and characters, there is no dialogue with other groups who have lived this historical period (1964-1985).

**KEYWORDS:** Representations; Appropriations; Textbook; Ernesto Geisel.

## LISTA DE SIGLAS

AI – Atos Institucionais  
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
CODI – Centro de Operações e Defesa Interna  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
CSN – Conselho de Segurança Nacional  
DOI – Destacamento de Operações Internas  
DOPS – Departamento de Ordem Política e Social  
EMFA – Estado-Maior das Forças Armadas  
ESG – Escola Superior de Guerra  
EUA – Estados Unidos da América  
EF – Ensino Fundamental  
EM – Ensino Médio  
FAPES – Fundação de amparo à pesquisa do Espírito Santo  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento  
Funarte – Fundação Nacional de Arte  
IPM – Inquérito Policial Militar  
LD – Livro Didático  
LDH – Livro Didático de História  
MDB – Movimento Democrático Brasileiro  
MEC – Ministério da Educação  
Mobral – Movimento Brasileiro de Alfabetização  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PNLA – Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos  
PNLD – Programa Nacional do Livro Didático  
PNLEM – Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio  
STM – Superior Tribunal Militar  
SNI – Serviço Nacional de Informação  
UDN – União Democrática Nacional  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

USP – Universidade de São Paulo

## LISTA DE TABELAS E IMAGENS

<b>TABELA 1.</b> Obras historiográficas, biográficas e didáticas a serem analisadas.....	24
<b>IMAGEM 1.</b> MONTELLATO, CABRINI E CATELLI. <i>História Temática: o mundo dos cidadãos</i> . 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 2011. ....	98
<b>IMAGEM 2.</b> Páginas 238 e 239 da obra de MONTELLATO, CABRINI E CATELLI. <i>História Temática: o mundo dos cidadãos</i> . 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 2005.....	98
<b>IMAGEM 3.</b> Fragmento da página 238 da obra “ <i>História Temática: o mundo dos cidadãos</i> ”. A expressão “Entretanto” dando sentido de dualidade na postura do governo Geisel (1974-1979).....	99
<b>IMAGEM 4.</b> BRAICK; MOTA. <i>História: das cavernas ao terceiro milênio</i> . 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2006. ....	100
<b>IMAGEM 5.</b> BRAICK; MOTA. <i>História: das cavernas ao terceiro milênio</i> . 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2008. Páginas 252-254. ....	101
<b>IMAGEM 6.</b> PEDRO; LIMA. <i>História por Eixos Temáticos</i> . Edição Única. São Paulo: FTD, 2002.....	102
<b>IMAGEM 7.</b> COTRIM, Gilberto; RODRIGUES, Jaime. <i>Saber e fazer História: História Geral e do Brasil</i> . 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. ....	103
<b>IMAGEM 8.</b> Fragmento da página 204. In: COTRIM; RODRIGUES. <i>Saber e fazer História: História Geral e do Brasil</i> . 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007. ....	104
<b>IMAGEM 9.</b> FIGUEIRA. <i>História: série novo ensino médio</i> . 3ª ed. São Paulo: Ática, 2008. ....	105
<b>IMAGEM 10.</b> Fragmento da página 252; In: FIGUEIRA. <i>História: série novo ensino médio</i> . 3ª ed. São Paulo: Ática, 2008. ....	106
<b>IMAGEM 11.</b> FIGUEIRA. <i>História em Foco</i> . 1ª ed. São Paulo: Ática, 2011.....	107
<b>IMAGEM 12.</b> PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. <i>História do Mundo Ocidental</i> . Edição Única. São Paulo: FTD, 2005. ....	108
<b>IMAGEM 13.</b> Fragmento da página 485. In: PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. <i>História do Mundo Ocidental</i> . Edição Única. São Paulo: FTD, 2005.....	108
<b>IMAGEM 14.</b> COTRIM, Gilberto. <i>História Global: Brasil e Geral</i> . 1ª ed. V. Único, São Paulo: Saraiva, 2011. ....	109
<b>IMAGEM 15.</b> Fragmento da página 564. In: COTRIM, Gilberto. <i>História Global: Brasil e Geral</i> . 1ª ed. V. Único, São Paulo: Saraiva, 2011. ....	110

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>13</b>
<b>Capítulo 1: Quadro Teórico-Metodológico.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 – Abordagem Conceitual.....</b>	<b>27</b>
<b>Capítulo 2: Representações de Ernesto Geisel e de seu Governo em Obras Historiográficas.....</b>	<b>36</b>
<b>Capítulo 3: Representações de Ernesto Geisel e de seu Governo em Estudos Biográficos.....</b>	<b>74</b>
<b>Capítulo 4: Representações de Ernesto Geisel e de seu Governo em Livros Didáticos.....</b>	<b>95</b>
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>113</b>
<b>Referências Bibliográficas.....</b>	<b>118</b>
<b>Apêndices.....</b>	<b>121</b>
<b>A.1: Teses e Dissertações adquiridas no Banco CAPES através do descritor “Ernesto Geisel”.....</b>	<b>122</b>
<b>A.2: Levantamento de dados através dos Guias do LD de 2008, 2011 e 2012.....</b>	<b>137</b>
<b>A.3: Tabela do PNLD e PNLEM (2008 à 2012).....</b>	<b>140</b>
<b>A.4: Cronograma de atividades.....</b>	<b>147</b>

## Introdução

*“É justamente por estar tão intimamente impregnado de relações que o eu não é uma entidade, uma essência, um dado originário, mas antes vida, energia, movimento [...]”.*

(Sabina Loriga)

Sou professora de História licenciada pelo Centro Universitário São Camilo, campus localizado no município de Cachoeiro de Itapemirim/ES. Lecionei durante dez anos em instituições municipais e estadual dos municípios de Anchieta e Piúma – ES, me afastando apenas durante o curso de mestrado. Foi através de minha profissão que tive maior contato com o Livro Didático de História (LDH), fonte e um dos objetos de estudo desta dissertação, e com a personalidade histórica Ernesto Geisel.

Como novata na profissão, possuía algumas dificuldades com as atividades corriqueiras da profissão docente, como o preenchimento de diários de classe e o “domínio de turma”. Para mim, lecionar era um desafio constante. O quê ensinar? O quê e como utilizar para alcançar uma boa prática de ensino? Como levar meus educandos à reflexão dos assuntos mencionados em sala ou no LDH? Acredito que esses ainda são alguns dos muitos questionamentos que não saem do dia-a-dia de um profissional comprometido com a prática docente, e que refletem angústias que todo professor possui ao lecionar.

Sem experiência, tentei imitar os “mais velhos” na profissão. Ouvia conselhos de como deveria me portar em sala de aula, o que deveria fazer com os livros didáticos entregues. Alguns colegas chegavam a me oferecer seu caderno de plano de aula, que anos depois, percebi não ser muito viável emprestar e aceitar tal ferramenta, pois compreendi que cada classe possui uma especificidade, e se levada em consideração, o professor deve preparar instrumentos, também, únicos de trabalho. Assim, ao diagnosticar as particularidades de sua classe, o educador deve montar seu plano de ensino, baseando-se nas supostas necessidades dos educandos que compõem as salas de aulas (SILVA, 1994, p. 10). Não condeno a troca de informações, materiais e experiências entre os profissionais da educação, mas defendo a necessidade de compreender as especificidades de cada educando.

Recordo bem de algumas dificuldades que encontrei ao iniciar o trabalho com o Livro Didático (LD). A primeira era a preocupação de conseguir ministrar todos os conteúdos ali contidos. Sobre esse conflito, Marcos Silva, em sua obra *Repensando a História* (1994), afirma que a quantidade de conteúdos que compõem algumas grades escolares se transforma em aflição para alguns professores, pois nem sempre há como chegar ao fim do ano letivo e esgotar os conteúdos propostos.

Essa era minha aflição na época. Como conseguir trabalhar todos os conteúdos previstos para a disciplina de História em cada turma que lecionava? Para garantir o cumprimento de todos os conteúdos, seguia à risca a programação (extremamente cronológica) do LD e as orientações passadas pelo setor pedagógico da instituição escolar. Para Silva, “[...] resulta disso para os alunos uma concepção de historicidade onde o principal nexo interpretativo se situa nos encadeamentos cronológicos” (1994, p. 21), colocando-se problemático para meus alunos daqueles anos, uma vez que essa prática contribuía para que meus educandos se apropriassem de certa concepção de História como narrativa de acontecimentos. Tomando como referência o que apontou Silva (1994, p. 82), é possível inferir que, em minha prática docente, naqueles anos iniciais, estava colaborando para o Ensino de História deixar de ser reflexivo, sendo excessivamente narrativo.

Outra preocupação existente era como utilizar o Livro Didático de História em sala de aula. Na época, eu já possuía a compreensão de que a dosagem e a forma do uso do LD afetam, diretamente, na apropriação de conhecimentos por parte do aluno. Kátia Maria Abud (*apud* SILVA, 1994, p. 81) enfatiza a importância do LD deixando claro que o professor não deve tê-lo como única fonte de conhecimento. De acordo com a autora, o LD é boa ferramenta de trabalho e serve para auxiliar o profissional, mas não pode ser visto como o “detentor do saber”. Segundo Kátia Maria Abud, o uso excessivo do LD pode facilitar a criação de “mitos e estereótipos que povoam a História do Brasil”. Para ela, devido ao fato de alguns professores não procurarem outras obras, além do LD, para preparar suas aulas o trabalho do educador “[...] tem se transformado num reforço das idéias contidas no livro didático adotado, que é visto pelos alunos como única fonte digna de confiança” (ABUD, *apud*, SILVA, 1994, p. 81).

Entre as várias explicações de Kátia Abud sobre a necessidade de o professor interagir com o LD e não ser literalmente e unicamente guiado pelo mesmo está no fato de existir “silêncios” ou “assuntos ignorados” pelo mesmo, além da impossibilidade de esgotar os

conteúdos selecionados pelo currículo escolar, (ABUD, *in*, SILVA, 1994, p. 84). Cabe ao educador suprir as lacunas existentes.

Tais silêncios despertaram o meu interesse por investigar como Ernesto Geisel é “dado a ler” em LDs de História. A esse respeito, surgiram alguns questionamentos, a saber: Que representações os LDH trazem sobre Ernesto Geisel e sobre seu governo? Como a historiografia brasileira o apresenta como pessoa e como personalidade pública? E as obras biográficas, que representações veiculam sobre Geisel? Esses materiais (Livro Didático, Historiográficos e Biográficos) comungam das mesmas representações sobre a referida pessoa e personalidade pública? A partir dessas indagações, dei início aos estudos que originaram e passaram a serem os objetivos deste trabalho de dissertação.

Em razão da abrangência do meu objetivo, busquei delimitá-lo aos conceitos de “representação”, “apropriação” e “práticas” apresentados por Roger Chartier em algumas de suas obras, em especial, na obra *História Cultural: entre práticas e representação* (2002).

Motivada pela ânsia de superar as dificuldades do uso do LD de História, procurei resumir e reunir, alguns textos didáticos, para tentar “adiantar” e “concentrar” o conteúdo. Pude perceber que muitos textos, de diferentes coleções de LDs, repetiam as mesmas informações. Essa constante nos textos didáticos é tratada na obra de Ana Lúcia G. de Faria, intitulado *Ideologia no livro Didático* (1994, p. 72). Não há aqui a intenção de igualar “representações” com “ideologia”, mas, embora focado para o primeiro ciclo do Ensino Fundamental (EF) e ser uma obra “antiga”, o trabalho da autora comunga com a problemática desta dissertação, justificando o uso da mesma.

Tendo em vista essas constatações, detive-me a estudar a “Ditadura Militar do Brasil” (1964-1985), assunto que sempre muito me interessou por produzir debates calorosos em torno de várias questões como a tortura, a democracia *versus* autoritarismo, a corrupção e a submissão, o interesse *versus* desinteresse popular sobre a vida política do país.

Igualmente, interessei-me pelas ações de personagens deste período histórico destacados pela Historiografia. Leituras de alguns LDH sobre a ditadura militar Brasileira (1964-1985) levaram-me a observar as repetições de informações sem diferenças consideráveis



e portadoras de conteúdos superficiais. Basicamente os livros narrariam de forma breve o Golpe de 64, concentrando-se no “1º de abril de 1964”, na criação dos Atos Institucionais, na chegada dos presidentes ao poder e na prática da tortura.

Sobre o governo Geisel, autores dos LDH analisados, dedicaram-se basicamente em descrevê-lo como o presidente da “distensão política”, tratam do “pacote de abril” e das mortes do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Filho. Geralmente, os LDH dedicam espaço maior para a abordagem da prática da tortura no Brasil e os movimentos pelo fim do regime militar (1964-1985).

A avaliação de LD como política educacional no Brasil existe há cerca de 80 anos, embora tenha recebido várias nomenclaturas. Estudos como a dissertação de Kátia Paulilo Mantovani intitulada *O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD: Impactos na qualidade do Ensino Público* e o artigo de Marco Antonio Silva, publicado na revista Educação em Revista, Belo Horizonte. n. 46. p. 399-405. dez. 2007, mostram como, diferentes governos, objetivando atingir seus interesses, agiram mediante a seleção do LD ou de materiais fornecidos às escolas públicas de Ensino Fundamental e Ensino Médio<sup>1</sup> (EM).

Nas últimas décadas, no âmbito das políticas educacionais, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) é composto por uma equipe de profissionais encarregados de analisar itens relevantes do LD (textos, gravuras, exercícios, entre outros aspectos) do Ensino Fundamental. Há ainda o Plano Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) com o mesmo objetivo, porém destinados ao Ensino Médio. Após o estudo das obras submetidas à avaliação, construiu-se o *Guia do Livro Didático*, material destinado aos professores e composto por resenhas e textos com os resultados dos itens avaliados. O objetivo do Guia do LD é auxiliar os educadores na escolha das obras didáticas que serão adotadas em suas instituições escolares.

Em nossa pesquisa, o Guia converteu-se em objeto de pesquisa e fonte para o levantamento e seleção dos LDH analisados. Utilizamos o PNLD e o PNLEM dos anos de 2008, 2011 e 2012 para averiguar quais obras foram mais vezes indicadas pelo *Guia do Livro Didático*. Portanto, as obras didáticas, objetos e fontes desta dissertação, foram

---

<sup>1</sup> Informação retirada do site <http://www.fn.de.gov.br/index.php/pnld-historico>

aquelas aprovadas pela equipe que prepara o Guia Didático e o fornece às instituições educacionais para orientar as escolhas dos professores de Ensino Fundamental e Médio.

Como já fora dito, o período ditatorial brasileiro (1964-1985) era nosso alvo de pesquisa, mais especificamente o presidente-general Ernesto Geisel por sua atuação durante os anos em que foi o primeiro mandatário do Brasil (1974-1979). Passamos a investigar Ernesto Geisel era “dado a ler” em diferentes obras didáticas voltadas para o 9º ano do EF e 3º ano do EM<sup>2</sup>. Dirigimos nossa atenção às representações sobre esse presidente nos LDH do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Como essas representações se articulam ao conhecimento historiográfico produzido sobre a História do Brasil? E as obras biográficas? Essas são questões centrais de nossa investigação.

Nossa opção por biografias como fontes de pesquisa deveu-se ao objetivo de analisar se representações de Ernesto Geisel que circulam em LDH articulam com representações que ele fazia de si mesmo, ou seja, representações que podem ser apropriadas pelo leitor nas obras biográficas, caso as mesmas fossem utilizadas nas escolas. Das obras biográficas destaca-se a obra *Ernesto Geisel* (1997), de Maria Celina d’Araujo e Celso Castro. A escolha se deu por ser uma obra biográfica de Ernesto Geisel sob a ótica do biografado.

Nossas indagações iniciais foram fortalecidas com o levantamento de trabalhos sobre Geisel no banco de teses e de dissertações da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), confirmando a relevância da análise do objeto de estudo desta dissertação. Não encontramos trabalhos no banco da CAPES que tratassem como “Ernesto Geisel” é dado a ler nos LDH. O levantamento mencionado contribuiu ainda para termos melhor compreensão da produção acadêmica sobre Ernesto Geisel.

As poucas produções acadêmicas sobre Ernesto Geisel estão focadas, geralmente, em ações políticas do presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Identificamos como as mais recorrentes: o Acordo Nuclear ou problemas energéticos enfrentados pelo presidente do Brasil, a censura sofrida pela imprensa durante os anos de 1974-1979 e o “Pragmatismo Responsável” criado durante o governo Geisel pelo ministro das relações exteriores com

---

<sup>2</sup> Os Livros Didáticos de História analisados e referidos pertencem ao 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano de Ensino Médio, pois são nesses momentos que nosso objeto de estudo, “Ernesto Geisel” é apresentado aos educandos.

o objetivo de inserir o Brasil no mercado mundial por meio de diálogos com países fora do continente europeu e, “inimigos” dos Estados Unidos da América (EUA), como China e Alemanha. Dessa maneira, acreditamos que esta dissertação poderá abrir novos horizontes de pesquisa, não apenas sobre certa personalidade da História do Brasil, mas também sobre a circulação de representações em LD recomendados pelo Ministério da Educação (MEC) e utilizados em escolas públicas.

É importante destacar que empreendemos, também no banco de teses e dissertações da Capes, uma busca sobre estudos de LD que abordam supostas ou concretas funções e usos desses em salas de aula. A leitura dos estudos foi muito importante para o desenvolvimento desta pesquisa, pois nos deixou cientes da trajetória do LD como ferramenta pedagógica vastamente utilizada na educação básica brasileira.

Os trabalhos de Faria (1994) e Nossella (1981), por exemplo, nos permitiu refletir sobre aspectos interessantes do LD, sua origem, o objetivo para o qual foram criados, suas funções, suas formas de usos e sua interferência direta no ato de lecionar. Enquanto o estudo de Bittencourt (2008) fornece um histórico do surgimento do LD e, entre outros assuntos, apresenta reflexões acerca de práticas de ensino-aprendizagem inseridas por LD no meio educacional do século XIX e XX.

Todas essas reflexões nos levaram a organizar o presente trabalho organizado em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta o diálogo com a produção acadêmica efetivada em programas de pós-graduação por meio de teses e dissertações. Esse capítulo contextualiza nosso objeto de estudo. Ainda trata do quadro Teórico-Methodológico que fundamenta a pesquisa. Buscamos neste capítulo esclarecer algumas categorias conceituais extraídas de obras do autor Roger Chartier, em especial a obra *A História Cultural: Entre Práticas e Representações* (2002). Os principais conceitos que fundamentam teórica e metodologicamente a pesquisa são os de apropriação, representação e práticas que são apresentados nesse capítulo juntamente com as etapas da pesquisa, o corpus documental utilizado na mesma e o diálogo que se faz com as fontes.

O segundo capítulo apresenta representações de Ernesto Geisel contidas em obras historiográficas, enquanto o quarto analisa as obras biográficas. Os objetivos dos capítulos dois e três são apresentar algumas reflexões sobre como, um mesmo fato ou

personagem, podem ser dado a ler em obras de cunho científico de proporções e interesses diferenciados.

O quarto capítulo concerne nas análises do LDH do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, séries em nosso objeto de estudo, “Ernesto Geisel”, é apresentado aos educando. Procurando averiguar se existem articulações ou veiculações de representações de Geisel que comungam entre as obras de cunho biográfico, historiográfico e didático.

## CAPITULO 1

### QUADRO TEÓRICO-METODOLÓGICO

O objetivo deste capítulo é apresentar, inicialmente, o diálogo que tecemos com trabalhos sobre Ernesto Geisel que focalizam o seu mandato presidencial nos anos de 1974-1979. Esses estudos foram realizados no âmbito de Programas de Pós-graduação e foram selecionados no portal de teses e de dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através da palavra-chave “Ernesto Geisel”. Analisamos as produções acadêmicas dos autores Hélder Teixeira (2001), Moisés Barel (2007), Selma Duarte (2007), Márcia Alessandri (1988), Cláudio Rodrigues (2001) e Kátia Paulilo Mantovani (2009).

O levantamento no portal da CAPES nos permitiu observar o quê tem sido pesquisado até o momento sobre Ernesto Geisel. Constatamos que nosso objeto de estudo tem sido mais frequente em nível de Mestrado do que em Doutorado. Cerca de trinta e sete trabalhos estão disponibilizados no portal (acessado em 2011), destes, apenas seis são oriundos de doutoramento. Os restantes compõem-se de dissertações. A razão pelo baixo número de teses sobre Ernesto Geisel aponta para a necessidade de continuar pesquisas, geralmente, iniciadas nos mestrados e prosseguir com a mesma nos cursos de doutorados e pós-doutorados, dada a relevância deste período na História do Brasil.

O resultado do levantamento no banco de teses e dissertações da CAPES mostra que Geisel é estudado sob diferentes focos de interesses. Sobre a distensão política, por exemplo, existem quatro produções, a respeito do “Pragmatismo Responsável<sup>3</sup>” e da censura/imprensa existe um total de doze trabalhos, porém, sobre Geisel no LDH não há nenhum estudo. Mesmo sobre o Pragmatismo Responsável ou sobre a Distensão Política, os textos narram as ações de Ernesto Geisel como “ator político”, assim se referiu a ele o autor de uma das dissertações de mestrado, Helder Bezerra Teixeira (2001). Concordamos que o contexto histórico pesa sobre as decisões do indivíduo

---

<sup>3</sup> Nova orientação da política externa brasileira nos anos de 1974-1979, criada por Antônio Francisco Azeredo da Silveira, ministro das Relações Exteriores durante o governo Geisel, um dos poucos ministros que não fazia parte do corpo militar da época. *Rev. Bras. Polít. Int.* 47 (2): 191-222 [2004]

estudado, é fator determinante. Para compreender algumas ações do presidente Ernesto Geisel o autor Teixeira afirma que:

[...] faz-se necessário discorrer acerca dos principais acontecimentos que levariam o Ex-presidente Geisel a combinar discrição e eficácia na sua formulação de políticas ligadas a uma eficácia governamental que amealhasse, concomitantemente, a manutenção de um patamar de crescimento econômico, a maior inserção do Brasil no cenário internacional, o aleijamento político da oposição político-partidária, a contenção dos radicais civis e militares contra seu governo e, principalmente, a possibilidade de uma “transição” controlada a partir das Forças Armadas em médio e longo prazo, respectivamente, sua sucessão, e, principalmente, a sucessão de seu sucessor (TEIXEIRA, 2001, p. 96).

A dissertação mais antiga que tematiza Ernesto Geisel é de autoria de Márcia Alessandri e data de 1988, bem próxima ao término do regime militar (1964-1985). A autora se dedica a explicar a atuação dos militares e de parte da sociedade civil no processo de distensão política. Seu trabalho demonstra maior caráter narrativo do que questionador. No contexto das especificidades e dissonâncias do trabalho mencionado é possível perceber temáticas e enfoques priorizados nas pesquisas selecionadas. A constante aparição dos mesmos assuntos em trabalhos acadêmicos podem nos levar a entender que não há apropriação de novas representações de Ernesto Geisel por parte dos pesquisadores, sendo assim, indagamos se o mesmo não ocorre com os educandos quando se utilizam do LDH durante o ano letivo.

Explicar o regime militar brasileiro sob a ótica de canções, além de curioso é, no mínimo criativo, como é o caso da dissertação *Irreverências mil prá noite do Brasil: Imagens do regime militar nas canções engajadas*, de Semi Cavalcante de Oliveira (1998). Este é um aspecto interessante para os historiadores, pois demonstra, na prática, como as fontes históricas são variadas e ricas em conteúdos, dito de outro modo, um mesmo fato histórico pode ser analisado com o uso de vários tipos de fontes, não exclusivamente textos ou documentos oficiais. Oliveira apresenta o problema enfrentado por alguns artistas brasileiros em conseguir desenvolver seu trabalho em nosso país na época do regime militar (1964-1985). As letras musicais, por exemplo, antes de vir a público eram analisadas por órgãos governamentais como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). O objetivo era averiguar se a canção não feriria os “princípios da Revolução de 1964” ou ofenderia as famílias brasileiras, a letra em nada

poderia dar margem a questionamentos sobre as ações governamentais e a falta de pudor.

É evidente, na produção de Oliveira (1998) que, apesar de todo o cuidado do governo em “proteger” a sociedade dos “maus cidadãos”, o uso da música como “arma” ou “ferramenta” contra as ações repressivas do regime militar eram realizados através do uso de metáforas, burlando o olhar atento dos órgãos de repressão. Deve-se lembrar, que nos anos de 1978, a censura sobre a imprensa e outros meios de informação não era tão voraz como nos anos iniciais da ditadura militar brasileira. Felizmente, a censura brasileira não era perfeita na realização de seu trabalho. Oliveira afirma que:

[...] o ato do censor atingia a especificidade da obra, mas não a sua produção. Foram censuradas as peças teatrais, os filmes, os livros, mas não o teatro, o cinema ou a indústria do livro. O movimento cultural pós-64 se caracterizou por duas vertentes: por um lado, definiu-se pela repressão ideológica e política; por outro, foi um dos momentos da história em que mais foram produzidos e difundidos os bens culturais. (OLIVEIRA, 1998, p. 26).

O abrandamento da censura não quis dizer o fim dos atos repressivos. Ainda com base na dissertação de Oliveira (1998, p. 97) é possível colher exemplos de ações repressivas realizadas por Ernesto Geisel durante seu governo. A promessa de uma distensão política segura, lenta e gradual, repetidas vezes mencionadas pelo militar-presidente, “justificava” suas ações autoritárias. Foi assim com o fechamento da estação de rádio no Paraná (Curitiba). Fatos como esse, quando narrados no LDH, permite que o educando se aproprie de representações diversificadas sobre Ernesto Geisel. Alguns poderiam julgá-lo como um indivíduo severo e ditador, outros, porém, poderiam aceitar e defender que o momento histórico em que Ernesto Geisel governou o país necessitava de ações fortes e rígidas, levando a um debate fecundo em sala de aula.

Quando se fala de Ernesto Geisel como político, é necessário ter a sensibilidade de que o cidadão, o pai, o general e o homem estão encarnados no mesmo indivíduo, uma vez que as apropriações feitas durante toda sua vida emergem quando Ernesto Geisel age, vive, toma uma decisão em sua vida, política ou não. Desse modo, entendemos que, em

se tratando de um sujeito inserido em seu contexto histórico, não se pode analisar o Ernesto Geisel como uma “fonte documental” abstrata, pois suas atitudes, palavras e gestos são carregados de sentimentos e expressam representações de si mesmo, então, é sim uma fonte documental, porém viva. O que nos perguntamos é se essas representações dotadas de sentidos e sentimentos são possíveis de serem visualizadas nos textos dos Livros Didáticos de História.

Os trabalhos sobre Ernesto Geisel, realizados no âmbito de pós-graduação, por suas lacunas, favorecem a necessidade de se investigar representações de Ernesto Geisel nos LD de História. Que representações de deste presidente estão contidas no LDH? Os LDs de História comungam de representações apresentadas em obras Historiográficas e Biográficas? Os textos didáticos divergem? Quanto? É possível perceber essa divergência nos LDs de História? Questões como estas motivaram a definirmos como problema de nossa pesquisa no mestrado a investigação de representações de Ernesto Geisel veiculadas em LDs de História do 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, a fim de analisarmos as veiculações dessas representações com outras existentes em obras historiográficas e biográficas que circulam em cursos de formação inicial de professores de História.

O problema de estudo tem-se pautado, especificamente, nos seguintes objetivos:

- identificar representações de Geisel e de seu governo em obras historiográficas amplamente utilizadas em cursos de História;
- identificar representações de Geisel e de seu governo em obras biográficas que circulam em cursos de História;
- identificar representações de Geisel e de seu governo em LDH que tem ampla circulação em escolas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio;
- Apontar possíveis articulações/vinculações entre representações de Geisel e seu governo veiculadas em obras historiográficas, biográficas e LDH utilizados em escolas do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Como já fora dito, está dissertação tem como problema o estudo de representações de Ernesto Geisel veiculadas em obras historiográficas, biográficas e em livros didáticos de História. Para isso nos pautamos, fundamentalmente, nas contribuições de princípios da História Cultural, tendo em vista que, de acordo com Chartier (2002, p. 16-17), essa



perspectiva teórica tem por objetivo “[...] identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada e dada a ler.” Dialogamos, a partir desse entendimento, com alguns conceitos de Roger Chartier.

Com relação às fontes historiográficas, chegamos até elas consultando vários programas de disciplinas de cursos de graduação em História de universidades como: Universidade de São Paulo, Universidade de Campinas, Universidade Federal do Espírito Santo. Além disso, os trabalhos listados na categoria historiográfica possuem suas referências bibliográficas mencionadas nas várias dissertações e teses contidas no banco da CAPES. O que indica serem muito bem aceitos no contexto acadêmico seja referendando pesquisas, seja integrando bibliografias dos cursos de licenciatura em História e, em algumas situações, também são usadas como suporte de apoio para educadores do Ensino Fundamental e Ensino Médio.

A fim de buscar estudar como Ernesto Geisel (1974-1979) é “dado a ler” aos educandos, de Ensino Fundamental e Médio, por meio do Livro Didático de História, tornou-se necessário recorrer aos conceitos de “representação” e “apropriação” usados por Roger Chartier (2001; 2002a; 2002b), os quais são centrais deste estudo. Para adquirirmos suportes metodológico, conceitual e informativo, recorreremos a outros trabalhos como a obra “Ideologia no Livro Didático”, de Ana Lúcia G. de Faria (1994); “O que é Educação?” (1995), de Carlos Rodrigues Brandão; “Livro Didático e o Saber Escolar (1810-1910)” (2008), de Circe Maria Fernandes Bittencourt, “O Livro Didático de História” (2010), de Diogo Roberto Calheiros Feidman; “As Belas Mentiras” (1981), de Maria de Lourdes Chagas Deiró Nosella, “Interpretação e Ideologias” (1877), de Paul Ricoeur, além da Tese de doutorado intitulada “Drummond, a Crítica e a Escola: a invenção de um poeta nacional pelo livro didático de ensino médio”, defendida em 2010 por Maria Amélia Dalvi na Universidade Federal do Espírito Santo/UFES.

Trata-se, portanto, de um estudo de natureza bibliográfico-documental, uma vez que toma como objeto de estudo fontes escritas e impressas. As fontes que constituem o corpus documental são:

**Tabela 1.** Obras historiográficas, biográficas e didáticas a serem analisadas.

Fontes	Referências Bibliográficas
--------	----------------------------

<p><b>Historiográficas</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) CHIRIO, Maud. <b>A Política nos Quartéis: Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira</b>. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.</li> <li>2) FAUSTO, Boris. <b>História Concisa do Brasil</b>. 2ª Ed. São Paulo: USP, 2010.</li> <li>3) GASPARI, Elio. <b>A Ditadura Envergonhada: As Ilusões Armadas</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.</li> <li>4) GASPARI, Elio. <b>A Ditadura Escancarada: As Ilusões Armadas</b>. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.</li> <li>5) GASPARI, Elio. <b>A Ditadura Derrotada: O Sacerdote e o Feiticeiro</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.</li> <li>6) GASPARI, Elio. <b>A Ditadura Encurralada: O Sacerdote e o Feiticeiro</b>. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.</li> </ol>
<p><b>Biográficas</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) BARROS, Adirson de. <b>Março: Geisel e a Revolução Brasileira</b>. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.</li> <li>2) CARNEIRO, Maria Cecília Ribas; SILVA, Hélio. <b>O Governo Geisel 1975 – 1978</b>. Revista Isto é. São Paulo: Três LTDA, 1998</li> <li>3) CURY, Levy. <b>Um Homem Chamado Geisel: História do Brasil</b>. Brasília: Horizonte, 1978.</li> <li>4) D'ARAUJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. <b>Ernesto Geisel</b>. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1997.</li> <li>5) FALCÃO, Armando. <b>Geisel: do Tenente ao Presidente</b>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.</li> <li>6) GÓES, Walder de. <b>O Brasil do General Geisel: estudo do processo de tomada de decisões no regime militar-burocrático</b>. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.</li> <li>7) JORGE, Fernando. <b>Geisel: O Presidente da Abertura</b>. São Paulo: Toque de Letra, 2007.</li> </ol>
<p><b>Livros Didáticos</b></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) BRAICK, Patrícia do C. Ramos; MOTA, Myriam Becho. <b>História das Cavernas ao Terceiro Milênio: Desafios do Terceiro Milênio. 9º ano do Ensino Fundamental</b>. 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2008.</li> <li>2) CABRINI, Conceição; JUNIOR, Roberto Catelli; MONTELLATO, Andrea. <b>História Temática: O Mundo dos Cidadãos – 9º ano Ensino Fundamental</b>. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 2011.</li> </ol>

## Livros Didáticos

- 3) CARVALHO, Yone de; LIMA, Lizânias de Souza; PEDRO, Antonio. **História do Mundo Ocidental – Ensino Médio**. Vol. único. São Paulo: FTD, 2005.
- 4) COTRIM, Gilberto Vieira. **História Global: Brasil e Geral – Ensino Médio**. Vol. Único. São Paulo: Saraiva, 2011.
- 5) COTRIM, Gilberto Vieira; RODRIGUES, Jaime. **Saber e Fazer História: Geral e do Brasil. 9º ano do Ensino Fundamental**. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- 6) FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História em foco: do Século XIX ao Século XXI – Ensino Médio**. São Paulo: Ática, 2011.
- 7) FIGUEIRA, Divalte Garcia. **História: Série Novo Ensino Médio – VU**. São Paulo: Ática, 2008.
- 8) LIMA, Lizânias de Souza; PEDRO, Antonio. **História por Eixos Temáticos – 8ª série do Ensino Fundamental**. São Paulo: FTD, 2008.

**Fonte:** Produzido pela autora com base nos Guias de Livros Didáticos - PNLD e PNLEM (2008, 2011 e 2012).

Após a identificação das fontes anteriormente mencionadas, iniciamos a fase de coleta das mesmas. Essa fase constituiu em localizá-las e adquiri-las. Algumas foram adquiridas por meio de compra e outras por meio de empréstimos via instituições escolares, o que nos levou a necessidade de fotografá-las e, com isso, organizamos um banco de dados composto por materiais didáticos que constituíram fontes primordiais do *corpus* da pesquisa. Há também as bibliografias de apoio que adquirimos por meio de downloads como as seguintes dissertações:

- PIROLA, André Luis Bis. **O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações**. Dissertação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
- TEIXEIRA, Helder Bezerra. **Geisel, os militares e o projeto distensionista: transição para a democracia ou continuísmo da ingerência militar na política brasileira?** Dissertação em História. Universidade Passo Fundo, 2005.
- OLIVEIRA, Semí Cavalcante de. **Irreverências mil prá noite do Brasil: Imagens do regime militar nas canções engajadas**. Dissertação História. Universidade Federal do Paraná. 1998.

- MANTOVANI, Katia Paulilo. **O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): Impactos na Qualidade do Ensino Público**. Dissertação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2009.

Após esta fase, demos início à leitura e o estudo de cada fonte, priorizando a identificação de trechos que permitiram aprimorar nosso conhecimento sobre LD e os programas realizados pelo Governo Federal para escolhas dos materiais didáticos como o PNLD e o PNLEM, e principalmente, nos trabalhos que utilizam o mesmo recorte histórico de nosso estudo, ditadura militar brasileira (1964-1985), para assim identificar representações de Geisel e de seu governo, ocorrido entre os anos de 1974-1979.

## **2.1 – Abordagem Conceitual**

Durante este trabalho dissertativo trabalharemos com o conceito de Biografia estabelecido por Sabina Loriga em sua obra *O Pequeno X: da biografia à história* (2011). A primeira abordagem de Loriga é sobre a importância de se estudar os fatos históricos considerando que os mesmos caminham junto com indivíduos que “viveram” esses acontecimentos e, exatamente por isso, dão “vida” à história. Embora seja evidenciado o papel da biografia na história, Loriga esclarece que essa ainda passa por aperfeiçoamentos, por ser híbrido, pode ser constituído de várias metodologias que permitem alguns questionamentos sobre sua eficácia e veracidade. Porém, nunca é determinada como inútil, pois, para Loriga:

Atestada desde a Antiguidade, a biografia é, desde a origem, um gênero híbrido e compósito. Equilibrando-se sempre entre verdade histórica e verdade literária, sofreu profundas transformações ao longo do tempo – quanto à escolha e à elaboração dos fatos e do estilo narrativo. É portanto difícil estabelecer regras gerais (LORIGA, 2011, p. 18).

Ao utilizarmos o conceito “livro didático”, estaremos fazendo menção à compreensão conceitual adotada por Circe Bittencourt (2008). Para a autora,

[...] o livro didático é um veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura. [...] Fazer a história da leitura implica rever o problema do livro [didático] e seu caráter ambíguo. Proposto, em geral, para cimentar a uniformidade do pensamento, divulgar determinadas crenças, inculcar normas, regras de procedimentos e valores, o livro pode também criar as diferenças porque a leitura que se faz nele ou dele nunca é única (BITTENCOURT, 2008, p. 14-15).

O conceito de LD de Bittencourt (2008) nos é propício por abarcar a obra didática como produto mercadológico e veículo ideológico, elementos que julgamos chave para a compreensão dos jogos de interesses que o permeia. Compreender o livro didático como um portador e veiculador de um sistema de valores, representações e práticas culturais corrobora com os marcos teóricos/conceituais utilizados nesta dissertação.

Conceituar “Ditadura” sempre exigiu pesquisa histórica para definir período e/ou lugar onde a mesma ocorreu devido as suas singularidades. Para os romanos, durante a antiguidade, o governo ditatorial era evocado em situação de emergência e, terminada sua utilidade pública, iniciava-se, novamente, a República. Ao contrário da ditadura antiga, as que ocorreram nos séculos XIX e XX na América Latina não eram esporádicas ou mesmo possuíam tempo determinado. Nas palavras de Bobbio:

[...] a Ditadura moderna não é autorizada por regras constitucionais: se instaura de fato ou, em todo o caso, subverte a ordem política preexistente. A extensão do seu poder não está predeterminada pela Constituição: seu poder não sofre limites jurídicos. E, embora algumas Ditaduras modernas tendam ainda a se auto-apresentar como "temporárias", sua duração não está antecipadamente fixada: a sua permanência, como a de qualquer outro regime político, depende das vicissitudes da história (BOBBIO, 1998, p. 368-369).

A obra *Dicionário de Política*, vol. 1 dos autores, Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) conceitua e explica várias tipologias para definir regimes “ditatoriais” ocorridos em épocas e lugares diferenciados. Para os autores as ditaduras podem ser autoritárias, cesaristas, revolucionárias, conservadoras ou de ordem, proletária, reacionária mistas,

entre outras. Nesta dissertação cabe a mescla entre as ditaduras de desenvolvimento<sup>4</sup>, totalitárias<sup>5</sup> e autoritárias<sup>6</sup> devido às particularidades que a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) apresentou durante sua existência. O regime utilizou-se de aparelhos coercivos, controlou a imprensa, impôs seus princípios de certo e errado sobre a população de nosso país e, um dos pontos mais singulares, pregava o “revezamento” entre os presidentes-militares na chefia da nação conforme a necessidade do momento vivido. Para Fausto:

O regime implantado em 1964 não foi uma ditadura pessoal. Poderíamos compará-lo a um condomínio em que um dos chefes militares – general quatro estrelas – era escolhido para governar o país com prazo definido. A sucessão presidencial se realizava de fato no interior da corporação militar, com audiência maior ou menor da tropa conforme o caso e a decisão final do alto comando das Forças Armadas. Na aparência, de acordo com a legislação, era o Congresso quem elegia o presidente da República, indicado pela Arena. Mas o Congresso, descontados os votos da oposição, apenas sacramentava a ordem vinda de cima (2010, p. 283-284).

Após revisão de literatura, com base nos conceitos adotados, algumas obras de cunho biográfico foram selecionadas por servirem de ferramentas de confrontação entre “o/os” Geisel dado a ler nos LDH. As obras biográficas são utilizadas como fonte bibliográfica para a historiografia e para os LDs, haja vista que aparecem sempre indicados como parte de bibliografias ou “textos complementares”. Optamos por trabalhar com fontes didáticas por entender que elas têm repercussão direta tanto na formação de professores

---

<sup>4</sup> "Ditaduras de desenvolvimento" se justificam, geralmente, com base na necessidade que devem enfrentar as elites modernizantes de muitos países subdesenvolvidos de construir, de maneira coercitiva, as premissas econômicas e políticas do desenvolvimento, mesmo diante de uma situação evidentemente hostil, seja pelas resistências de velhas elites feudais e tradicionais, seja pelo atraso da cultura política das massas (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 376).

<sup>5</sup> A "Ditadura totalitária" emprega, além dos meios coercitivos tradicionais, o instrumento peculiar do partido único de massa, tendo assim condições de controlar completamente a educação e os meios de comunicação e também as instituições econômicas. Além disso, pode exercer uma pressão propagandística permanente e penetrar em cada formação social, e até na vida familiar dos cidadãos, suprimindo qualquer oposição e até as críticas mais leves, através de especiais aparelhos políticos, de polícia e de terror, [...] (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 375).

<sup>6</sup> A "Ditadura autoritária" (ou "simples") baseia-se nos meios tradicionais do poder coercitivo (exército, polícia, burocracia, magistratura), possuindo, por isso, escassa capacidade de propaganda e penetração direta nas instituições e nos grupos sociais, conseguindo apenas reprimir a oposição aberta e contentando-se com uma massa apolítica e com uma classe dirigente disposta a colaborar (BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO, 1998, p. 375).

de História como na aplicação de ensino que se dá na escola de Ensino Fundamental e Médio.

Para análise dos Livros Didáticos, buscamos identificar, inicialmente, quais autores de Livro Didático de História foram mais vezes indicados pelos Guias do Livro Didático de 2008, 2011 e 2012 para o Ensino Fundamental e Médio. Nesse levantamento, identificamos que, em 2008, foram indicadas 19 coleções de LD de História para o Ensino Fundamental e 19 para o Ensino Médio. Em 2011 foram indicados 16 coleções para o Ensino Fundamental e, em 2012, 19 coleções para o Ensino Médio. Os livros escolhidos possuem várias edições e tem se mantido bem avaliados nos critérios do PNLEM e PNLD. Os autores mais vezes indicados o foram por meio de mais de uma coleção de LDH de Ensino Fundamental e Médio, por isso definimos analisá-los, o que nos gerou um total de oito (08) coleções de LDH. Sendo quatro (04) coleções para o Ensino Fundamental e quatro (04) para o Ensino Médio.

Identificada às coleções buscamos averiguar em quais séries/anos o personagem Ernesto Geisel é abordado. Dentre as coleções destinadas ao Ensino Fundamental, esse personagem é dado a ler e/ou apresentado apenas nos livros didáticos destinados ao nono ano (antiga 8ª série). Enquanto, no Ensino Médio, Geisel é abordado somente nos livros de terceiro ano. É necessário destacar que essas fontes são lidas, no contexto desta pesquisa, a partir de categorias conceituais utilizadas por Roger Chartier (2002a, 2007, 2002b, 2009, 2002c) que parte de pressupostos da História Cultural.

Nessa perspectiva teórica o pesquisador não deve se colocar como alguém que apenas narra fatos ocorridos no passado. Ele precisa buscar explicá-los a partir de documentos ou fontes disponíveis. Portanto, na História Cultural, entendemos que é dada prioridade ao diálogo entre fonte histórica e pesquisador, concedendo ao segundo o privilégio de debruçar-se sobre materiais que vem circulando para construir explicações sobre fatos, personalidades e acontecimentos do passado. Escrever a História, nesse sentido, passa a ser vista como uma prática produtiva, inventiva, humana e cultural, uma vez que cabe ao “investigador” criar a sua interpretação a partir do que levantou como *corpus* documental e não tomar as fontes como verdades absolutas.

Não mais a posse dos documentos ou a busca de verdades definitivas. Não mais a era de certezas normativas, de leis e modelos a regerem o social. Uma era da dúvida, talvez, da suspeita, por certo, na qual tudo é posto em interrogação, pondo em causa a coerência do mundo. Tudo o que foi, um dia, contado de uma forma, pode vir a ser contado de outra. Tudo o que hoje acontece terá, no futuro, várias versões narrativas (PESAVENTO, 2004, p. 15-16).

Algumas fontes históricas, como as doadas à Fundação Getúlio Vargas por Amália Lucy Geisel, filha do ex-presidente Ernesto Geisel, foram analisadas por diferentes autores e, “lidas” ou “interpretadas” de maneiras heterogêneas. Essas apropriações diferenciadas das fontes históricas nos ajudam a compreender a afirmação de Pesavento (2004), sobre a não existência de “verdades absolutas”. Também nos remete aos conceitos abordados por Roger Chartier (2002) sobre práticas de leitura e comunidades de interpretação. De acordo com o autor, os acontecimentos chegam até nós por meio de representações que diferentes agentes constroem sobre eles e sobre suas práticas. Chartier refere-se a representação da seguinte forma:

[...] Mais do que o conceito de mentalidade, ela permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; - por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças as quais uns “representantes” (instancias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade (CHARTIER, 2002, p.23)

Portanto, para Chartier, existem categorias que organizam e constroem a representação do real como uma prática social e cultural, assim sendo, o contexto histórico na qual o indivíduo está inserido é de fundamental importância e deve ser perceptível nos textos a serem trabalhados para a apropriação de representações que são dadas e lidas. Nesse processo, é preciso considerar ainda que as representações do real construídas pelos diferentes grupos sociais tendem a justificar e legitimar um determinado lugar social e



mesmo a própria representação aí em jogo. Desse modo, entendemos que toda e qualquer representação social espera alcançar uma hegemonia, visto que busca se impor às representações construídas pelos demais grupos sociais, submetendo-os a seus valores e conceitos.

A representação funciona como uma estratégia de grupos, que medeia as relações entre ele e os demais grupos sociais. O resultado é que temos, num mesmo período, lutas de representações sociais: cada grupo elabora o real a seu modo, tendo em vista os seus interesses. Nesse sentido, para Chartier (2002), a representação é inseparável da prática, pois a prática é uma ação no mundo que faz reconhecer o lugar social do indivíduo. As representações elaboradas pelos sujeitos geram as práticas e cultura, objetivando-se em instituições, que tendem a perpetuar a existência dos grupos sociais. Portanto, representações podem ser entendidas como práticas de significações e de sentidos elaboradas pelos sujeitos a partir de apropriações que esses efetivam historicamente. Assim é que entendemos as representações de Ernesto Geisel elaboradas por cada autor das fontes documentais utilizadas neste trabalho.

O conceito de apropriação a partir das contribuições do autor Roger Chartier (2002) adquire fundamental importância para a nossa pesquisa. A apropriação é entendida como a forma como os indivíduos dão sentido ao que veem e leem. Trata-se da construção de sentido e interpretação. A apropriação é, por isso, uma atividade humana histórica. Toda apropriação tem suas determinações sociais, institucionais e culturais, por isso é preciso estar atento às condições que determinam a construção do sentido, o que obriga o historiador a recuperar o leitor no interior do contexto histórico em que ele está inserido. Partimos do pressuposto de que a investigação de representações de Ernesto Geisel por obras historiográficas, biografias e LDH requer conferir atenção a conjuntos de ordenações simbólicas que dão/elaboram significado à realidade, por diferentes sujeitos.

Entendemos que, ao nos deter sobre essas obras, estamos também apresentando a nossa leitura sobre a historiografia e sobre a biografia a respeito de Geisel (1974-1979). Assim como a identificação de representações de Ernesto Geisel nos LDH será entendida como aquilo que foi possível de ser representado pelos autores dos materiais didáticos, e não necessariamente daquilo que a historiografia, as obras biográficas, principalmente os livros didáticos pretendiam representar. É nesse sentido que consideramos importante

investigar representações de Geisel veiculadas em livros didáticos e os pontos de articulações entre o que diz a historiografia utilizada na formação de professores, as biografias e os autores de LDH.

Como estamos partindo do princípio de que representações são produzidas por práticas (políticas, sociais, discursivas) e, portanto, de que são matrizes de discursos e de práticas de diferentes sujeitos que em seus espaços e tempos construíram suas representações sobre Geisel, entendemos nossas fontes (obras historiográficas, obras biográficas e o livro didático de história) como objetos culturais, pois essas materializam práticas de diferentes sujeitos. Desse modo, nossas fontes são objetos culturais portadores de representações de sujeitos que falam de diferentes lugares.

Por isso, tomamos as obras historiográficas, as biográficas e os LDH que constituem o *corpus* da investigação como objetos culturais portadores de representações de diferentes sujeitos que, historicamente, é situado e datado, o que deve ser levado em conta em uma investigação dessa natureza, tendo em vista que, para nós, identificam a posição desses sobre uma determinada realidade ou sobre um determinado aspecto dessa realidade. No caso desta pesquisa, sobre Geisel.

Os conceitos de “representação”, “práticas”, “apropriação”, “objetos culturais” (enquanto obras e gestos com um princípio e demarcação intelectual do mundo e/ou como práticas comuns que exprimem a forma de produção de sentido, vivência e pensa a relação com o mundo) – tomando como base a obra de Roger Chartier (1999, p. 8-9; 2002, p. 93) – nos levam a crer que o objetivo maior é superar a forma tradicional de fazer história cultural, postas pela história das mentalidades e pela história quantitativa que dão ênfase primordial aos domínios econômico-sociais. E os gestos, as ações, as práticas dos diferentes sujeitos que em seus lugares contribuem para construir a realidade? Esses também demandam ser levados em conta em pesquisas históricas que se propõem a compreender articulações entre representações veiculadas em diferentes suportes e contextos.

Dessa forma, as reflexões de Roger Chartier (2002a, 2002b, 2002c, 2007, 2009) nos ofertam um corpo de conceitos fundamentais para o entendimento de aspectos que configuram a realidade como ela se apresenta a nós. A noção de representação concebida como produto e produtora de práticas, ou ainda como conjunto de ordenações

simbólicas que permitem não apenas significar a realidade, mas produzi-la, nos impulsiona a analisar representações de Geisel pela historiografia, por biógrafos e, principalmente, pelo LDH, como construção histórica, sabendo que não estamos diante do fato em si. Ao contrário, estamos diante de representações de diferentes sujeitos que se apropriaram de representações e elaboraram as suas próprias.

Nesse sentido, Ernesto Geisel nos LDH, nos livros historiográficos e nos biográficos só pode ser apreendidos como representação de leituras e como apropriações. Portanto, temos convicção de que estaremos atuando com representações perpassadas por conflitos de interesses decorrentes de hegemonias que reiteram práticas culturais, reforçando-as e ressignificando-as.

A partir desse conceito de Chartier (2002), levantamos a possibilidade de que as comunidades de interpretação comunicam seus preceitos aos sujeitos que acabam se identificando com os mesmos valores ou escolhas, facilitando a permanência de discursos e práticas anacrônicas, tanto no âmbito das obras historiográficas e biográficas, como no contexto dos LDH, no que diz respeito a Geisel (1974-1979). Desse modo, acreditamos que alguns pontos de contato entre esses três objetos culturais priorizam permanências de formas de representar Geisel e se reinventam outras. Nosso objetivo comprovar a eficácia e importância na fluidez entre diferentes comunidades de leitura promovendo diálogos e construções de conhecimento.

Tomamos os autores de LDH, de obras historiográficas e biográficas como constitutivos de “comunidades de interpretação”, ou seja, como membros de uma geração de profissionais que se apropriaram de representações sobre Ernesto Geisel e constroem as suas próprias. Identificar representações construídas por essas comunidades de interpretação permitem, a nosso ver, compreender a dinâmica simbólica que atua entre eles. Desse modo, os materiais que utilizamos como fontes documentais não refletem a realidade como uma verdade, mas fornecem representações dos próprios autores, tendo em vista o que desejam veicular e o tipo de sujeito formar. Por isso, em nossa pesquisa, conferiremos atenção especial às representações de Geisel e de seu governo que se tornaram hegemônicas. Sabemos que a significação de um texto varia conforme convenções, usos e protocolos de leitura próprios a diferentes comunidades interpretativas (ABREU, 2003).

Nesse sentido, as obras historiográficas, biográficas e os LDH são tomados como produtos de um determinado tempo e espaço histórico. Portanto, eivadas de visões de sociedade, de mundo, de educação, de formação de sujeitos que traduzem expectativas de construção de representações, formando e ampliando comunidades de interpretação.

Nesse sentido é que consideramos todos esses materiais como objetos culturais, em relação aos quais o pensamento de Roger Chartier e as categorias mencionadas, nos auxiliam a analisar o *corpus* apresentado, no que tange as representações de Geisel e de seu

Governo.

## CAPÍTULO 2

### REPRESENTAÇÕES DE ERNESTO GEISEL E SEU GOVERNO EM OBRAS HISTORIOGRÁFICAS.

Neste capítulo enfocamos Geisel a luz das obras historiográficas, utilizando mais precisamente as obras de Elio Gaspari (2002a, 2002b, 2003, 2004), Boris Fausto (2010) e Maud Chirio (2012). Para nós, esses três autores se empenharam em estudar o período militar brasileiro com diferenciados focos de interesse. Enquanto Gaspari (2002a, 2002b) faz um relato minucioso sobre os bastidores do “governo militar”, Fausto (2010) explicita o mesmo período de maneira mais direta, sem muitos detalhes, principalmente de cunho pessoal.

A autora francesa Maud Chirio (2012) busca discutir a prática política existente entre a oficialidade militar de patentes inferiores, bem como os grupos ou as “linhas duras” que os presidentes-militares enfrentaram durante seus mandatos. Tais enfoques permitem conhecer especificidades de representações de Geisel que circulam via a historiografia. Acreditamos que o diálogo com esses trabalhos permitem mostrar vinculações entre representações sobre Geisel e sobre seu governo que circulam em obras historiográficas clássicas e as que circulam em LDs de História.

Elio Gaspari, em suas obras *Ditadura Envergonhada: As Ilusões Armadas* (2002a), *Ditadura Escancarada: As Ilusões Armadas* (2002b), *Ditadura Derrotada: O Sacerdote e o Feiticeiro* (2003) e *Ditadura Encurralada: O Sacerdote e o Feiticeiro* (2004) apresenta ao leitor quase todo o período da Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), desde a deposição do presidente João Goulart (1964) até o término do governo de Ernesto Geisel (1979). O autor não trata do último governo militar presidido pelo general João Baptista Figueiredo, sua justificativa baseia-se no desejo deste presidente em não querer ser lembrado. Ao presidente da “distensão política”, Ernesto Geisel e ao general Golbery do Couto e Silva dedica suas duas últimas obras.

*A Ditadura Derrotada: o Sacerdote e o Feiticeiro* (2003) e *a Ditadura Encurralada: O Sacerdote e o Feiticeiro* (2004) relatam com detalhes ímpares situações que Geisel e

Golbery viveram no decorrer de suas carreiras políticas. Como nosso interesse baseia-se em Ernesto Geisel, o general Golbery será mencionado apenas quando necessário.

O aspecto fundamental das obras de Gaspari é a fluidez que este se permite, pois não se centra apenas na história política encarnada em cada um dos personagens citados em seus livros,<sup>7</sup> mas também a história mais íntima, pessoal de cada um. O autor aborda algumas consequências resultantes das ações desses participantes políticos sobre eles próprios. Nesse sentido, a obra de Gaspari é de extrema relevância para o nosso estudo.

Seguindo adiante, analisamos a obra intitulada *História Concisa do Brasil* (2010), do autor Boris Fausto. Bem como nos quatro volumes produzidos por Elio Gaspari, Fausto fornece ao leitor relevantes informações sobre o período em que o governo da presidência do Brasil ficou entregue às mãos dos militares (1964-1985). Porém, apresenta de forma mais objetiva, como é característica conhecida do autor, algumas elucidações sobre este período da História do Brasil. Boris Fausto relata que, após a experiência de um período democrático (1945-1964), a “[...] alta oficialidade das Forças Armadas – especialmente o Exército – estava disposta, em sua maioria,<sup>8</sup> a garantir o regime democrático dentro de certos limites (2010, p. 233)”.

De acordo com Fausto (2010) esses limites baseavam-se em preservar a ordem interna da nação e o combate ao Comunismo. Por isso, para os militares, João Goulart, que chegou à presidência da República após a saída teatral de Jânio Quadros, teria desrespeitado as “fronteiras” estabelecidas pelo exército brasileiro. A reforma urbana pregada por Jango e seu carisma pelos ideais comunistas fizeram com que o exército brasileiro depusesse o então presidente em 1964, dando início ao período da ditadura militar no Brasil (1964-1985). Depor Jango era a verdadeira “guerra revolucionária”, pois:

A guerra revolucionária, cujo objetivo final seria a implantação do comunismo, abrangia todos os níveis da sociedade e usava como

---

<sup>7</sup> Presidentes, ministros, esposas, filhos, enfim, personagens que geralmente recebem menos atenção em outras obras historiográficas, como a de Boris Fausto, que também foi utilizada neste trabalho de dissertação.

<sup>8</sup> O exército não era unânime em suas opiniões, existiam os oficiais nacionalistas, próximos dos comunistas e os “purificadores da democracia”, que apoiavam um golpe estatal para por fim ao avanço comunista. (FAUSTO, 2010, p. 234).

instrumentos desde a doutrinação e a guerra psicológica até a luta armada. Por isso mesmo, era necessário opor-se a ela uma ação com a mesma amplitude. As Forças Armadas, nesse contexto, passavam a ter um papel permanente e ativo, tendo por objetivo derrotar o inimigo, garantindo a segurança e o desenvolvimento da nação. Nascia assim a doutrina da segurança nacional (FAUSTO, 2010, p. 249).

Na obra de Fausto (2010), Ernesto Geisel, embora seja evidenciado seu trabalho para se chegar à distensão política, é apresentado ao leitor de maneira mais distanciada do que o foi nas obras de Gaspari. Um exemplo claro deste distanciamento entre as duas formas de escrever sobre o mesmo personagem histórico seria a morte do filho de Geisel, Orlando Geisel Sobrinho. Enquanto Gaspari se preocupa em apresentar ao leitor o sofrimento do pai-presidente e sua dificuldade de superação desse infortúnio, Boris Fausto sequer menciona o assunto, pois seu objetivo é apresentar o “presidente” não o “pai” Ernesto Geisel.

Maud Chirio<sup>9</sup> aborda o período militar brasileiro de forma diferenciada dos outros dois autores que contribuem para a confecção deste trabalho de dissertação. O enfoque da autora são as manifestações políticas intramilitares que mostram a heterogeneidade de pensamentos em relação a “Revolução” ou “Golpe” de 1964 (Chirio utiliza os dois termos), bem como os governos que precederam a este fato histórico dentro do corpo das Forças Armadas Brasileiras.

As distinções são específicas entre o generalato e oficiais de patentes inferiores, bem como aqueles militares separados por integrarem o grupo denominado “jovem oficialidade radical” ou os que foram mandados para a “caserna”. Enquanto Boris Fausto e Elio Gaspari dedicam maior atenção às pesquisas relacionadas ao “fato histórico” – no caso o período ditatorial brasileiro dos anos de 1964 a 1985 – e aos personagens que mais se destacaram durante o referido período – mas que, logicamente, não foram os únicos que o compuseram – Chirio enfatiza as diferenças de ideias e discursos existentes em um grupo que prezava a ordem e disciplina e se dizia homogêneo, o Exército; essencialmente nos integrantes de baixa patente, com pouca visibilidade histórica.

---

<sup>9</sup> Historiadora francesa, doutora em história contemporânea pela Universidade Paris I – Sorbonne. Suas áreas de interesse principais são o regime militar brasileiro: as relações entre as Forças Armadas e política; e o fenômeno revolucionário no século XX.

Ao dar voz a estes personagens, Maud Chirio (2012) permite ao leitor uma nova abordagem sobre a ditadura e possibilidade de apropriar-se de novas representações sobre esse período e suas personalidades, bem como sanar algumas lacunas que existiam e sempre vão existir, pois nenhum assunto é totalmente esgotado, por maior que sejam os números de trabalhos e pesquisas referentes ao mesmo. Sobre o governo Geisel, Chirio apresenta vários pontos de discussão, como a “xenofobia<sup>10</sup>” por parte de oficiais como o coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite. Discute também a existência de não apenas um, mas pelos menos dois grupos que formaram a “linha-dura” durante o regime militar brasileiro e as ações de oficiais militares, principalmente generais, para impedir as manifestações políticas dentro dos quartéis.

É válido lembrar que os livros de Elio Gaspari abordam o período militar brasileiro desde os preparos para a “Revolução de 64”, como define o autor, ao fim do governo Geisel (1974-1979). Cada obra ficou restrita a um foco de estudo, de maneira que o autor pudesse explicar detalhadamente a questão escolhida. Todas beneficiaram a História do Brasil com riquíssimos conhecimentos, porém os dois últimos volumes serão a base historiográfica deste trabalho dissertativo. Nesses volumes, o autor dá atenção exatamente a Geisel, como ele mesmo destaca nas páginas iniciais:

Em dois outros livros (*A ditadura envergonhada* e *A ditadura escancarada*) procurei contar a história do consulado militar desde a deposição do presidente João Goulart, em 1964, até a caçada dos guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil, nas matas do Araguaia, em 74. Neste, vão narradas as vidas de Geisel e Golbery, a articulação que os levou ao Planalto, a formação do governo e seu caminho até a eleição de 1974, na qual a ampla e inesperada vitória da oposição alterou o curso da ditadura (GASPARI, 2003, p. 15-16).

Gaspari não se esqueceu de contar algumas intempéries que sofreu após ter conseguido os documentos. Umas mais frustrantes que outras. Foi o caso das fitas que Heitor Ferreira lhe concedeu com gravações das conversas que o presidente Geisel teve com alguns de seus ministros, com o próprio Heitor e aquele a quem chamavam de seu “filho postiço”, Humberto Barreto no decorrer de seu governo. Material riquíssimo que por si

---

<sup>10</sup> No contexto estudado o termo traz alusão à aversão a outras raças e culturas.



só poderia compor uma coletânea de diálogos históricos referentes ao governo presidencial de 1974-1979. Porém, Gaspari não possuía a permissão de divulgar o conteúdo dessas fitas, poderia apenas ouvi-las. Por obra do destino, o embargo imposto ao autor foi derrubado quando o conteúdo das fitas das gravações de conversas que ocorriam no gabinete presidencial da Casa Branca nos Estado Unidos da América foi divulgado. Mediante este acontecimento, Heitor Ferreira, não via mais necessidade de se ocultar o material brasileiro. O trecho abaixo ilustra tal episódio:

Quando trouxe as fitas [em 1986, com conteúdos dos anos de 1973/74], Heitor Ferreira impôs um embargo. Eu poderia apenas ouvi-las. No final de 1997 foram editadas nos Estados Unidos as transcrições das gravações feitas pelos presidentes John Kennedy, durante a crise cubana de 1962, e Lyndon Johnson, em suas salas de trabalho e em seus telefones. Anos depois o historiador Timothy Naftali editou dois volumes e um CD com as gravações de Kennedy no Salão Oval da Casa Branca. Com esses precedentes, Heitor permitiu que as fitas fossem citadas livremente, desde que se preservasse a vida particular dos outros (GASPARI, 2003, p. 17).

Aberta a porta que permitia Gaspari tratar com desenvoltura a ditadura militar brasileira (1964-1985), o autor libertou a “pena” para relatar intrigantes fatos deste período histórico brasileiro. Talvez o próprio acaso fosse um grande contribuinte de Elio Gaspari, pois, além de ter sido beneficiado pela permissão de divulgar, devido ao incidente na Casa Branca, as fitas do governo Geisel, o mofo da garagem do general Golbery do Couto e Silva fez do autor o receptor de documentos que não mais poderiam ali permanecer (GASPARI, 2002, p. 13).

Para Gaspari ainda faltava à oportunidade de ouvir, segundo ele, os principais personagens que compunham suas obras, Golbery do Couto e Silva e Ernesto Geisel. O segundo promoveu ao autor um jogo de paciência e perseverança. Gaspari já havia conseguido algumas entrevistas com Ernesto, porém não possuía nenhuma delas em áudio. Tal frustração do autor demoraria 15 anos para ser sanada e, mesmo assim, a divulgação do material não poderia ocorrer rapidamente, pois o detentor das fitas era o próprio entrevistado. Aumentando ainda mais a ansiedade de Gaspari, seria Geisel quem decidiria o destino dessas fitas. Ou seja, o autor derrubava uma barreira e, logo em

seguida, erguia-se outra, tão ou mais espessa que a primeira. Mesmo assim, não houve desistência, ao contrário, chegou-se ao término do jogo com a vitória de Elio Gaspari, como ele mesmo pontua:

Em 1994, depois de quinze anos de insistência, ele concordou em gravar um depoimento de sua vida. Realizamos perto de vinte sessões, sempre às terças-feiras, na sala de seu apartamento de Ipanema, todas com duração de noventa minutos. Interrompeu-as quando adoeceu, no início de 1996. Pelo trato, as fitas ficavam em seu poder, para que lhes desse o destino que bem entendesse. Depois da morte do pai, Amália Lucy Geisel gentilmente enviou-me doze fitas que encontrou num armário de sua casa (GASPARI, 2002, p. 14).

Gaspari fornece ao leitor uma visão pessoal e aprofundada sobre os acontecimentos que levaram à ditadura militar brasileira. Segundo o autor, as Forças Armadas Brasileira, composta pela Aeronáutica, Marinha e Exército, sentiam que o presidente João Goulart não era a liderança forte e fiel da qual a Constituição e a Pátria necessitavam naquele momento. Outro problema foi que nem toda a oficialidade militar aceitou pacificamente a posse de Jango do cargo de presidente da República do Brasil. Para alguns militares, Jânio seria um incapaz e Jango “o lixo” que a vassoura da campanha presidencial de Jânio Quadros queria varrer. Nas palavras de Gaspari, Jânio Quadros era:

[...] Introverso e tolerante, era um homem sem inimigos. Os ódios que despertou vieram todos da política, nunca da pessoa. Sua presença no palácio do Planalto era um absurdo eleitoral a serviço de um imperativo constitucional. (GASPARI, 2002a, p. 46).

Para Boris Fausto (2010) argumentos como a manutenção da ordem social, o respeito à hierarquia, a extinção do Comunismo e a reorganização da sociedade brasileira foram usados como justificativas para o ingresso de Castello Branco na presidência do Brasil. A figura de um militar à frente da nação brasileira representava quão centralizador seria o poder, não somente nas mãos de um homem, mas de um seguimento das Forças Armadas, o Exército. Iniciou-se a criação dos Atos Institucionais sempre pelo primado

do bem-maior. O AI-1 proporcionaria ao novo regime as mudanças consideradas necessárias nas instituições brasileiras, em especial o Congresso e os direitos do cidadão. (FAUSTO, 2010, p. 258).

Os reais motivos que levaram Jânio à renúncia não são claros nos textos de Gaspari, muito menos na obra de Boris Fausto (2010), mas os transtornos causados com sua saída foram evidenciados por Elio Gaspari. De acordo com o mesmo, Jânio não havia apenas levado à faixa presidencial (GASPARI, 2003, p. 74), mas também o sossego das Forças Armadas Brasileiras. Pela Constituição de 1947 o vice-presidente João Goulart deveria assumir o cargo que foi deixado vago, porém a sua proximidade com as ideias do populismo<sup>11</sup> de Getúlio Vargas deixou apreensiva uma parte dos militares brasileiros, pois possuíam o receio de que Goulart, antigo ministro do trabalho de Vargas, fato ocorrido nos anos de 1953, trouxesse para seu governo alguns ideais de seu antigo tutor. Além disso, Jango estava em viagem fora do Brasil, especificamente na China Comunista, agravando ainda mais sua posse como presidente.

Um pequeno grupo de militares, incluindo-se os irmãos Orlando e Ernesto Geisel e os três ministros militares do governo, Odílio Denys (Exército), Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e Sílvio Heck (Marinha), tentaram realizar um golpe que impedisse Jango de assumir a presidência. Porém, os oficiais que desejavam o afastamento de Jango não tinham forças contundentes para isso (GASPARI, 2003, p. 75-76).

O golpe proposto por alguns militares da época não possuía solidez suficiente para vigorar, enquanto que Goulart recebia forte apoio de Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e seu cunhado. Assim, o novo presidente da República fora empossado em setembro de 1961.

A chegada de Jango ao Brasil para a posse foi, tanto quanto possível, tranquila devido ao desmantelamento da Operação Mosquito<sup>12</sup> por parte do general Ernesto Geisel. É obvio que, num primeiro momento, a atitude de Geisel poderia causar estranheza, já que o mesmo fazia parte do grupo que tentou impedir a posse de João Goulart. Porém, ao perceber que não era todo o exército que estava disposto a realizar o tal “golpe” e que

---

<sup>11</sup> Populismo “No caso brasileiro, [seriam] os apelos simbólicos e as concessões econômicas às massas populares seriam a tônica do getulismo, ou pelo menos do primeiro governo Vargas”. Fausto, 2010, p. 214.

<sup>12</sup> Operação destinada a impedir que Goulart chegasse ao Brasil, seu avião, pelas ordens do exército, deveria ser abatido ou sequestrado. Gaspari, 2003, p. 81.

este, muito menos, alcançaria seu objetivo. Os irmãos “Geisel” se indispueram um com o outro, pois apoiaram grupos opostos. Geisel, para que sua decisão se tornasse pública, foi receber o presidente Goulart no aeroporto e o acompanhou até a Granja do Torto (GASPARI, 2003, p. 82-83).

Estar no cargo de presidente da República Federativa do Brasil não garantiria a João Goulart os poderes de governar o país no antigo sistema presidencialista. Foram catorze dias tentando neutralizar a posse de Jango, porém, como não surgiu, no meio militar, um nome forte para se empossar no lugar do vice-presidente, outro caminho fora tomado. As Forças Armadas Brasileiras aceitariam a posse de Jango desde que ocorresse uma reforma constitucional sobre a característica do governo brasileiro mudando-o de presidencialista para parlamentarista. Ciente das salvaguardas, João Goulart assume o cargo de presidente da República Federativa do Brasil. Todos os detalhes da reforma constitucional foram transmitidos a Jango por Tancredo Neves, deputado federal nesta época (GASPARI, 2003, p. 80).

Nas obras de Elio Gaspari os leitores são de imediato, apresentados ao Ernesto Geisel como indivíduo participante da política brasileira. No decorrer da leitura Gaspari fornece informações detalhadas sobre Geisel em vários aspectos de sua vida social, familiar, política, estudantil. Enfim, os relatos usados pelo autor permitem o público leitor se apropriar de representações de Ernesto Geisel vinculadas ao período anterior à sua participação na história política brasileira. Aspectos não visíveis nas obras de Boris Fausto (2010) e Maud Chirio (2011). Em momento algum os dois últimos autores tratam da história “familiar” de Ernesto Geisel.

De família humilde e descendência alemã, nascido em Bento Gonçalves, Geisel detestava o apelido de Alemão e tentava se distanciar da cultura familiar a todo custo (GASPARI, 2003, p. 28). Demonstrava ser um aluno aplicado, porém, desejoso de traçar o próprio caminho. Algo complicado para o filho caçula de uma família que já possuía dois filhos bem quistos no Colégio Militar. Ao ser comparado aos seus irmãos mais velhos, Orlando e Henrique Geisel, Ernesto Geisel mostrou irritação: “O professor perguntava se eu era irmão do Orlando e do Henrique, e dizia que eu tinha um sobrenome a zelar. Ora, eu era eu, não o irmão do Orlando e do Henrique.” (GASPARI, 2003, p. 32). Como qualquer irmão menor procurava se estabelecer no meio em que vivia.

Várias foram as dificuldades enfrentadas por Ernesto Geisel para ser aceito no Colégio Militar. Além das limitações financeiras, Geisel foi prejudicado por um sério problema de vista que o impediu de cursar a escola primária de forma regular. A gestão escolar da época acreditava que o menino não acompanharia a turma, por isso, foi aceito apenas como ouvinte. Mas, com orgulho, Ernesto Geisel afirmou que ao findar o ano sabia mais que seus colegas de classe (GASPARI, 2003, p. 30).

Geisel também se valeu da esperteza, ou melhor, de seu “brasileirismo”, fazendo uso do famoso “jeitinho brasileiro” quando, seu pai, Augusto Geisel, alterou o registro de nascimento do filho caçula para torná-lo um ano mais jovem e assim ingressar no Colégio Militar (GASPARI, 2003, p. 31).

Muito ligado à família, em especial à sua mãe, Lídia Beckmann, Geisel trocou, por duas vezes, as viagens que ganhou para a Europa por passagens que o levasse do Rio de Janeiro a Porto Alegre. As passagens foram prêmios que Ernesto recebera devido ao excelente desempenho que obtivera na escola Militar de Realengo. Através da escrita de Gaspari é possível se apropriar de representações de Geisel como um jovem aplicado, ciente de suas limitações econômicas e aluno/cadete muito sério (GASPARI, 2003, p. 32).

Ao ler sobre a vida estudantil de Geisel, nota-se o empenho contínuo que o mesmo atribuía aos estudos, de maneira a se classificar sempre em primeiro lugar. A determinação de fazer sempre o melhor o acompanhou também em batalhas militares. Ernesto Geisel participou do levante que ascendeu Getúlio Vargas ao poder nos anos de 1930. Para Geisel este movimento não foi uma ação nacional, pois a “Revolução de 30 era a revolução do Juarez Távora e do Luiz Carlos Prestes” (GASPARI, 2003, p. 33). Em sua opinião, a disputa sempre esteve na esfera do poder, o povo, principal agente revolucionário, teria sido colocado de lado. Convicto de estar do “lado” certo e acreditando que Vargas deveria assumir a presidência brasileira, Geisel luta ao lado das tropas de Getúlio. Em 1932, quando ocorreu à chamada Revolução Constitucionalista, o 1º tenente Ernesto Geisel dispara os primeiros tiros de sua vida como dirigente de tropa de Artilharia a Cavalos. O 1º tenente Geisel:

[...] Combatia um movimento que se autodenominava Revolução Constitucionalista, no qual via pura e simples sedição separatista.

Dessa vez deu quase todos os tiros de sua vida. Em agosto de 1932 estava no alto do morro da Tempestade, a quatro quilômetros a sudeste de Itatiaia (GASPARI, 2003, p. 34-35).

Foi na Paraíba, em 1934, que o tenente e o civil Ernesto Geisel trabalharam juntos. Sem deixar a farda, Geisel aceitou o cargo de secretário estadual da fazenda, agricultura e obras públicas. Ernesto Geisel aceitou relutante o convite do interventor Gratuliano Brito, pois temia que sua carreira militar fosse prejudicada. Nunca escondeu de ninguém que havia escolhido as Forças Armadas e era ali que desejava constituir carreira.

Os cargos civis aceitos por Geisel prejudicaram sua evolução militar, embora tenha conseguido patentes significativas, essas vieram de forma mais tardia. Mediante esta informação pergunta-se, por que Geisel não rejeitou os convites? Por causa das representações que se apropriou durante seu processo educacional e familiar. Para um homem como Ernesto Geisel não existia a possibilidade de desobedecer ou não aceitar uma ordem de seus superiores. Seu pai, Augusto Geisel, foi seu mentor quanto o respeito à hierarquia. Para permitir que os leitores entendam a personalidade de seu pai, Geisel contou que, “Augusto queixava-se do temperamento anárquico dos meninos do lugar, não queria suas crianças naquele meio e as proibia de brincar na rua” (GASPARI, 2003, p. 29). A apropriação de respeito e benefícios por merecimento por parte de Ernesto Geisel nos é evidente quando Gaspari conta que:

Pouco depois do jantar do Paraíba Hotel, o ministro da Viação, José Américo de Almeida, eminência civil da Revolução no Nordeste, disse a Geisel que estava deixando o cargo e que já tinha resolvido o problema de diversos amigos mas faltava resolver o seu. [...] Ofereceu-lhe uma cadeira de deputado federal. “Eu não tenho problema. Tenho minha profissão, gosto dela e sou capaz”, respondeu Geisel (GASPARI, 2003, p. 37).

Assim como todos os indivíduos Geisel possuía seus “ídolos”. Quando menino ficara anestesiado com o livro *A Ilha Misteriosa*, de Júlio Verne. Para o autor Elio Gaspari, foi desta obra que Geisel retirou a obstinação pelo desenvolvimento industrial brasileiro (2003, p. 16). Quando jovem, após definir suas próprias representações sobre

hierarquia, obediência e ordem, declarou algumas de suas opiniões e admiração. Concordava com o Estado Forte, era contra o Comunismo a ponto de romper a longa amizade que possuía com Agildo Barata quando este se tornou comunista (GASPARI, 2003, p. 38). Ernesto Geisel era claramente um soldado da direita e nada nem ninguém lhe fariam mudar de opinião.

Nos anos de 1940, arranjado por seu pai, Augusto Geisel, Ernesto Geisel une-se em matrimônio com sua prima Lucy Marckus, prometendo a noiva apenas uma “miséria dourada”. O casal teve dois filhos, uma menina chamada Amália Lucy Geisel e, Orlando Geisel Sobrinho, que recebera este nome para homenagear o irmão mais velho de seu pai, Orlando Geisel. Orlandinho, como foi apelidado pelos familiares mais íntimos, morreu muito jovem e de forma trágica, como descreveu Gaspari.

Na tarde de 28 de março de 1957 o coronel Ernesto Geisel completara um ano de comando em Quitáúna. Havia uma pequena comemoração no quartel e até um jogo de basquete. Seu filho Orlando ia para a quadra. Era magro, tinha dezesseis anos, 1,86 m, óculos de fundo de garrafa e tradição de bom aluno. “Fui o primeiro aluno”, escrevia a um amigo, “mas isto é quase uma obrigação para mim, porque todos os outros alunos trabalham e não têm tempo para estudar.” [...] Ao atravessar a linha do trem, o jovem Orlando Geisel Sobrinho foi apanhado por uma composição e, ferido na cabeça, morreu no leito da ferrovia (GASPARI, 2003, p. 55).

A dor da morte do filho fez com que Geisel se tornasse mais introspectivo. Característica que sua filha, Amália Lucy, anos mais tarde, afirmaria que a presidência da República apenas acentuou, pois muito prejudicou o dia-a-dia da família. Com a morte de seu irmão Orlandinho, Amália sofreu demasiada proteção de seu pai tornando evidente a figura paterno-humana do presidente do Brasil. Elio Gaspari acredita que o melhor amigo de Geisel, Humberto Barreto, antigo confidente de seu filho Orlandinho, ocupou o vazio deixado após a morte de seu filho. Geisel nunca superou a ceifa de seu filho, confessando ao autor que “ao longo de minha vida eu fui um infeliz” (GASPARI, 2003, p. 55-56).

Ernesto Geisel continuou sua vida. Participou da derruba do presidente da República João Goulart em 1964 e trabalhou como chefe da Casa Militar durante o governo do Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), ingressando de forma definitiva na vida política; até se tornar “Fósforo Riscado”<sup>13</sup>, no governo do marechal Artur da Costa e Silva (1967-1969), quando foi mandado para o Superior Tribunal Militar. Ocupando este cargo, Ernesto Geisel admitiu que, em certos julgamentos, tomou decisões que melhor lhe convinha, estabelecendo seu parecer do caso e não aquilo que lhe era apresentado pelas provas. Essas ações faziam aqueles que estavam ao seu redor se lembrarem de que não estavam lindando com um juiz simplesmente, mas um juiz-general que, por hábito criado no exército, não admitia ser questionado ou contrariado (GASPARI, 2003, p. 103).

Sobre esse fato Gaspari (2003) e Fausto (2010) comungam da ideia de que os militares da “linha dura” acusavam o presidente Castello Branco de ser complacente com seus inimigos, exigiam ações mais firmes e radicais, que foram possíveis com o AI-2. Através dele o governo extinguiu partidos políticos, concedeu liberdade ao presidente de criar, quantos fossem necessários, decretos-leis para garantir a segurança nacional. Apesar de todos esses artifícios de poder, Castello Branco não conseguiu fazer seu sucessor. Costa e Silva assumiu a presidência da República fazendo com que:

As duas grandes viúvas de Castello nas Forças Armadas [*Geisel e Golbery*] mantiveram-se fora do jogo miúdo da anarquia. Ao contrário do que ensina a regra dos sinais matemáticos, segundo a qual o inimigo do meu inimigo é meu amigo, não se aproximaram dos cacos da linha dura transformados em dissidências do governo. Geisel isolara-se por temperamento e, desde maio de 1969, por imperativo médico. Penara uma pancreatite que quase o matou e uma hepatite renitente que o deixara na cama. Golbery retraíra-se por prático, pois detestavam-no na exata proporção em que ele detestava tanto os militares protegidos pelo governo como a linha dura perseguida. (GASPARI, 2002, p. 69).

---

<sup>13</sup> Sua promoção à quarta estrela foi constrangedora. Geisel passou de general-de-brigada a general-de-exército em cinco anos e oito meses. Ninguém conseguira coisa parecida. As duas promoções demoravam cerca de dez anos. [...] Supondo que seria mandado ao “canil” pelo governo Costa e Silva e amenizando as ciumeiras da supersônica promoção, foi direto para o Superior Tribunal Militar. Nunca um quatro-estrelas recém-promovido fora mandado para o STM, e jamais isso voltaria a suceder. [...] No topo da carreira [Geisel], o tenente de 1930 tornara-se magistrado de uma ordem ditatorial. Tinha sessenta anos, aparentava mais. Como fósforo riscado, viveria para a família (GASPARI, 2003, p. 101-102)



As vidas de Geisel e Golbery tornaram-se tranquilas e desinteressantes aos olhos das Forças Armadas, porém, a vida política da nação enfrentava ventos cada vez mais fortes. Com a saúde debilitada, o marechal Humberto de Alencar da Costa e Silva teria que ser substituído na presidência do Brasil. Pela logística política seu vice, Pedro Aleixo, deveria assumir o cargo, porém as Forças Armadas Brasileiras acreditavam que um civil na chefia do país não seria a melhor solução, pois o grande inimigo do Brasil, o Comunismo, ainda não havia sido abatido. Anos mais tarde, Ernesto Geisel afirmaria que o movimento de 1964 não foi um golpe militar, mas sim a não permissão da posse de Pedro Aleixo<sup>14</sup>.

Os militares estavam unidos na decisão de não permitir a posse do vice-presidente, porém não chegavam a um consenso sobre quem deveria assumir o cargo. Numa decisão inesperada, Petrônio Portella sugeriu uma Junta Militar composta por três regentes: Augusto Rademaker, Aurelio de Lyra Tavares e Márcio de Souza e Mello (GASPARI, 2003, p. 82). Embora não tenha tido apoio unânime, a Junta foi aceita para sanar, provisoriamente, o dilema existente.

Ernesto Geisel, já nesta época, era um dos nomes cogitados para presidente da República, porém também estava com a saúde debilitada devido a uma forte pancreatite, agravada pela hepatite que adquiriu durante uma transfusão de sangue desnecessária. (GASPARI, 2003, p. 69). Por algum tempo, durante o governo da Junta Militar, vendeu-se aos cidadãos brasileiros o retorno de Costa e Silva para a presidência da República, porém, quando a gravidade do problema de saúde do então presidente foi taxada como irreversível tornou-se mais que necessário à procura de um nome, leal às Forças Armadas, para substituí-lo. Com o cuidado de não ter um civil como presidente e sem a possibilidade de Geisel aceitar o convite, surgiu o nome do general Garrastazu Médici<sup>15</sup> após reunião do Colégio do Exército.

---

<sup>14</sup> Fala-se em golpe de 64, mas o golpe realmente foi dado quando impediram Pedro Aleixo de tomar posse. Porque Pedro Aleixo não assumiu? Porque era um político, e fora o único membro do governo a votar contra o AI – 5. Achavam que ele não ia dar conta do problema. A primeira coisa que haveria de querer era derrubar o AI – 5. Por isso, concluíram que não podiam assumir (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 210).

<sup>15</sup> Assinava-se Medici, mas o Almanaque do Exército listava-o como Medice havia mais de trinta anos. Até chegar à Presidência, era o general Garrastazú, Emilio para os amigos e Milito para um punhado de íntimos (GASPARI, 2002, p.129).

O candidato para o cargo de presidente já havia sido definido, porém o Brasil ainda tinha um presidente. Acamado ou não Costa e Silva era legalmente o primeiro mandatário do Brasil. Faltava apenas informá-lo que não poderia continuar no cargo. O responsável por levar a notícia de sua substituição foi o general Murucy. Tanto para aquele que levou quanto para aquele que recebeu a informação não fora nada fácil viver esse momento. Apoiado pela mulher Yolanda e seus filhos, Riograndino e Alcio, que chegaram a defender o mandato-tampão<sup>16</sup>, Costa e Silva relutara em deixar a presidência. O general Murucy adentrou-se no quarto do enfermo e disse:

[...] “Ô, cabo-de-guerra. Nós queremos ver você recuperado, e para se recuperar, não pode ter preocupações. Continuando presidente, você não se recupera. Estamos pensando muito em poupar você com alguém que seja seu amigo, que seja a sua continuação. Um amigo seu: Milito”. Ele começou a chorar. As lágrimas corriam do seu rosto. Pegou minha mão e me fez sair do quarto. Voltei para a ante-sala até que o médico reapareceu e disse para eu entrar de novo. Entrei, falei-lhe umas coisas da Revolução de 32 e disse que precisava sair para ir à missa. Quando saí do quarto, disse ao Alcio: “Está feito, vocês agora me dispensem porque eu não agüento mais isso”. (GASPARI, 2002, p. 125).

Por ser amigo de Costa e Silva, o candidato a novo presidente do Brasil, Médici, não aceitou de prontidão o convite que lhe fora feito, chegou a dizer ao general Murucy que só “aceitaria ‘como o embaixador americano, cloroformizado e amarrado’”. E recebeu como resposta: “Milito: é você o presidente, nem que para isso eu tenha que amarrá-lo e cloroformizá-lo” (GASPARI, 2003, p. 122). Boris Fausto (2010) afirma que os ministros militares não seguiram a Constituição Brasileira que outorgava ao vice-presidente o direito de assumir o cargo por este não corresponder aos requisitos estabelecidos pelos militares. Pedro Aleixo era um civil no meio de um corpo político composto por, em sua maioria, militares. De qualquer forma, a Junta Militar não funcionou por muito tempo, ainda em 1969 os cargos de presidente e vice-presidente foram declarados vagos pela mesma. Para suceder a Junta Militar “o Alto Comando das Forças Armadas escolheu para presidente o general Emilio Garrastazu Médici e para vice-presidente o ministro da Marinha, Augusto Rademaker”. (FAUSTO, 2010, p. 266).

---

<sup>16</sup> Consistia em eleger um vice-presidente temporário até 1971. (GASPARI, 2002, p. 115).

Com a chegada do general Emílio Garrastazu Médici na presidência do Brasil, o antigo “fósforo riscado”, Ernesto Geisel, também retornaria ao quadro político brasileiro e, seu irmão Orlando Geisel, tornava-se Ministro do Exército.

Talvez, a maior criação de Médici tenha sido o AI-5, com este ato institucional o presidente poderia, além de outras façanhas, fechar o Congresso, cassar mandatos, suspender direitos políticos e, conforme a necessidade do caso, demitir ou aposentar servidores públicos. Embora Geisel tenha sido o presidente que mais fez uso do AI-5, fora Médici o mais orgulhoso pela criação do mesmo<sup>17</sup>, possuía uma relação natural com essa fonte de poder.

Garrastazu Médici apresentou-se ao povo brasileiro, em seu discurso de outubro do ano de 1969, convicto de suas ideias ao afirmar, em claro e bom tom, através da rádio e televisão que: “Quem semear a violência colherá fatalmente a violência” (GASPARI, 2002, p. 126). Para isso Médici fortaleceu o Serviço Nacional de Informação<sup>18</sup> (SNI), assim, qualquer assunto, antes de chegar ao presidente da república deveria passar primeiramente pelo SNI, criado e chefiado pelo general Golbery do Couto e Silva. Sobre o governo Médici (1969-1974) o autor Boris Fausto descreve que o mesmo baseou-se nas decisões de seus ministros, não era hábito do presidente o “exercício do poder” (FAUSTO, 2010, p. 267). Ao fazer leitura deste fato descrito em ambas as obras, são possíveis perceber a equivalência entre representações que Gaspari e Fausto deixam transparecer ao leitor sobre o presidente Médici em seus textos.

Médici blindava a máquina de governo, impedindo, ou pelo menos dificultando, o acesso à mesma por qualquer um, até mesmo seus ministros. Foi durante este governo que o país passou por um dos períodos mais repressivos da História e, por isso mesmo, havia espalhados pelos estados, grupos armados com o objetivo de derrubar o presidente-general Garrastazu Médici. Vários grupos de oposição foram duramente perseguidos pelas Forças Armadas Brasileiras. O foco de maior importância que restou estava estabelecido perto do rio Araguaia. Embora mal equipados e com um número

---

<sup>17</sup> Não só se orgulhou de ter namorado o AI-5 desde antes de sua edição, como sempre viu nele um verdadeiro elixir: “Eu posso. Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, posso tudo”, disse certa vez a um de seus ministros. “Eu tinha o AI-5, podia tudo”, rememorou na única entrevista que concedeu (GASPARI, 2002, p. 133).

<sup>18</sup> Em junho de 1964, o regime militar deu um passo importante no controle dos cidadãos com a criação do Serviço Nacional de Informações (SNI). Seu principal idealizador e primeiro chefe foi o general Golbery do Couto e Silva. (FAUSTO, 2010, p. 259).

reduzido de guerrilheiros, a guerrilha do Araguaia<sup>19</sup> só foi totalmente exterminada no governo seguinte, o do presidente Ernesto Geisel.

Durante o governo Médici (1969-1974) poucos foram os que se atreveram a se colocar como adversários da tortura devido aos riscos que estes corriam de terem o mesmo fim dos denunciados em seus discursos. As atrocidades contra o ser humano variavam de humilhações a agressões físicas e psicológicas. Vozes de diversos seguimentos sociais se levantaram para condenar as práticas de torturas que eram realizadas nos Destacamento de Operações Internas<sup>20</sup> (DOI) do Brasil inteiro.

O problema da tortura no Brasil não era prioridade para Garrastazu Médici, mas para seu sucessor, sim, e já estava definido desde os anos de 1972, que seria Ernesto Geisel. A imprensa não poderia sequer mencionar o assunto, mas nos bastidores do plenário não se falava em outra coisa. O próprio presidente “no início de julho [...] se encontrara com Geisel no palácio Laranjeiras e lhe dissera: “Seu Ernesto, faltam vinte meses e sete dias” (GASPARI, 2003, p. 25). Não havia dúvidas de quem assumiria o cargo de presidente, precisava decidir como (GASPARI, 2003, p. 190).

De acordo com Boris Fausto (2010), Médici não conseguiu fazer seu sucessor e, Ernesto Geisel teria sido escolhido devido sua capacidade administrativa e também de comando. O fato de Geisel ser irmão do ministro do Exército, Orlando Geisel, também contribuiu para sua escolha. Mais uma vez, Gaspari e Fausto caminham juntos quanto ao relato da História, porém, enquanto Boris Fausto apenas descreve o acontecimento, Gaspari enriquece seus textos com falas e “estórias”.

Ernesto Geisel teve no irmão, Orlando Geisel, Ministro do Exército do governo Médici, um verdadeiro cabo eleitoral, isso de acordo com Boris Fausto (2010) e Elio Gaspari (2003). Orlando Geisel sempre defendeu a candidatura do irmão caçula, que em um diálogo<sup>21</sup> com o irmão mais velho nada mais fez senão obedecê-lo. Geisel, como seu

---

<sup>19</sup> Movimento guerrilheiro motivado pelo PC do B, grupo de militantes que se desvincularam do PCB, seu último foco de resistência estava localizada nos estado de Tocantins.

<sup>20</sup> Criado em julho de 1970 pelo Ministro do Exército, Orlando Geisel, o Destacamento de Operações Internas, seria de responsabilidade do Exército, ficando este acima das administrações civis, também da Marinha e Aeronáutica (GASPARI, 2002, p. 179).

<sup>21</sup> Orlando lhe disse:

— Prepare-se porque é possível que você venha a ser presidente da República.

— Por que eu? [...] Por que não você?

— Porque eu não tenho saúde (GASPARI, 2003, p. 194-195).

antecessor não se interessava pelo cargo, aceitou-o com algumas salvaguardas. A principal fora a decisão de não abrir mão de três pessoas em seu governo que considerava fundamental, pois lhe apoiaram mesmo quando era um “fósforo riscado”, eram eles o general Antonio Luiz de Barros Nunes, o *Cacau*, coronel Gustavo Moraes Rego e Heitor Ferreira. Estes, além de companheiros das horas difíceis trabalharam juntos na Petrobrás quando Geisel fora presidente.

Apesar de respaldado de forte apoio político, Ernesto Geisel enfrentou concorrência eleitoral. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da oposição, lançou um anticandidato, Ulysses Guimarães (GASPARI, 2003, p. 204). Sendo simbólica ou não, Ulysses Guimarães buscava, através de sua candidatura, denunciar as eleições indiretas e a supressão das liberdades políticas da maior parte dos cidadãos brasileiros (FAUSTO, 2010, p. 270). Apesar da tentativa do MDB, Geisel foi empossado em 15 de março de 1974 favorável ao início da abertura política que, até os anos de 1979, sofreu avanços e recuos.

Bem como Elio Gaspari, Boris Fausto evidencia o controle que Geisel impôs sobre a abertura política. A distensão política foi caracterizada por Fausto como “lenta, gradual e insegura” devido aos perigos que este plano político-governamental sofreu até o fim do governo do último presidente-militar, João Baptista Figueiredo. Para Fausto:

O governo Geisel se associa ao início da abertura política, que o general-presidente definiu como lenta, gradual e segura. [...] De um lado, Geisel sofria pressões da linha dura, que mantinha muito de sua força. De outro, ele mesmo desejava controlar a abertura, no caminho de uma indefinida democracia conservadora, evitando que a oposição chegasse muito cedo ao poder. Assim, a abertura foi lenta, gradual e insegura, pois a linha dura se manteve como uma contínua ameaça de retrocesso até o fim do governo Figueiredo (FAUSTO, 2010, p. 270-271).

Ernesto Geisel, o “fósforo riscado” que novamente foi utilizado, não se via como a melhor opção para presidente do Brasil. Elio Gaspari afirma que Geisel não possuía plano de governo e nomes para compor seu ministério. Além dessa árdua tarefa, Ernesto Geisel ainda enfrentaria os problemas internos do país, como a inflação, a tortura e os

problemas externos, como a alta do petróleo. Para compor seu ministério Geisel levou mais tempo do que seus antecessores e, mesmo assim, admitiu ter nomeado pessoas que não lhe agradavam, uma vez para agradar um amigo<sup>22</sup>, outras vezes por falta de opção, mas nenhuma lhe trouxe mais problemas e tristezas do que a nomeação do Ministro do Exército. Este substituiria seu irmão Orlando Geisel.

Como presidente da República e seu irmão como Ministro do Exército, Ernesto Geisel acreditava que seu governo seria alvo de muitas críticas difíceis de serem derrubadas, mas não se tratava de dizer não a qualquer um. Geisel precisaria dizer não ao seu irmão mais velho e, hierarquicamente, aquele que lhe era superior. Pesou-lhe muito essa decisão e trouxe consequências para toda a família. Ernesto Geisel não deu continuidade ao ministério de seu irmão Orlando Geisel e transmitiu sua decisão da seguinte forma:

No fim da tarde de 9 de fevereiro, sábado de Carnaval, [Ernesto Geisel] atravessou o portão do Jardim Botânico. O irmão o esperava: “Olha, Orlando, não vou manter você no ministério, por diversas razões. Primeiro, porque militarmente você é mais antigo que eu. Segundo, porque você é meu irmão, e o Brasil vai parecer uma república de bananas, com um irmão na Presidência e outro no Exército. Além disso, eu penso diferente de você em relação a muitas coisas, inclusive no Exército. Na primeira lista de promoções a generais nós vamos brigar. Não vai dar certo, eu conheço o nosso temperamento” (GASPARI, 2003, p. 250-251).

O relacionamento entre os irmãos nunca mais fora o mesmo, nas palavras de Ernesto Geisel: “o Orlando nunca mais me visitou. Até morrer, nem foi ao palácio, nem ao Riacho Fundo. Eu é que o visitei muitas vezes. Foi uma coisa muito dolorosa” (GASPARI, 2003, p. 251). Geisel não se esqueceu daqueles que perturbaram seu irmão Orlando Geisel com ideias de que deveria continuar como Ministro do Exército. Já presidente do Brasil, anos mais tarde, Ernesto Geisel desabafaria: “botei todos na reserva, e ninguém conseguiu colocação nenhuma. Todos eles me pagaram” (GASPARI, 2003, p. 252). Representações de político forte, audacioso e vingativo se tornaram claras em sua entrevista concedida ao autor Elio Gaspari, porém, o “homem” Geisel se deixou transcrever ao olhar do mesmo autor que, para descrever a emoção que

---

<sup>22</sup> Dale Coutinho.

Geisel sentiu no momento daquela entrevista em especial, escreveu em seu livro: “Três dias depois, contando a conversa a Antonio Carlos Magalhães, Geisel chorou. Vinte anos depois, lembrando-a ao autor, seus olhos marejaram-se (2003, p. 251)”. Sobre tal acontecimento, Fausto (2010) limitou-se apenas a narrar a substituição do ministro do exército, sem adentrar-se aos detalhes de desentendimentos e conflitos familiares dos envolvidos.

Resoluto e, às vezes imperial,<sup>23</sup> como muitos o descreviam, Ernesto Geisel já informava para o chefe do SNI, Golbery do Couto e Silva, suas pretensões de entregar a um civil o cargo da presidência da República, mas para isso precisava resolver alguns problemas com a Igreja Católica e a chamada “linha dura<sup>24</sup>” do exército brasileiro. Geisel enfrentava problemas com a “linha dura”, que pretendia manter o governo da maneira como estava, sob as ordens do exército. Também media forças com a Igreja Católica, que constantemente denunciava os casos de tortura que ocorriam no país. Porém, na visão de Fausto (2010), o problema que muito perturbava Ernesto Geisel era a perda dos princípios básicos de respeito e ordem dentro do corpo militar, principalmente no grupo dos chamados “modernos”. Geisel, que fora educado sob a ótica do respeito obrigatório, quase sagrado entre os companheiros de farda via na desordem do exército o risco de desmantelamento do mesmo. Era necessário restabelecer a hierarquia dentro do Exército e afastá-lo do quadro político brasileiro para que pudesse exercer sua função natural, proteger o país em caso de guerras concretas e revoluções. Já não cabia mais manter os militares no palácio do Planalto, precisavam retornar aos quartéis.

Ernesto Geisel não era católico, também não assumia integralmente qualquer religião, ao contrário, “luterano por hábito familiar, o general era um agnóstico discreto e anticlerical assumido [...] (GASPARI, 2003, p. 376)”. Geisel procurava possuir uma relação de cordialidade com a Igreja Católica da época, pois tinha ciência do poder de influência que a mesma mantinha sobre a população brasileira, também respeitava a Igreja devido à educação que recebeu em sua infância. Assim como o exército, a Igreja Católica possuía hierarquia, isso permitia que general Ernesto Geisel compreendesse

---

<sup>23</sup> Característica dada a Geisel por algumas pessoas por, muitas vezes, tomar decisões sozinho e não abrir seu círculo de convívio para um grande número de indivíduos, era e sempre foi muito reservado.

<sup>24</sup> Designava os ultra-revolucionários, mas também um grupo de oficiais que, além de radicais, atravessavam com facilidade a fronteira da indisciplina. Geisel haveria de defini-los como “os zurrapas”. Sua face mais exibida eram oficiais que usavam os IPMs como forma de afirmação de um poder paralelo ao do presidente da República (GASPARI, 2002, p 135).

algumas ações desta instituição religiosa, porém não concordava com sua participação em movimentos políticos. Para Geisel: “Eles não tinham nada que ir atrás dos direitos do homem, porque esses direitos são direitos aqui na terra, e eles deviam ver os direitos do homem no céu” (GASPARI, 2003, p. 376).

A Igreja Católica precisava se ocupar das “dificuldades” espirituais, os problemas “terrenos” não eram responsabilidades dela, por isso Ernesto Geisel considerava hipócrita a luta dos direitos do homem apoiada pela mesma. Com certeza Geisel se referia aos movimentos contra a tortura liderados por bispos católicos no Brasil. Falamos alguns bispos, pois o assunto da tortura no Brasil não era comungado por toda a Igreja Católica, alguns membros desta instituição, assim como em qualquer outro setor social, preferiam calar-se frente às torturas que ocorriam no país.

O general Geisel detestava ser contrariado e acreditava que, em certos casos e com o primado de bem maior para a nação, a tortura viria a calhar. Possuía a preocupação de manter um bom relacionamento com a Igreja para evitar más consequências sobre o Brasil, o bem-estar da nação estava acima do “destino” de sua alma:

Eu também tenho que ter certas condutas, mais ou menos decentes, nessa coisa para eu não estar brigando com o papa. O papa daqui a pouco me excomunga. Não por mim, mas pelo reflexo que isto vai ter depois para o país (GASPARI, 2003, p. 377-378).

Se com a Igreja Católica Ernesto Geisel possuía o problema da tortura, com a “linha dura” do exército esse não era o único véis de discussão. Considerados radicais, esse grupo de militares desejava a continuidade do movimento revolucionário de 1964, afirmava que somente o exército era forte e organizado o suficiente para proteger o Brasil de qualquer espécie de perigo. O presidente-general não era bem visto pela “linha dura” devido seu empenho em preparar o país para a distensão política. Era necessário lançar um candidato que impedisse os planos de Geisel e, o objetivo primordial dos ultrarrevolucionários era manter os princípios fiéis do movimento de 1964. Desta forma,



o general Sylvio Frota<sup>25</sup> fora cogitado para concorrer com a indicação de Ernesto Geisel.

Para se tornar presidente da República no período da ditadura militar (1964-1985), os candidatos deveriam preencher alguns requisitos. Além de serem militares não poderiam ser considerados modernos<sup>26</sup> e, era obrigatória a posse das quatro estrelas<sup>27</sup> do generalato. Dois obstáculos que Geisel deveria romper se quisesse como sucessor o general Baptista Figueiredo, pois o general Sylvio Frota possuía, além do apoio da “linha dura”, os aspectos necessários para preencher o cargo de presidente. Cabia a Geisel resolver tal problema agindo, primeiro, como militar e, depois como presidente.

Juntamente com Golbery do Couto e Silva e Heitor Ferreira, Geisel arquitetou o plano para evitar a candidatura do general Sylvio Frota. As ações que culminaram no dia 12 de outubro de 1977 ganharam notoriedade na História Política do Brasil. Para dismantelar a candidatura proposta pela “linha dura”, Ernesto Geisel deveria retirar do ministério do exército o general Sylvio Frota. Poucos eram os que sabiam, de fato, o que ocorria entre o presidente e seu ministro. A população brasileira e a imprensa não possuíam fatos concretos sobre as turbulências acarretadas pela sucessão presidencial em Brasília.

Frota e Geisel se enfrentavam de acordo com as regras do exército, respeitando a hierarquia e a ordem, primado do campo militar ao qual pertenciam, porém, nenhum dos dois estava disposto a se retirar do campo de batalha. Frota queria o cargo de presidente enquanto Geisel queria que seu indicado assumisse a chefia da nação.

A queda de braço terminou no feriado do dia 12 de outubro de 1977 que não foi escolhido por acaso. Tudo foi premeditado, Geisel sabia que o Planalto estaria praticamente vazio, mandou que ficasse apenas a guarda responsável pela proteção do presidente, sabia também que Frota não estava esperando pelo ataque em um feriado. Pela manhã, Ernesto Geisel mandou informações valiosas aos chefes de artilharias dos estados considerados de maior relevância política, em especial o Rio Grande do Sul. Na

---

<sup>25</sup> Sylvio Couto Coelho da Frota, ministro do Exército durante o governo Geisel, do ano de 1974 à 1977. Assumiu devido a morte do antigo titular.

<sup>26</sup> Expressão da caserna que distingue os oficiais de acordo com a antiguidade na patente (GASPARI, 2004, p. 238).

<sup>27</sup> É a patente mais alta dos oficiais da ativa (GASPARI, 2002, p. 369).

manhã do dia 12 Frota recebeu o convite do presidente para ir até seu gabinete no palácio do Planalto para uma conversa que durou apenas cinco minutos, surpreso pelo convite, Sylvio Frota saíria desorientado da reunião ao descobrir o teor da mesma (GASPARI, 2002b, p. 22).

Sylvio Frota saiu do gabinete presidencial como ex-ministro do exército e, mesmo desnordeado, tentou procurar apoio de alguns generais para driblar a ação de Geisel que estava mais bem preparado, estando dois passos à frente de seu oponente. Ernesto Geisel já havia reunido um grupo considerável de generais que pertenciam ao Alto-Comando do Exército e, para ter certeza que estes não seguiriam outro caminho a não ser o do Palácio do Planalto, mandou motoristas com ordens presidenciais para esperá-los e transportá-los do aeroporto até seu gabinete presidencial.

O presidente<sup>28</sup> transmitia uma segurança extrema em suas ações, garantia que o general Sylvio Frota não teria condições de organizar qualquer grupo que pudesse realizar o menor conflito armado em Brasília. “Se eu tivesse qualquer receio, não teria deixado minha mulher e minha filha no Alvorada” (GASPARI, 2002, p. 28). Realmente, o ataque à Brasília foi proposto a Frota por alguns generais, mas logo o plano foi descartado e, algumas horas após sua demissão, nada mais restou ao general Frota além da resignação mediante aos acontecimentos (GASPARI, 2002b, p. 29).

Era comum, durante o governo militar brasileiro (1964-1985), um presidente ser “emparedado” quando necessário, ou seja, em nome da Revolução o presidente poderia ser substituído ou deposto. Ao menor sinal de risco ao governo, de acordo com o Exército, era quase uma obrigação proteger o movimento revolucionário, desta forma, não havia nenhum nome acima dos interesses dos “revolucionários militares” (GASPARI, 2002a, p. 30-31).

Todo o plano foi minuciosamente arquitetado pelo militar-presidente. Com Frota fora do caminho, Geisel poderia trabalhar com maior tranquilidade sua sucessão, mas não queria correr riscos, assim, para o lugar do ex-ministro do exército nomeou um general que poderia manipular facilmente. A nomeação do general Fernando Belfort Bethlem foi uma surpresa para muitos que compunham o ministério de Ernesto Geisel, mas

---

<sup>28</sup> “O Frota queria me emparedar, mas eu emparedei ele”, explicava Geisel (GASPARI, 2002, p. 25-26).

ninguém foi tomado de maior assombro que Frota, pois o seu substituto era um antigo aliado. Geisel explicou o porquê da escolha de Bethlem:

“Eu precisava de um ministro fraco”, explicaria Geisel anos mais tarde, acrescentando: “Ali foi necessário algum maquiavelismo”. De fato, não poderia haver ministro mais fraco que Bethlem depois de mudar tão radicalmente de posição. [...] (GASPARI, 2002, p. 32).

A retirada de Frota da pasta do exército também proporcionou à Geisel afirmar aqui seu poder sobre a “linha dura” que era composta por um grupo considerável de militares. Durante a cerimônia de posse do general Bethlem, em um gesto simples, Ernesto Geisel deixou claro que o novo ministro era seu colaborador quando não permitiu que o presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maciel, fosse cumprimentar o general Bethlem, mas exigiu o contrário. Este fato torna-se importante quando analisada as posições que cada um dos personagens ocupava na hierarquia político-militar. Quanto a Frota, após os acontecimentos acarretados naquele 12 de outubro de 1977 “Tornou-se o pacato morador de um pequeno apartamento no bairro do Grajaú, na Zona Norte. [...]” (GASPARI, 2002a, p. 33-34).

Geisel intensificou o trabalho sobre a sucessão presidencial, mais que qualquer outro presidente tinha nas mãos as melhores condições para determinar seu sucessor, Figueiredo<sup>29</sup>. O problema da sucessão presidencial era um verdadeiro conflito entre o presidente atual e os militares, principalmente com os membros da “linha dura”. Ambos queriam colocar na presidência do país o candidato que melhor lhes servisse. A “linha dura” tentou colocar Sylvio Frota, Geisel o emparedou e agora faria de tudo para impor sua escolha.

---

<sup>29</sup> Fora do Rio de Janeiro, instalado na chefia do Gabinete Militar, no quarto andar do palácio do Planalto, ficava o general João Baptista de Oliveira Figueiredo, o *Figa*. Seu pai, Euclides, paradigma de cavalheirismo nas desordens militares da primeira metade do século, fora um irreductível inimigo de Getúlio Vargas. Depois do golpe do Estado Novo, passara quatro anos entre a Casa de Correção e a fortaleza de Santa Cruz. Transformado em morto vivo pela burocracia, seus filhos cursaram o Colégio Militar como órfãos, descobrindo ainda na juventude as vicissitudes que as ditaduras impõem aos adversários (GASPARI, 2003, p. 201 – 202).

Antes mesmo de sua posse Geisel possuía duas preocupações, se manter no cargo e produzir seu sucessor, para isso levantava todas as hipóteses possíveis, chamava à atenção de Ernesto Geisel a saúde e a conduta daqueles que poderiam ser o próximo presidente. Embora o nome de Figueiredo fosse o mais contado, Geisel chegou a pensar no general Golbery do Couto e Silva, mas descartou essa possibilidade quando levou em consideração a idade do mesmo. Geisel dizia: “O Castello tinha 64 anos, o Médici assumiu mais velho, eu mais velho que o Médici, o Golbery assumiria mais velho que eu! (GASPARI, 2004, p. 86)”. Assim sendo, a melhor hipótese seria mesmo o general Figueiredo.

Escolher seu sucessor estava entre as várias medidas encontradas por Ernesto Geisel para salvaguardar a abertura política no país. Talvez as que mais proporcionaram reações da população foram a suspensão da censura e do AI-5. Esses fatos ocorrem apenas no final do governo Geisel; o presidente queria a distensão política “desde que tivesse a prerrogativa de dizer qual, como e quando” [...]. “Querida menos ditadura tornando-se mais ditador. Abrindo o regime, exercia sobre ele uma pressão maior que aquela usada por Médici para mantê-lo fechado” (GASPARI, 2004, p. 32).

Para Gaspari (2004, p. 474) Ernesto Geisel mostrou seu poder ditatorial ao exército quando demitiu o general Sylvio Frota “restabeleceu a autoridade constitucional do presidente da República sobre as Forças Armadas”. A ditadura militar brasileira tivera início pelas mãos dos militares, ironicamente, foi pelas mãos de um de seus integrantes que a mesma viu o início de seu crepúsculo.

Boris Fausto, ao contrário de Elio Gaspari, explica detalhadamente a Lei Falcão<sup>30</sup>, criada em junho de 1976, foi uma artimanha para garantir ao governo, nas eleições municipais, já que não conseguiu nas eleições estaduais, a maioria das prefeituras, era uma tentativa de calar o MDB. O objetivo não foi alcançado e a Arena precisou amargar, mais uma vez, a derrota para o partido da oposição. Nos anos seguintes (1977 a 1979), em atitudes díspares, Geisel implanta no Brasil o Pacote de Abril, sancionado após o recesso do Congresso outorgado pelo presidente da República. Cria o senador biônico para tentar enfraquecer o MDB no Senado e, ao contrário das ações anteriores

---

<sup>30</sup> Os candidatos só se podiam mostrar fotografias, acompanhadas de pequenos currículos, nada mais. Além disso, as estações de rádio e televisão viram-se proibidas de transmitir discursos de candidatos. Essa providência, equânime na aparência, dava ao governo o monopólio da comunicação (GASPARI, 2004, p. 298).

que lhe davam caráter ditador, Geisel inicia diálogos com a Igreja Católica e a oposição política. Surpreendentemente também extinguiu o AI-5. (FAUSTO, 2010, p. 276-277).

O autor Elio Gaspari, em seus quatro volumes sobre o período ditatorial brasileiro, descreveu não somente fatos políticos que ocorreram no Brasil, bem como as consequências que os mesmos acarretaram na vida pessoal de cada um dos personagens citados neste trabalho de dissertação. Enquanto Boris Fausto (2010) dedicou-se especificamente a história/narração dos fatos políticos do país. Nenhuma menção fora feita em sua obra sobre a vida particular de qualquer personagem. Sobre Ernesto Geisel como cidadão e homem nada dissera. Questões que “feriram” o general-presidente como a morte de seu único filho varão e a retirada de seu irmão, Orlando Geisel, do ministério do exército sequer foram mencionadas por Fausto (2010).

Elio Gaspari relata todo o processo enfrentado por Geisel para constituir seu sucessor, suas preocupações e ponderações sobre sua escolha, ao contrário do autor Boris Fausto que se reserva apenas a descrever, sem maiores detalhes, sobre o problema da sucessão e a resolução da mesma. Mas, embora narradas de formas diferentes, a sucessão de Geisel foi lembrada.

Antes de comunicar oficialmente a candidatura do general Baptista Figueiredo, Geisel enfrentou um conflito contra o general Sylvio Frota, decidido a se lançar como candidato a presidente da República apoiado pela “linha dura”. Resumidamente, Boris Fausto conta que Geisel demitiu Frota do ministério do Exército impedindo sua candidatura, deixando o caminho aberto para o general Figueiredo (FAUSTO, 2010, p. 277-278).

Mantendo a linha de ações do ex-presidente Ernesto Geisel, o presidente-general Figueiredo (1979-1985) manteve em seu quadro ministerial o general Golbery do Couto e Silva e Petrônio Portella. Assim como seu antecessor enfrentou problemas com a “linha dura” e a oposição, mas, em um golpe verdadeiramente militar, Figueiredo “tirou das mãos da oposição uma de suas principais bandeiras: a luta pela anistia” (FAUSTO, 2010, p. 280). Quando concedeu a todos os exilados políticos a oportunidade de regressarem ao Brasil Figueiredo enfraqueceu os movimentos pró-democráticos.

Para Geisel a escolha do general Baptista Figueiredo foi a mais acertada, pois este “foi chefe do Gabinete Civil no período de Médici e era chefe do SNI no governo Geisel. Parecia assim bem talhado para prosseguir no lento processo de abertura” (FAUSTO, 2010, p. 278). Figueiredo estivera presente em dois governos militares. Adquiriu experiências administrativas importantes que o auxiliaram a enfrentar a “linha dura” do exército e, como era desejo de seu antecessor, dar continuidade ao processo de distensão política.

A autora francesa Maud Chirio escreveu o livro intitulado *A Política nos Quartéis: Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira*, (2012). Diferentemente de Gaspari e Fausto, Chirio afirma que havia mais de um grupo de oposição à distensão política durante o período militar brasileiro (1964-1985). E que, embora os integrantes de patentes superiores das Forças Armadas pregassem o afastamento de seus oficiais do meio político, algumas fontes documentais utilizadas por Chirio, comprovam a atividade política intramilitar brasileira exercida por militares de patentes inferiores. O discurso do general Orlando Geisel, ministro do exército durante o governo Médici (1969-1974) em uma das reuniões do Alto-Comando do Exército, ocorrida provavelmente, em Novembro de 1969 comprovam a afirmação da autora quando este diz:

“Queiramos ou não, estamos metidos na política. O general muitas vezes é obrigado a aparentar que não está metido em coisa alguma, que cuida apenas da parte profissional, mas o general, evidentemente, tem que se meter na parte política; mete-se pelos bastidores. ... Capitães, major, coronel e o próprio general de brigada devem deixar de fazer política; política é só nos altos escalões. Comandante de exército faz política; faz menos que eu, ministro faço; e eu, menos que o presidente, mas faz política. É preciso dar a impressão de que nós estamos cogitando da política” (CHIRIO, 2012, p. 07).

O intuito dos generais era fazer seus subalternos entenderem que o exército estava envolvido no quadro político brasileiro por falta de opção, ou seja, a pátria necessitava de seus serviços no campo político, mas não covinha aos militares deixar suas obrigações de caserna para adentrar num espaço social que não lhe pertencia. Porém, os militares de patentes inferiores também se sentiam parte da “revolução de 1964” e, por

isso, não era prudente abandonar o movimento revolucionário. Antes mesmo da Revolução, de acordo com Chirio, esses oficiais já praticavam a militância política e, não seria agora, com o poder nas mãos dos militares, que suas vozes seriam caladas. Foram muitas as tentativas de impor distância entre a oficialidade militar e as ações políticas por parte das Forças Armadas Brasileiras (exército, marinha e aeronáutica), pois consideravam que:

[...] a participação e a mobilização políticas de militares não são então alternativas de funcionamento interno, mas uma perturbação externa introduzida por elementos estranhos e minoritários num corpo unido e coeso por definição (CHIRIO, 2012, p. 39).

Sobre o conflito de ideias e ações no meio militar, Chirio tece uma crítica aos cientistas sociais que, a seu ver, através de seus trabalhos, deixam transparecer que:

“apenas os generais levaram o crédito de possuir um pensamento, uma doutrina, uma estratégia, em suma, uma racionalidade política. O status de ator político foi atribuído exclusivamente aos generais” (CHIRIO, 2012, p. 8).

Em seu trabalho Maud Chirio enaltece as dificuldades de adquirir fontes documentais para sua pesquisa, mesmo assim consegue explicar e exemplificar vários movimentos intramilitares que ocorreram durante todo o período militar brasileiro (1964-1985) comprovando que não havia homogeneidade no pensamento político-revolucionário entre os integrantes das Forças Armadas Brasileiras.

Como Boris Fausto (2010), Chirio se refere à deposição de Jango como golpe de Estado (2012, p. 16), ao contrário de Gaspari e os ex-presidentes generais que utilizam a palavra “revolução” para designar o movimento de 1964. Evidenciar tal distinção é importante para refletir sobre as apropriações e representações que são provocadas em cada indivíduo, seja o leitor, seja o autor dos livros ou daqueles que “viveram” o fato em si. Gaspari era grande amigo de Heitor Ferreira, “braço direito” de Geisel, o que nos

leva a compreender a existência de parcialidade em seus textos. Porém, Fausto e Chirio não possuem essa ligação pessoal. As apropriações dos autores podem ser impressas sem que haja o constrangimento de incomodar alguém ou o receio em escrever tudo o que as fontes documentais lhes forneceram.

Sobre as entrevistas concedidas por ex-presidentes militares que se tornaram livros, como é o caso de uma das fontes chave desse estudo, a obra Ernesto Geisel (1997) dos autores Maria Celina d’Araujo e Celso Castro, Chirio ressalva que existe o interesse do exército em construir um *corpus* histórico sobre o período militar sob a ótica do mesmo, que de acordo com a autora seria “[...] o início do estabelecimento científico de um *corpus* de fontes orais que traduz a “versão militar” do golpe e da ditadura [...] (2012, p. 16)”.

Maud Chirio (2012) ressalta a relevância das transcrições das entrevistas realizadas com os indivíduos que “viveram” determinado período histórico, pois, assim como Chartier, evocava as diferenças entre a “palavra viva” e o “texto impresso”, a conversação concede ao entrevistado maior “liberdade”, não há a preocupação de “ordem”, “ortografia” ou “erros de português”, por exemplo. Roger Chartier ainda explica que esses “diálogos”, antes de serem impressos, são carregados de apropriações daqueles que fala, ouvem e repassam aquilo que lhes foram informados. Na obra *Cultura Escrita, Literatura e História* (2001), Chartier explica que:

[...] o corte que sempre separa a palavra viva do texto escrito. [...] pôr em forma escrita – [...] – não apaga nunca de todo o que há de específico na prática oral: um encadeamento mais espontâneo das idéias, um temor menor às digressões e aos rodeios, uma expressão menos restrita das opiniões e dos pensamentos (CHARTIER, 2001, p X).

Para Maud Chirio, as ideias e opiniões (apropriações e representações, para Chartier) dos entrevistados sobre o momento “vivido” se deixam transparecer no texto escrito quando relata a história segundo “seus pontos” de vista, apresentando aos leitores dessas narrações novas ou diferentes apropriações de representações de determinado fato



histórico. Dessa maneira a entrevista falada e escrita são de grande importância para a pesquisa História e compreensão do contexto social que se está estudando.

As entrevistas de políticos-militares demonstram o empenho do Exército em manter “viva” a História do período militar (1964-1985) de acordo com sua versão. Maud Chirio alerta àquele que utilizará essas entrevistas/depoimentos/testemunhos como fontes históricas sobre a necessidade de maior atenção e habilidade, pois as mesmas não foram produzidas por acaso, mas com um objetivo, um fim. O fato de requerer do pesquisador prevenção quanto às fontes biográficas não quer dizer que a autora as desmereça apenas alerta de alguns perigos, que em sua opinião, rodeiam as obras e, exatamente por isso, deve-se dedicar tempo para uma leitura minuciosa (CHIRIO, 2012, p. 16).

Sobre a existência de oposição à distensão política Maud Chirio separa, primeiramente, os grupos, direita ou esquerda militar, de acordo com suas gerações. A autora afirma que aqueles militares pertencentes à geração de 1900 não comungam dos mesmos ideais daqueles que nasceram a partir de 1920, por isso a subdivisão, dentro do exército brasileiro (CHIRIO, 2012, p. 53).

Ernesto Geisel faz parte da primeira geração (1900), caracterizada pelo respeito inexorável à hierarquia militar. O diferencial desta geração se dá devido à participação de seus integrantes, geralmente com patentes superiores às de cadetes, direta ou indiretamente, em movimentos históricos como as revoluções de 1930 e 1932 ou mesmo os problemas ocorridos durante o segundo governo Vargas (1951-1954). Por terem essa experiência de atuar no quadro político brasileiro quando necessário, promovem a apolitização do exército, algo inaceitável para a segunda geração (1920) que reivindicava sua participação e relevância na “revolução de 64”. Surgem então, dentro do exército brasileiro, termos como esquerda e direita, “linha dura” e moderados, generais modernos e generais do povo. Para Chirio a “linha dura” era uma:

[...] categoria nativa e oriunda do vocabulário dos próprios atores, não tem, a princípio, o sentido de grupo ou facção para os oficiais que a reivindicam, mas de linha política de contornos imprecisos, de um “estado de espírito” e de certa interpretação da “revolução” de 31 de março de 1964 (CHIRIO, 2012, p. 50).

Os grupos que desejavam “manter os princípios da Revolução de 64”, ou seja, “os oficiais da ‘linha dura’” são os principais advogados do uso da violência pelo Estado e da repressão política (2012, p. 51). Acreditando que somente através da força bruta conseguiriam expurgar do meio do exército e da nação o maior inimigo que já existiu, o Comunismo e seus adeptos. Alguns oficiais consideravam-se os verdadeiros “revolucionários”, pois não se dobravam a nenhum grupo contrário aos seus ideais. Essa seria uma das acusações que faziam contra Geisel por permitir audiências com grupos opostos à Arena e, através do Pragmatismo Responsável, abrir diálogos com países do Leste Europeu e Asiáticos, como foi o caso da China e a Alemanha.

Dentre os vários assuntos abordados por Chirio, o que mais nos interessa para fomentar esta dissertação é a afirmação da autora sobre a existência, não apenas de uma única “linha dura”, como é abordado por Gaspari e Fausto, mas sim a renovação deste grupo ou mesmo a recriação, gerando um segundo grupo de militares “linha dura”. Sobre a primeira linha dura Maud Chirio explica:

Essa “primeira linha dura” [do pós-golpe de 1964] tem forte coesão geracional: seus membros vivem juntos experiências bastante valorizadas profissionalmente (a guerra) politicamente (a conspiração em comum, para muitos, nos bancos da Eceme). Eles remetem à instituição a mesma imagem de oficiais brilhantes, e até 1961 estão pouco envolvidos em iniciativas conspiratórias ou insurrecionais, embora claramente identificados politicamente. Eles se conhecem antes do golpe, valorizam seus pares e geralmente reconhecem uma autoridade moral no coronel Boaventura (2012, p. 59-60).

Maud Chirio nos traz a luz questões pouco citadas na historiografia. Sobre a Sorbonne Militar e a Linha Dura, afirmam alguns historiadores, entre eles Gaspari e Fausto, que ambos os grupos eram totalmente diferentes em seus discursos e objetivos, portanto, era inevitável o confronto entre os mesmos. Porém, Chirio apresenta em seu livro que esses grupos possuíam mais semelhanças do que diferenças. Utilizavam o pretexto de defender a nação de um inimigo externo que estava se infiltrando no país e, principalmente, nas Forças Armadas, modificando apenas os meios para se chegar aos fins (CHIRIO, 2012, p. 63).

A similaridade entre “linha dura” e a Sorbonne Militar é ressaltada nesta dissertação pelo fato de Ernesto Geisel fazer parte do segundo grupo. Algo novo que a historiografia nos fornece, pois até então, sabia-se apenas da rivalidade entre essas seções devido à discordância na maneira de governar o país e a disputa sucessória presidencial. Cada grupo queria eleger o general-presidente que comungasse de seus valores e princípios. Percebendo as similaridades entre “linha dura” e Sorbonne é possível se apropriar da facilidade de Ernesto Geisel em conseguir manter diálogo entre as duas partes e, aos poucos, dismantelar aquela que o prejudicava. Chirio explica que os principais instrumentos de ação da linha dura, eram a repressão e a Lider:

“[...] Os oficiais de “linha dura” utilizam dois instrumentos principais para exercer pressão política: sua inserção no aparelho repressivo e a criação de um movimento civil-militar de extrema direita, a Liga Democrática Radical (Lider) (CHIRIO, 2012, p. 66)”.

O uso da força, no caso a tortura, era a forma encontrada pela “linha dura” de adquirir visibilidade perante o grupo palaciano. Para os membros oficiais da “linha dura”, chefiar um Inquérito Policial Militar (IPM) era um privilégio para poucos, era o reconhecimento dos serviços prestados à “revolução” (CHIRIO, 2012, p. 67). Geisel enfrentou o problema de indisciplina-brutal quando ocorreram as mortes do jornalista Manoel Herzog e, logo em seguida, do operário Manoel Filho durante seu governo.

Os três autores Gaspari (2003), Fausto (2010) e Chirio (2012) tratam diferentemente o processo de sucessão presidencial. Boris, com um simples exemplo, explica como a sucessão de um general-presidente por outro funcionava.

O regime implantado em 1964 não foi uma ditadura pessoal. Poderíamos compará-lo a um condomínio em que um dos chefes militares – general quatro estrelas – era escolhido para governar o país com prazo definido. A sucessão presidencial se realizava de fato no interior da corporação militar, com audiência maior ou menor da tropa conforme o caso e a decisão final do alto comando das Forças Armadas. Na aparência, de acordo com a legislação, era o Congresso quem elegia o presidente da República, indicado pela Arena. Mas o

Congresso, descontados os votos da oposição, apenas sacramentava a ordem vinda de cima (FAUSTO, 2010, p. 283-284).

Gaspari, ao contrário de Fausto, conta com detalhes cada sucessão presidencial ocorrida desde a implantação do novo governo em 1964. Para Gaspari Ernesto Geisel precisou apenas de um voto para ser eleito, o do ex-presidente Emílio Garrastazu Médici. Enquanto isso, Maud Chirio enfatiza a relevância do fato de Geisel ser irmão do ministro do exército para se tornar presidente do Brasil (CHIRIO, 2012, p. 169).

Comungando das apropriações de Elio Gaspari, Chirio descreve em sua obra que, mesmo sendo imposta, “nem a revelação da candidatura de Geisel, nem sua ‘eleição’ por um colégio eleitoral passado na peneira, nem sua posse meses mais tarde parecem suscitar polêmica ou resistência no meio militar” (CHIRIO, p. 167). De acordo com a autora a falta de conflitos seria a confirmação de um consenso entre os militares sobre a pessoa de Ernesto Geisel para governante da nação. Para a oficialidade militar de esquerda ou direita, Geisel possuía características que condiziam com os princípios revolucionários, de maneira que poderia dar continuidade ao estilo de governo iniciado em 1964. Ernesto Geisel era pouco conhecido pela população brasileira, não era de muitos amigos, porém possuía as amizades certas, laço sanguíneo e uma exemplar carreira profissional como militar. Na caserna não havia quem não o respeitasse, enfim, era um exemplo a ser seguido (CHIRIO, 2012, 170-171).

A “calmaria” da sucessão continuaria por pouco tempo. Logo Geisel inicia seu mandato começam a surgir os conflitos entre os militares. Alguns que o apoiavam, como fora o caso do general Sylvio Frota, deixaram de apoiar. Também ocorre o rompimento entre os irmãos Orlando e Ernesto Geisel, fato somente descrito por Gaspari (2002a, 2003), nem Chirio (2012) nem Fausto (2010) escrevem sobre isso. Ainda havia um indicio de xenofobia no meio militar, por parte da “segunda linha dura”, claramente percebido na fala do coronel Luiz Helvécio da Silveira Leite:

Se nós tivéssemos um pouco mais de calma, deveríamos colocar na Constituição que filho de estrangeiro, mesmo neto de estrangeiro, de um lado ou do outro, não deveria, principalmente anglo-germânico... chegar à Presidência da República ... ou mesmo nos altos escalões do

Exército, porque esse pessoal tem outro tipo de sentimento... Lott, Geisel... esse pessoal não raciocina como nós (CHIRIO, 2012, p.124).

Ernesto Geisel também passa a andar por caminhos diferentes de seus antecessores. Ao contrário de Castello Branco, Costa e Silva e Médici, Ernesto Geisel não se prende a contatos econômicos apenas com os Estados Unidos da América. Com o objetivo de ampliar a economia do Brasil e com forte sentimento nacionalista, o novo presidente instala o “Pragmatismo Responsável” e procura fazer acordos que beneficiam o Brasil com China e Alemanha. Alguns integrantes do exército viam essa atitude como “traição”, pois o “inimigo absoluto” da “revolução”, o Comunismo, estaria ganhando espaço em território nacional. (CHIRIO, 2012, p. 175).

Para desarticular o governo “traidor” era necessário tomar providencias. Segundo Maud Chirio os excessos realizados nos “porões” dos IPMs eram uma forma de afrontar o governo que não mais seguia os princípios da “revolução” e que estava abrindo espaço para o inimigo comum da nação. A opinião de Maud Chirio (2012) sobre o uso da tortura como uma forma de enfrentamento ao governo não é clara nos textos de Boris Fausto (2010), mas há uma concordância em relação aos textos de Elio Gaspari. Para Chirio:

“[...] o assassinato de uma pessoa conhecida é a primeira provocação evidente por parte dos membros do aparelho de repressão. Corresponde ao aprofundamento de uma institucionalização da ação policial como manifesto político, à custa do escândalo” (CHIRIO, 2012, p. 185).

No governo de Ernesto Geisel (1974-1979) ocorreram duas mortes no IPM de São Paulo que ganharam visibilidade nacional através da imprensa. Os “suicídios” de Vladimir Herzog e Manoel Filho colocaram à prova a força entre o governo e a “linha dura”. Gaspari descreve uma fala irritada do general Golbery do Couto e Silva ao saber dessas mortes: “Essa gente desgraçada está trabalhando contra nós para destruir o governo” (2004, p. 178). Era necessária uma atitude do presidente contra os órgãos de repressão, não era apenas demonstração de força, mas sim o “emparedamento” de um

grupo opositor que estaria prejudicando os planos do presidente Geisel (CHIRIO, 2012, p. 176).

As mortes, principalmente a primeira, causaram comoção nacional, mas houve a tentativa, por parte dos membros do órgão de repressão, de convencer a todos que os prisioneiros haviam se enforcado, Herzog com “uma tira de pano” (GASPARI, 2004, p. 176) e, Manoel Filho, teria tirado a vida com as próprias meias. Coube a Petrônio Portella a função de advogado de defesa do governo; este iniciou, a pedido de Geisel, uma investigação sobre a morte do jornalista que resultou na confirmação do suicídio. Gaspari e Chirio, mais uma vez concordam que houve vitória da “linha dura”. Utilizando frases de Gaspari “A defesa do governo coube a Petrônio Portella, seu líder no Senado. Enfrentou com acrobática dissimulação os discursos do MDB” (2004, p. 185). Nas palavras de Maud Chirio:

A comunidade de segurança e seus incensadores saem vitoriosos do caso Herzog. Mas a repetição de uma história idêntica, menos de três meses depois, faz com que o presidente declare guerra aos agentes da repressão mais fanáticos (CHIRIO, 2012, p. 186).

Três meses após a morte de Vladimir Herzog o órgão de repressão sofreria expressiva derrota perante a sociedade brasileira com a morte de Manuel Filho. O DOI do II Exército acusa o operário de subversivo e contribuinte de ações comunistas. Que ações seriam essas nunca ficou esclarecido, o que ocorreu foi mais um falso suicídio. Preso em nome do bem maior, Manoel Filho foi submetido a algumas torturas, vindo a óbito, horas depois. Agentes do DOI entregaram a viúva de Manoel suas roupas, exceto as meias, que de acordo com os mesmos, foi o instrumento utilizado para o enforcamento. Ao saber da notícia o presidente da República Ernesto Geisel não teve dúvidas, confrontou o grupo de repressão afastando do cargo o chefe do DOI de São Paulo general Ednardo D’Ávila Mello. Um duro golpe para a “linha dura”, mas não o suficiente para desmantelá-la, pelo menos por enquanto.

Gaspari e Boris Fausto retratam a perseguição aos comunistas apenas no âmbito civil. Muitas são as obras que relatam depoimentos de sobreviventes da tortura existentes nos

Destacamento de Operações Internas-Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI). A obra, *Brasil Nunca Mais* (1985), organizada por D. Paulo Arns é uma das mais conhecidas. O livro de Arns trás as descrições dos métodos de tortura bem como os nomes de alguns “desaparecidos”, pessoas que foram levadas aos “porões” e nunca mais retornaram para suas famílias. A novidade trazida por Maud Chirio é a evidência que a perseguição aos “comunistas” não se limitou aos civis, era um perigo que poderia estar dentro do Exército e por isso qualquer um era vigiado pelo SNI. A autora nos dá o exemplo da prisão de vários policiais, acusados de subversão e a morte de dois destes (CHIRIO, 2012, p. 185). Não importava o grupo social, todos os cidadãos corriam o risco de ser presos a qualquer momento para o “esclarecimento de dúvidas”.

A “linha dura” e o “grupo secreto” acreditavam que o Comunismo era um inimigo eterno, então, a ditadura também o deveria ser, somente assim o Brasil se livraria deste carma. Apesar de todos os reveses ocorridos durante seu governo, Geisel, presidente-general, como sempre é lembrado pela autora, consegue a passos lentos, desintegrar a “linha dura” que o perseguia e o “grupo secreto” que também era contra o seu governo (CHIRIO, 2012, p. 172). Os membros desses grupos receberam cargos longe dos Estados com maior relevância política, Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, alguns foram enviados para o exterior. Assim, não houve como dar continuidade ao projeto “revolucionário de 64” da maneira como esses grupos de oposição ao governo Geisel desejavam.

Outra novidade abordada por Chirio (2012) foi a rivalidade que existia entre Exército, Marinha e Aeronáutica, que se tornou em grande problema enfrentado por Ernesto Geisel. Sobre todos esses conflitos Geisel prevaleceu, sendo o único a conseguir “criar” seu sucessor e abrir caminho para o retorno do poder político aos civis (CHIRIO, 2012, p. 176).

O retorno do poder aos civis e da democracia eram sempre promessas utilizadas em campanhas e discursos de posse dos presidentes-militares, “mas Geisel toma efetivamente certas medidas decisivas no sentido de um relaxamento da pressão autoritária” (2012, p. 165). Em seu governo Ernesto Geisel torna a censura mais branda permitindo que a mídia impressa publique textos mais expressivos e críticos sobre a prática da política em nosso país nos anos de 1970; declara guerra aos excessos do aparelho repressivo contrariando seus integrantes e, em outubro de 1978 revoga todos

os Atos Institucionais, inclusive o tão temido AI-5, do qual fez muito uso para atingir alguns de seus objetivos, como a ascensão do general Figueiredo ao cargo de presidente da República, seu sucessor. Apesar de todas essas atitudes pela distensão política do país, Geisel afirma que o general Golbery do Couto e Silva, seu chefe da Casa Civil, foi seu principal teórico e idealizador (CHIRIO, 2012, p. 172).

Talvez a abertura política tenha sido “improvisada”, como afirma Chirio por que Geisel acreditava que existiu realmente a “Revolução de 64” e que, através do governo militar, estava trazendo ao país um período de segurança e ordem. O “homem” Ernesto Geisel cria fielmente que fora eleito por uma democracia, porém democracia exercida por pessoas competentes, os militares, pois a população brasileira não era madura politicamente o suficiente para exercer esse tipo de decisão, aliás, a opinião do mesmo sobre democracia é que esta não existe em lugar nenhum, pois quase tudo é relativo. Ernesto Geisel diz que:

“Quando se fala em democracia, muitos consideram a democracia no sentido absoluto. Esta democracia eu acho que não existe em parte nenhuma. Todas as coisas no mundo, exceto Deus, são relativas. Então, a democracia que se pratica no Brasil não pode ser a mesma que se pratica nos Estados Unidos da América, na França ou na Grã-Bretanha. O Brasil tem dois problemas que têm que caminhar paralelamente com o político: os problemas relacionados com o desenvolvimento econômico e com o desenvolvimento social. Não se pode pensar em ter uma democracia política perfeita se não se tem um determinado nível econômico e se também não se tem uma determinada estabilidade social. Então, sem dúvida, o Brasil é um país onde há democracia, onde há liberdade, mas essa democracia não pode ser igual à democracia de outros países. Ele tem que levar em conta as condições econômicas e sociais em que estamos vivendo. Mas eu creio que, no quadro geral, nossa democracia é efetiva: funciona com determinados problemas em certas circunstâncias, mas funciona”. (CHIRIO, 2012, p 174).

Os militares descontentes com a abertura política utilizam como forma de protestos os panfletos, o paroxismo repressivo e os atos terroristas, mas nada impediu que o “Alemão”, convicto de suas ações e opiniões, deixasse de realizar os projetos que acreditava. Por suas mãos iniciou-se a abertura política, pelas mãos de seu sucessor a mesma se concretizou.



Ao fazer a leitura das obras dos três autores, Boris Fausto (2010), Elio Gaspari (2002a, 2003) e Maud Chirio (2012), é possível perceber as definições de “comunidade de leitura” abordada por Roger Chartier (2002) e como as mesmas possuem interesses específicos deixando transparecê-los no momento da escrita. A importância de o leitor estar atento ao “lugar” de onde fala, “quem” fala e “como” fala é de fundamental importância para a compreensão daquilo que foi escrito, pois para Chartier:

[...] o trabalho histórico deve ter em vista o reconhecimento de paradigmas de leitura válidos para uma comunidade de leitores, num momento e num lugar determinados — [...]. Cada uma destas «maneiras de ler» comporta os seus gestos específicos, os seus próprios usos do livro, o seu texto de referência (a Bíblia, a *Nouvelle Heloise*, o *Grande* e o *Pequeno Alberto*), cuja leitura se torna o arquétipo de todas as outras. A sua caracterização é, portanto, indispensável a toda a abordagem que vise reconstituir o modo como os textos podiam ser apreendidos, compreendidos, manejados (CHARTIER, 2002, p. 131-132).

Partindo do pressuposto que Fausto (2010), Gaspari (2002a, 2003) e Chirio (2012), embora escrevendo sobre um mesmo assunto, fizeram uso de fontes documentais com olhares distintos é válido esclarecer que suas escritas destinaram-se por percorrer caminhos diferentes. Gaspari consegue adentrar na “vida pessoal” de Ernesto Geisel, enquanto Boris Fausto demonstra claramente em sua obra o único interesse na prática política do presidente do Brasil e, distinguindo-se dos últimos dois, Maud Chirio apresenta ao leitor uma visão mais ampla e, possivelmente inovadora, da forma como os militares, principalmente de patentes inferiores a do generalato, participavam (e pensavam) do “Movimento Revolucionário de 1964”. Algo novo para a historiografia e biografia. Os personagens de maior evidência não são o foco da autora o que contrasta, também, com Fausto e Gaspari.

Olhar as fontes documentais diferenciadamente também proporciona o “surgimento” de novas representações sobre tal fato ou personagem histórico. O leitor das obras de Elio Gaspari pode se apropriar que o autor é grande defensor e admirador de Ernesto Geisel, durante a leitura do livro de Boris Fausto o leitor pode apenas “sentir” narrativas sobre os acontecimentos que ocorreram no Brasil nos anos de 1964-1985, enquanto Maud Chirio permite ao leitor perceber controvérsias dentro de um grupo que a historiografia,

até então, apresentava como coeso e pouco divergente. Além disso, a visão de Chirio sobre Ernesto Geisel não é tão pessoal como a de Gaspari e nem impessoal como a de Fausto, podemos concluir um meio termo no trabalho da autora.

Todas as obras enriquecem o conhecimento histórico do Brasil, cada qual contribuindo de maneira diversa, algo muito bom para a compreensão de diferentes representações sobre o indivíduo histórico analisado nesta dissertação. Além disso, comprova a hipótese deste trabalho de que Ernesto Geisel é “dado a ler” de maneira, ora semelhante, ora diversificada por obras Historiográficas. O presidente Ernesto Geisel é o mesmo nas três obras, o general Ernesto Geisel é semelhante, não igual, nas obras de Gaspari e Chirio, mas o homem Ernesto Geisel é melhor visto nas obras de Elio Gaspari, enquanto é apenas vislumbrado no livro de Maud Chirio e sequer observável em Boris Fausto.

### CAPITULO 3

## REPRESENTAÇÕES DE GEISEL E DE SEU GOVERNO EM ESTUDOS BIOGRÁFICOS

*o passado não é um patrimônio perdido que deve ser recuperado, mas uma herança viva, uma força, uma energia geradora de sentido. Cada fenômeno pode ser digno da história, tudo depende de sua vitalidade e de sua repercussão [...].*

*(Sabina Loriga).*

O uso de obras biográficas sobre Ernesto Geisel neste trabalho permite-nos visualizar e nos apropriarmos de representações pouco vistas em obras historiográficas, possibilitando-nos obter novo olhar sobre o biografado. Para operacionalizar esta dissertação utilizamos os seguintes autores: Falcão (1995), Barros (1976), Cury (1978), Góes (1978), Silva e Carneiro (1998), Jorge (2007) e, o pilar deste estudo biográfico, a obra *Ernesto Geisel* (1997), dos autores D'Araujo e Castro, por terem sido estes os últimos a entrevistar Geisel, sendo assim, existe a possibilidade de enxergar algo novo na referida obra biográfica.

A autora Sabina Loriga em sua obra *O Pequeno X: da Biografia à História* (2011) coloca em análise os vários usos da Biografia, e, quando possível, a metodologia mais acertada para a confecção da mesma. O corpus textual da obra de Loriga inicia com uma crítica à falta de “indivíduos” na História. Algo que cabe muito bem neste trabalho de dissertação. Loriga afirma que:

*[...] Os dois últimos séculos viram nossos livros de história abundar em relatos sem sujeitos: eles tratam de potências, de nações, de povos, de alianças, de grupos de interesses, mas bem raramente de seres humanos. [...], a língua da história começou, então, a ocultar os indivíduos atrás de categorias impessoais: [...]. Mesmo os pretensos *makers of history* parecem desprovidos de vida: [...]. (LORIGA, 2011, p. 12-13).*

Em seu trabalho, Loriga aborda a necessidade de compreendermos que História e indivíduos caminham juntos, são “partículas” que fazem parte de um “todo”, de maneira

que um não se produz sem o outro (LORIGA, 2011, p. 43), referendando e respaldando nosso trabalho de se apropriar de representações “dadas a ler” sobre Geisel em obras biográficas previamente selecionadas.

A autora Sabina Loriga nos chama a atenção para a necessidade de inserirmos o homem nos fatos históricos, Roger Chartier (2009) vai mais além, o contar sua própria História é lembrar sua vida, nem sempre há a intenção de publicação, nas palavras de Roger Chartier “[...] são textos redigidos somente por prazer. Um artesão vidraceiro do final do século XVIII confessa no início de suas memórias: "O que escrevi foi tão-somente para meu prazer e para o prazer de lembrar" (2009, p. 15). Os autores, Loriga e Chartier, comungam da ideia de que existe, por parte do ser humano, a necessidade de se preservar a história e a memória de si mesmo, uma maneira de se conhecer e dar-se a conhecer. Chartier explica que:

Outro indício de uma vontade mais ou menos consciente, às vezes obstinada, de se isolar, de se conhecer melhor através da escrita, sem necessariamente comunicar esse conhecimento a outros, exceto aos próprios filhos para que o guardem na memória, e muitas vezes mantendo as confidências em segredo e exigindo que os herdeiros as destruam: são o diário íntimo, as cartas, as confissões de modo geral, a *literatura autografa* que atesta os progressos da alfabetização e uma relação estabelecida entre leitura, escrita e autoconhecimento (CHARTIER, 2009, p. 15).

Embora saibamos a relevância das biografias é necessário esclarecer que História e Memória nem sempre caminham juntas nos LDH, como veremos mais adiante. As autobiografias, segundo Orest Ranum *apud* Chartier (2009) podem ser muito reveladoras por tratar-se da descrição de como a pessoa se vê, de maneira que o texto escrito está carregado de representações do ponto de vista do próprio indivíduo. Embora Geisel não tenha escrito uma autobiografia, suas entrevistas e obras biográficas baseadas em seus discursos presidenciais utilizadas nesta dissertação, nos aproxima de representações de Ernesto Geisel segundo seu olhar, fundamentando assim o estudo dos textos biográficos que se seguem.

O primeiro autor a nos relatar sobre Geisel chama-se Levy Cury, cuja obra intitula-se *Um Homem Chamado Geisel: História do Brasil* (1978), publicada pouco tempo antes do término do governo Geisel que se deu em 1979. O livro sobre Ernesto Geisel não foi o primeiro trabalho biográfico do autor, pois Cury já havia escrito *Jânio... esse desconhecido – História do Brasil* (1961). Foi justamente o êxito do primeiro livro que motivou Cury a confeccionar a segunda obra.

A composição editorial do livro não nos dá muitos detalhes sobre as fontes históricas utilizadas por Cury para construir seu trabalho, porém, a leitura da obra nos permite afirmar que o autor, pelo menos em sua maioria, usa os discursos proferidos pelo presidente Ernesto Geisel como sua base documental. Tais discursos datam desde a saída de Geisel da presidência da Petrobrás até o dia 29 de dezembro de 1977. Para Cury, Geisel era “dono de um linguajar franco e simples, sua simpatia rompe a superfície da compreensão para alcançar camadas interiores mais profundas e sensíveis dos seres humanos” (1978, p. 17). Tais representações sobre Ernesto Geisel permitem-nos apropriar que Geisel pretendia, através de seus discursos, atingir todas as camadas da sociedade brasileira.

Para Levy Cury (1978) Ernesto Geisel seria “uma mistura de sulista, de mineiro e paulista. De carioca, o seu alegre espírito extrovertido” e que, por isso e outros motivos mais, havia nascido para ser “um homem chamado Geisel” (1978, p. 19). É visível a parcialidade do autor em relação ao biografado.

Segundo Cury, as ações de Geisel, como presidente-militar, são oriundas da educação recebida em sua infância e pelo amor que construiu em relação a sua terra amada, o Brasil. Devoto de seu país, Geisel faria todo o possível para levá-lo ao desenvolvimento e, talvez por isso, Ernesto Geisel não recusava desafios, segundo sua professora: “Era um garoto aplicado [...]. Num exame oral dessa matéria [matemática] conseguiu deixar confuso o próprio diretor da escola, professor Ângelo Roman Ros, que lhe havia preparado uma armadilha” (CURY, 1978, p. 23). As representações aqui expostas, infelizmente, não chegam ao LDH do EF e EM, pois o estudante conheceria outros aspectos de Geisel e isso levantaria pontos de discussão em sala de aula.

Em discurso de posse realizado em 1974 o presidente Geisel se colocou à disposição do povo brasileiro e disse: “declaro-me, desde logo, seu servidor número um, em termos da

responsabilidade tão ampla quanto árdua que em plena consciência, assumo” (1978, p. 47). Agindo como um leal soldado e trabalhador da e para a pátria, isso não queria dizer submissão, ao contrário, o bem-estar da nação estava acima de amizades, laços sanguíneos e qualquer inimigo. Ernesto Geisel colocou-se como servidor do Brasil, mas também esclareceu que os ideais da “revolução” deveriam ser mantidos, pois, de acordo com o presidente:

[...] recebemos valiosa herança dos governos da Revolução, os quais, nesses últimos dez anos, conseguiram alçar o Brasil à posição de destaque no quadro das novas potências emergentes, com um mercado interno que se situa entre os dez maiores do mundo ocidental e um Produto Interno Bruto, este ano, da ordem de sessenta e seis bilhões de dólares (CURY, 1978, p. 57).

Por acreditar que houve uma “Revolução” e não um golpe de Estado, a visão do presidente poderia ser inserida nos LDH para promover discussão sobre as várias maneiras de se “ver” e “ler” a História. Segundo Levy Cury (1978), Ernesto Geisel tivera a sabedoria e ousadia do primeiro mandatário do país. Essas qualidades de Geisel foram destacadas principalmente ao se falar dos órgãos de segurança nacional, pois o mesmo permitiu que o país vivesse em paz e tranquilidade já que, assim como deveria ser, as “atividades subversivas, caracterizadas normalmente pela clandestinidade, vêm sendo combatidas de modo adequado, como incumbe ao Governo fazê-lo (1978, p.230)”. Forte, firme, austero e inexorável, foram algumas das apropriações de Cury sobre representações de Ernesto Geisel dadas a ler em sua obra.

Ainda nos anos de 1978, outra obra sobre Ernesto Geisel foi disponibilizada aos leitores. *O Brasil do General Geisel* do autor Walder de Góes busca avaliar, biograficamente, o presidente em suas ações governamentais e, pelas mesmas, fornecer ao leitor representações de Geisel. Góes explica que “o principal propósito deste livro é identificar alguns aspectos dominantes dos processos de tomada de decisão que, [...], são típicos da administração Ernesto Geisel” (1978, p. 11).

O autor justifica que não importa se o regime governamental possui cunho democrático ou autoritário, as decisões de seus dirigentes são exercício inquietante de avaliação e

juízo, porém, não se deve deixar de considerar que muitas vezes as ações são moldadas pela realidade contextual histórica na qual está inserido o personagem em estudo (1978, p. 17). Góes esclarece que, quando Geisel utilizou o AI-5, foi porque não possuía outra forma de proteger-se e aos seus compatriotas do inimigo que ele, e as Forças Armadas consideravam forte e vigente na época (1964-1985), o Comunismo (GÓES, 1978, p. 19).

As circunstâncias rodeiam o presidente antes que o mesmo decida por algum assunto, mas ainda existe a triagem, feitas por seus ministros, das questões a serem abordadas e, por mais rígidas que fossem as reuniões com os ministros, algo sempre “escapava” das mãos de Geisel. Góes descreve que a rotina do presidente era dividida em reuniões com horários fixos: “diariamente, das 9h às 10h e das 15h às 16h, o Presidente se reúne com os Chefes da Casa Civil, da Casa Militar, do SNI e da Secretaria de Planejamento, que constituem o *brain-trust* do Palácio do Planalto” (1978, p. 27).

Além do fato de Ernesto Geisel não receber as informações da nação que governava por completo, pois ocorria uma triagem dos assuntos considerados de maior relevância a serem lidos pelo presidente, Walder Góes apresenta outro problema enfrentado pelos dirigentes de uma nação, a falta de acesso ao povo que dirige. O convívio social do presidente é limitado, uma simples ida ao supermercado era inconveniente e custariam altos recursos aos cofres públicos porque demandaria a movimentação de seguranças, assessores e outras formas de proteção ao presidente. Porém o maior prejuízo seria o fato do primeiro mandatário não conhecer a nação a qual governa, desta maneira, acredita o autor:

nenhum governante pode evitar a clausura, em menor ou maior grau. Excluído da vida cotidiana, impedido de [...] e sofrer os influxos da realidade viva e diretamente observada, o governante passa a conhecer a sociedade que governa por informações ou relatórios que intencionalmente ou não alteram os fatos (GÓES, 1978, p. 43).

Para Ernesto Geisel, a convivência social nunca fora fácil. Góes o descreve, assim como todos os outros autores biográficos utilizados nessa dissertação, como homem introspectivo e calado, aspecto que se agravou após a morte de seu filho Orlando Geisel

Sobrinho. O presidente evitava frequentar festas, jantares e qualquer outro tipo de comemoração, até mesmo visitas em sua casa eram desencorajadas (1978, p. 47). O contato humano extra-familiar de Ernesto Geisel, geralmente, se dava nos corredores e salas dos departamentos governamentais de Brasília.

A “solidão” que o presidente cultivava em sua vida pessoal muitas vezes foi presente em suas tomadas de decisões, como no caso da demissão do ministro Sylvio Frota. É evidente que ações como esta vislumbram representações de Geisel como homem de personalidade forte, de pessoa que chama a responsabilidade para si e, de ser humano solitário, por escolha própria ou acasos do destino. Góes apresenta os “dois lados da moeda”, pois quando se age de forma soberana como o fez Geisel:

“[...] se de um lado a ação solitária assegura a adoção pronta das decisões, por outro ela cria ressentimentos internos que, caso não sejam eficientemente assimilados, afetam o curso da execução das resoluções adotadas” (GÓES, 1978, p. 63).

Concluimos então, resumidamente, que a obra de Walder Góes analisa exclusivamente as ações do presidente Ernesto Geisel. Em momento algum é trabalhada a vida “pessoal” do mesmo. O aspecto Geisel-cidadão não é especificado neste trabalho, pois como já fora dito, o objetivo de pesquisa eram as ações provenientes do presidente e as “realidades políticas-partidária” que o cercavam.

O próximo trabalho biográfico foi selecionado devido ao fato do autor ter convivido com Ernesto Geisel. O jornalista Adirson de Barros foi um dos cooperadores da campanha de Geisel para a presidência. Foi Barros quem anunciou à imprensa, em primeira mão, o sucessor do presidente Médici e possuía informações inéditas a respeito do futuro presidente. Vários foram os artigos produzidos por Adirson de Barros sobre o panorama político do Brasil. A junção desses textos originou a obra *Março: Geisel e a Revolução Brasileira* publicada em 1976, dois anos após a posse de Ernesto como presidente do Brasil.



Assim como Walder Góes, Barros delimita seus estudos apenas nas ações políticas de Ernesto Geisel, buscando analisar e avaliá-las no âmbito político-social. Os relacionamentos do presidente com outros países e dirigentes foi o foco da obra de Adirson Barros (1976), como é bem descrito no capítulo XVIII intitulado *O Pragmatismo do Itamarati*.

Barros enfatizou a distensão política promovida pelo governo de Ernesto Geisel (1974-1979). Para o autor, “o Governo Geisel afigura-se um divisor de águas dentro da Revolução [de 1964]” (1976, p. 6). Procurar devolver o comando político do país a um civil não era caminho fácil, ao contrário, muitos foram os obstáculos que se levantaram, além disso, havia a necessidade de se preparar o “terreno” para “plantar-se” a semente da democracia. Segundo as palavras de José Sarney, *apud* Barros, a democracia:

[...] não floresce no pantanal da fome, do analfabetismo, da miséria rural e urbana, das endemias, das injustiças sociais de toda ordem. O Governo Geisel tem a tarefa de criar o nosso **New Deal**. É impossível compreender a idéia de um sistema democrático, construído apenas para ser um privilégio das elites. Para que ele seja perene, tem que ter bases reais, para que venha logo, tem que ter o esforço da educação; para que possa sobreviver, tem de criar uma sociedade (BARROS, 1976, p. 06).

De acordo com Adirson Barros a ascensão de Ernesto Geisel à presidência é descrita por Barros como consequência dos bons atributos pertencentes ao biografado. Homem justo, leal e íntegro, Geisel ascende em sua carreira militar e política honestamente, sem dever favores ou compromissos a qualquer pessoa ou entidade. Segundo Barros “ele [Geisel] chega ao governo de mãos livres. Eis uma das vantagens da eleição presidencial indireta” (1976, p. 12). De acordo com o autor, que ainda previa o governo Geisel, os anos de 1974-1979 “será voltado para o desenvolvimento integrado e o País não será dividido entre regiões desenvolvidas ao centro-sul e regiões subdesenvolvidas ao norte-nordeste” (1976, p. 13).

Sobre a “Revolução de 1964”, Barros diz que a mesma “veio para institucionalizar-se, para ficar” (1976, p. 14) e não haveria nada que pudesse detê-la, pois somente ocorreu para devolver ao povo brasileiro “paz”, “retidão”, “segurança” e “prosperidade”.

Partidário ferrenho do movimento de 1964, assim como Ernesto Geisel, o autor afirma que não existiu um “Golpe de Estado”, mas uma “Revolução” ocorrida num momento de extrema necessidade, quando a nação almejava por uma solução mediante aos problemas e perigos existentes como a falta de ordem no país e o fortalecimento do Comunismo. Sendo assim, até mesmo o AI-5 foi justificado por Barros da seguinte forma:

[...] Ordem e segurança resultam em progresso, mas para termos ordem e segurança é indispensável a manutenção do Ato Institucional n.º 5, que o governo só tem usado em casos críticos, contra corruptos e subversivos, assim como o Código Penal é utilizado contra aqueles que o infringem (BARROS, 1976, p. 21).

Os avanços e recuos para o processo de abertura política, assim como nas obras historiográficas, também foram abordados por Barros. Segundo o autor, por falta de opção, algumas atitudes do presidente Ernesto Geisel assumiram caráter autoritário e contraditório, mas essas ações foram necessárias para abrir caminho rumo à democracia (BARROS, 1976, p. 33).

Barros levanta críticas contra políticos, grupos sindicais e subversivos que prejudicavam o progresso da “Revolução de 64”. Um dos maiores prejuízos que esses grupos causaram ao Brasil foi o calar-se mediante o Acordo Nuclear liderado por Geisel entre Brasil e Alemanha. Adirson Barros afirma que Ernesto Geisel foi uma “voz solitária” que bradou em nome da independência energética do país, enquanto isso os políticos estavam preocupados com assuntos “extraterrenos”. Ao participar de uma reunião no Congresso, Barros descreve o que viu:

[...] Constatei, então, que deputados e senadores haviam sido atraídos por um assunto extraterreno. Discutia-se ali, naquela manhã, a existência dos discos voadores. Os políticos, extasiados, ouviam dissertações técnicas sobre o tema e lembro-me de um senador amazonense que se derramava em explicações complicadas sobre suas experiências pessoais com os discos. Era a classe política no astral. Políticos do outro mundo, identificados na busca dos objetos não-identificados (BARROS, 1976, p. 53).

Podemos concluir que a obra *Março: Geisel e a Revolução Brasileira* (1976) de Adirson Barros é mais um instrumento que representa Geisel como político forte, sábio e comprometido com a pátria, mas ainda deixa lacunas sobre o “homem” que compunha o presidente do Brasil.

*Geisel: do Tenente ao Presidente* (1995) é de autoria de Armando Falcão. Uma obra biográfica que possui claro partidário da figura do autor em relação ao biografado. Falcão fez parte do elenco ministerial do governo Geisel nos anos de 1974-1979 ocupando a pasta de ministro da Justiça. Armando Falcão também foi o principal colaborador da lei apelidada com seu sobrenome, a Lei Falcão, muito mal vista e criticada, principalmente, por integrantes do MDB.

Sobre Ernesto Geisel, talvez não houvesse maior defensor e partidário que Falcão, o mesmo já inicia sua obra dizendo “o zelo e a competência sempre o [Geisel] acompanharam. Nos primórdios de sua carreira militar, ainda tenente, exerceu, com brilho, o cargo de Secretário da Fazenda” (1995, p. 5). Diferentemente dos autores até então analisados, Falcão procura estabelecer entre o leitor e o biografado uma relação de proximidade, relatando episódios íntimos, familiares, pessoal de Ernesto Geisel em várias fases de sua vida. Descreve detalhadamente o comportamento de Geisel quando criança, como estudante, cadete, general e, por fim, presidente, sempre destacando suas qualidades. Segundo Falcão, escrever sobre o homem Ernesto é relevante, pois se:

É esquecido o homem, são esquecidas as suas idéias, as obras e iniciativas caem no olvido e poucos são os que têm o nome escrito na história para serem lembrados, pelo menos como expressões de uma época, como símbolo (FALCÃO, 1995, p. 12).

Para Armando Falcão, Geisel é um desses nomes que devem permanecer inscritos na História. “Etimologicamente, em alemão, o nome Ernesto quer dizer “compenetrado”. A significação do nome marcaria uma personalidade e um destino” (FALCÃO, 1995, p. 20). Como leitora, posso afirmar que a obra é prazerosa e fácil de compreender, mas como pesquisadora, preciso alertar que a mesma possui “riscos” que podem levar o pesquisador ao erro, pois a forma “perfeita” como Geisel é representado pode fazer o

leitor se apropriar de representações afastadas daquelas tratadas em obras historiográficas. Mas, como evidencia Loriga (2012), a metodologia para construção biográfica é algo ainda em construção. Chartier (2002) melhor explica que:

[...] O real assume assim um novo sentido: aquilo que é real, efetivamente, não é (ou não é apenas) a realidade visada pelo texto, mas a própria maneira como ele a cria, na historicidade da sua produção e na intencionalidade da sua escrita (CHARTIER, 2002, p. 63).

Muitas páginas da obra de Armando Falcão foram dedicadas às saudações e congratulações aos pais de Ernesto Geisel, Augusto Geisel e Lídia Beckmann, pois, para o escritor “o que cimentou o futuro de Geisel como homem, no plano geral da vida, foram a educação e a formação que recebeu no lar” (1995, p. 24). Falcão relata vários episódios ocorridos durante a vida militar de Ernesto Geisel em que o mesmo se submeteu devido ao forte apego a hierarquia e apropriações de obediências adquiridas pelo biografado no decorrer de sua vida. Um desses episódios foi quando Geisel aceitou, a contragosto, o cargo civil-político de integrante do Conselho Consultivo da Paraíba (FALCÃO, 1995, p. 67).

Mesmo a morte de Orlando Geisel Sobrinho, ocorrida em 1957, é narrada por Falcão como uma tragédia enfrentada pela família Geisel com “valor”. Anos mais tarde, longe de haver aqui uma comparação, Geisel “venceu” outra barreira. Por não possuir os mesmos princípios ideológicos-políticos do governo em exercício, houve a tentativa de afastar Geisel do quadro político brasileiro durante o governo Goulart. Mesmo “silenciado”, Ernesto Geisel exerceria influência, pois, segundo Falcão, um homem como Geisel:

[...] sempre moralmente forte, estaria irradiando influência em qualquer tipo de chefia, ou até mesmo despojado de chefia. No quartel, ou na repartição inserida no contexto da burocracia militar, não importava, teria sempre voz de comando com eco em todo o Exército, visto como sua autoridade era intrínseca, nascia de dentro para fora, e não o contrário (FALCÃO, 1995, p. 129).

Nos anos de 1970, enquanto exercia o cargo de presidente da Petrobrás negou auxílio financeiro ao “Mobral” por acreditar em dois pontos importantes. Primeiro, a Petrobrás não teria a função de resolver problemas sociais como o extermínio do analfabetismo no Brasil. Segundo, que só seria revelado anos mais tarde em uma de suas entrevistas concedidas à D’Araujo e Castro (1997), Geisel não acreditava no Mobral como programa eficiente para sanar problemas educacionais (CASTRO; D’ARAÚJO, 1997, p. 323-324). Talvez o fato narrado deixe transparecer um Ernesto Geisel intransigente ou não compreendido pelos que estavam em sua volta (FALCÃO, 1995, p. 178).

Sobre o movimento militar de 1964, Falcão faz suas as palavras de Geisel: “A nossa Revolução é democrática [na opinião de Geisel]. A minha intenção é preparar, [...], o caminho que nos leve ao aperfeiçoamento democrático, no contexto de um processo lento, gradual e seguro” (1995, p. 259). Para Falcão, os leitores de sua obra foram contemplados pelo privilégio de ter o “conhecimento de variadas passagens da vida de um brasileiro eminente, que merece o respeito e o reconhecimento dos seus concidadãos” (1995, p. 269).

Hélio Silva e Maria Cecília Ribas Carneiro foram os jornalistas que organizaram a obra *O Governo Geisel: 1975-1978* (1998) financiado pela revista *Isto é*. Embora possa parecer, na visão de alguns leitores, que não se trata de uma obra biográfica, o trabalho dos jornalistas Carneiro e Silva é uma biografia, pois expõe, ou melhor, não apenas narra os fatos históricos, mas relata problemas vividos por um indivíduo que ocupou um importante cargo político, no caso, a presidência do Brasil. Carneiro e Silva afirmavam que Geisel estava convicto do importante cargo que assumiria e, por isso, elaborou um discurso de posse que deixava clara sua profunda preocupação em exercer um bom governo. Em seu discurso Geisel solicitou aos brasileiros confiança para poder vencer as dificuldades que se apresentavam na época (CARNEIRO; SILVA, 1998, p. 38).

Assuntos como a anistia, bipartidarismo e crise econômica são abordados no livro dos autores Silva e Carneiro, porém, aquele que produz discursos mais acaloradas ainda é a existência da tortura no Brasil dos anos de 1970 e a posição de Ernesto Geisel em relação à mesma. O ex-presidente Geisel nunca escondeu ser partidário da tortura em certas ocasiões, ou seja, se for necessário meios repressivo para proteger a nação brasileira de qualquer perigo e, assim, adquirir informações precisas que colocasse o

governo à frente de seu inimigo, a tortura era aceitável. Os autores Silva e Carneiro afirmam que Ernesto Geisel:

[...] não era partidário da tortura. Desde o início do seu governo empenhava-se em combatê-la e aboli-la. Mas o **sistema**, ou o que como tal se apresentava, criara entraves até à interferência do presidente da República. Nem o ministro da Guerra, o general Sylvio Frota, tinha ingerência no assunto que ficava reservado ao setor de segurança nacional, onde imperava a mística que um que a mesma respeitou, na medida do possível, os direitos do cidadão brasileiro que só lhe foi negado quando alguns poucos deixaram de cumprir seus deveres para com a ministro do superior Tribunal Militar – Rodrigo Otavio Jordão Ramos – definiu como a “psicose de uma subversão permanente, justificando a teoria do arbítrio permanente” (CARNEIRO, SILVA, 1998, p 41).

Afirmar que o “sistema” era o culpado pelas torturas que ocorriam em nosso país foi uma maneira de retirar dos ombros de Ernesto Geisel a responsabilidade sobre as torturas que aconteceram em seu governo (1974-1979). Não sabemos se foi intencional, mas os autores acabaram por apresentar um “lado” patriota-fanático existente em Geisel pouco mencionado em obras biográficas ou historiografias. Tais representações podem ser facilmente observadas e questionadas. Geisel seria pró-tortura para proteger o país a todo custo? Ou simplesmente o presidente queria se manter no poder a todo custo? Até onde Ernesto Geisel consideraria válida a tortura? Enfim, várias podem ser as indagações sobre a aceitação, parcial, segundo os autores, da tortura por Ernesto Geisel (CARNEIRO; SILVA, 1998, p. 43). Calorosos, com certeza, por experiência profissional da autora desta dissertação, seriam os debates sobre a posição do presidente em relação à tortura.

Os autores, Carneiro e Silva (1998) afirmam que o processo sucessório entre Médici e Geisel não se deu de forma tranquila, ao contrário, muitos foram os problemas enfrentados, mas os “revolucionários de 64” saíram vitoriosos. O problema da censura era outra “rédea” de difícil controle por parte do presidente devido ao fato dos DOIs não serem subordinados a qualquer órgão da presidência brasileira. Quando os “abusos” da repressão chegavam ao seu conhecimento, Geisel tomava providências cabíveis. Carneiro e Silva esclareceram que, muitas vezes, os chefes dos DOIs eram também seus

prisioneiros, e assim não possuíam condições de evitar o que ocorria em seus porões (1998, p. 42).

Os usos frequentes do AI-5 por Ernesto Geisel não passaram despercebidos na obra *O Governo Geisel: 1975-1978* (1998). Porém os autores defenderam o presidente da república, muitas vezes afirmando que o mesmo não tinha escolha, diziam que Geisel possuía “necessidade” de evocar o AI-5 para comandar firmemente a nação. O fechamento do Congresso, por exemplo, era “necessário” porque estava impedindo o progresso do Brasil pelo atraso da aprovação do “Pacote de Abril”. Carneiro e Silva chegaram à seguinte conclusão:

[...] não se pode fugir é a da crescente ameaça dos grupos esquerdistas na busca de poder. Acumpliciados com democratas que, na pressa de combater o regime, perderam o senso da realidade, acobertados por elementos infiltrados nos escalões administrativos e à sombra de uma incompreensível omissão das autoridades responsáveis, começam a jactar-se, publicamente, de que será, apenas, questão de tempo (CARNEIRO; SILVA, 1998, p. 136).

Geisel foi contextualizado por Carneiro e Silva (1998) conforme as apropriações que estes fizeram do mesmo no decorrer de suas leituras nas fontes documentais disponíveis para a produção da obra, dito de outro modo, os autores “beberam” daquilo que lhes ofereceram as fontes históricas da maneira que melhor consideraram e construíram suas representações. Como nos explica Chartier (2002):

[...] é necessário relembrar que todo o texto é o produto de uma leitura, uma construção do seu leitor: “este não toma nem o lugar do autor nem um lugar de autor. Inventar nos textos uma coisa diferente daquilo que era a ‘intenção’ deles. Separa-os da sua origem (perdida ou acessória). Combina os seus fragmentos e cria o desconhecido no espaço organizado pela capacidade que eles possuem de permitir uma pluralidade indefinida de significações” (CHARTIER, 2002, p. 61).

Voltada para o público infanto-juvenil, a obra de Fernando Jorge *Geisel: O Presidente da Abertura* (2007) poderia muito bem ser utilizada por estudantes de 9º ano (EF) ou 3ª ano (EM). Ao relatar a história da família Geisel e a ascensão social dos filhos de Augusto Geisel, Jorge permite que o leitor conheça também alguns hábitos de época, pois o autor não buscou apenas fontes históricas que conviveram com Ernesto Geisel ou mesmo seu irmão, Orlando. O diferencial deste livro é a ousadia do autor em procurar por aqueles que conviveram com o pai de Ernesto Geisel. Agindo desta maneira, Fernando Jorge trouxe à luz conhecimentos sobre o círculo familiar de Augusto, sua esposa Lídia e seus filhos, Henrique, Amália, Orlando, Bernardo e Ernesto pouco tratadas em outras obras, biográficas ou não. Sobre o pai de Ernesto Geisel, Augusto Geisel, o autor conseguiu um depoimento interessante do período em que este lecionava. Um de seus ex-alunos disse a Jorge:

Aquele Augusto era muito engraçado. Foi ele quem me deu a primeira surra. Eu estava fazendo careta. Como era esperto! Quando queria castigar toda a turma, botava os alunos, uns trinta ou quarenta, de joelhos, mandava que cada um segurasse na orelha do outro e puxava a do primeiro. Com um puxão só, castigava a todos. [fala de Erik Peerson] (JORGE, 2007, p. 5).

A severidade que é possível se apropriar de Augusto Geisel se refletia em casa com seus filhos. Não admitia desordem e prezava pela educação de seus rebentos, para isso, além de sua esposa, Augusto contou com a sorte. Foi contemplado por um bilhete de loteria premiado que foi separado pelo barbeiro e amigo “Giacomim”. Ao saber que havia ganhado Augusto tentou dividir o prêmio com o colega, mas o barbeiro recusou-se em aceitar. Então, o pai de Geisel emprestou 20 contos sem prazo e sem juros ao selecionador do bilhete premiado, o restante, investiu na formação acadêmica dos filhos e na compra de algumas terras (JORGE, 2007, p. 7).

Resumidamente, Jorge Fernando relata alguns episódios ocorridos na vida de Ernesto considerados, aos olhos do autor, os mais importantes para se compreender o “ser humano” Geisel. Narrou rapidamente o desenvolvimento da carreira militar de Ernesto e alguns cargos civis que o mesmo ocupou. Não poupou elogios e evidenciou a



perspicácia e sabedoria de Geisel tratando de soluções de problemas oriundas de seu esforço profissional.

Sobre a “Revolução de 64”, Fernando Jorge comunga com Geisel a ideia de que foi um movimento popular e ecumênico contra João Goulart (2007 p. 57-58). Jorge termina sua obra biográfica dando um testemunho exaltando a relevância de Ernesto Geisel na distensão política e seu comprometimento com o país, pouco compreendido por muitos na época, inclusive o autor.

Eu, o autor desta biografia, fui processado quatro vezes [...]. O motivo? Apenas pelo fato de me mostrar contra a censura, a ausência de eleições livres, a favor do direito de qualquer cidadão manifestar o seu pensamento. [...] Mas sou obrigado a admitir que o homem que redemocratizou o nosso país, no período de 1974-1979, foi o general Ernesto Geisel. Apesar de ser muito enérgico, autoritário, centralizador, ele acreditava nas vantagens de um regime no qual todos pudessem, de maneira livre, escolher e eleger os seus representantes para as Câmaras de Vereadores, as Assembléias Legislativas e o Congresso Nacional (JORGE, 2007, p. 91).

Finalizando nossos estudos biográficos temos o livro *Ernesto Geisel* (1997), organizada por D’Araujo e Castro. A organização desta obra requereu dos autores um jogo de paciência, fidelidade e discrição, papéis esses que, de acordo com Chartier, devem pertencer ao historiador para alcançar seus objetivos, pois “a tarefa primeira do historiador, como do etnólogo, é, portanto, reencontrar essas representações antigas, na sua irredutível especificidade [...]” (CHARTIER, 2002a, p. 37).

O primeiro desafio dos autores foi fazer com que Geisel aceitasse ser entrevistado, uma vez que o biografado possuía extrema aversão à imprensa. Com a ajuda de Gustavo Moraes Rego Reis, D’Araujo e Castro, atingiram o objetivo de entrevistar uma das fontes primárias da história do Brasil: Ernesto Geisel (D’ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 8).

Embora não tenha sido fácil conseguir o acesso à Geisel, compor a obra e efetuar as entrevistas certamente foi um árduo trabalho. Ernesto Geisel aceitou ser entrevistado, porém, com algumas condições que trouxeram apreensão e frustração aos entrevistadores. Sua primeira exigência foi o sigilo total do motivo de sua presença na

Fundação Getúlio Vargas, local onde se deram as entrevistas (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 8-9).

Outras duas exigências impostas pelo biografado: todos os textos teriam que ser revistos por ele, o que de fato ocorreu, e, o trabalho só poderia ser publicado após sua morte com a autorização de sua esposa Lucy Geisel. Esta transferiu tal responsabilidade para a filha do casal, Amália Lucy. Geisel deixou escrito: “Fica, contudo, vedada a publicação sem autorização do depoente ou de seu representante legal” (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 10). Amália permitiu a publicação do livro no ano de 1997.

De acordo com a obra de D'Araujo e Castro (1997), a vida política de Geisel teve início logo após a Revolução de 1930. Nesse período, este recebeu ordens do exército para encaminhar ao estado da Paraíba a sua bateria de Artilharia. Foi a primeira vez que viajou para o Nordeste, observando as grandes diferenças regionais brasileiras. A partir deste momento, Ernesto apropriou-se de novas representações quanto à diferença econômica e educacional existente no Brasil. Tais apropriações influenciaram o governo Geisel em algumas de suas ações políticas. Em outra obra de Maria Celina D'Araujo e Celso Castro, *Dossiê Geisel* (2002), é relatado algumas iniciativas de Ernesto em promover a relevância da História do país, sua preocupação com o desenvolvimento e a descentralização da cultura do país: “A criação da Fundação Nacional de Arte (Funarte), vinculada ao ministério da educação e Cultura, é a manifestação concreta do governo federal de sua preocupação com o setor cultural” (2002, p. 92).

No Governo Dutra, Geisel assumiu a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional<sup>31</sup> e possuía a seguinte opinião sobre este período presidencial: “Era o governo da legalidade, daquela história que se conta, que o Dutra sempre consultava o ‘livrinho’ da constituição” (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 99). Durante o governo de Café Filho (1954-1955), Ernesto tomou posse do gabinete militar e ficou no cargo até a posse de Juscelino Kubitschek (JK), em 1956, retornando ao Rio de Janeiro, afirmando que sua função política havia terminado naquele momento, pois existia incompatibilidade de ideias e princípios entre JK e Geisel.

Geisel criticou duramente as eleições de 1960, afirmando terem sido desorganizadas e cheias de anomalias, não procedendo dentro da legalidade constitucional brasileira. A

---

<sup>31</sup> Órgão de assessoramento do Presidente da República nos assuntos relacionados à segurança nacional.

desordem política unida ao “perigo” Comunista seriam duas fortes justificativas para ocorrer a “Revolução de 1964”, não o Golpe Militar de 1964, diferença que o biografado destacou insistentemente durante as entrevistas.

Fala-se em golpe de 64, mas o golpe realmente foi dado quando impediram Pedro Aleixo de tomar posse. Porque Pedro Aleixo não assumiu? Porque era um político, e fora o único membro do governo a votar contra o AI – 5. Achavam que ele não ia dar conta do problema. A primeira coisa que haveria de querer era derrubar o AI – 5. Por isso, concluíram que não podiam assumir (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 210).

Durante a Segunda Guerra Mundial, os irmãos Geisel não foram convocados por pertencerem a uma família de origem alemã. Não questionaram, a formação militar que tiveram ensinaram-lhes a respeitar as ordens que viam de seus superiores, mas com certeza foi uma frustração para Ernesto Geisel que fora aprovado como o primeiro de sua turma nos três anos em que esteve no Colégio Militar em Realengo e, em outros cursos, como o realizado nos EUA, onde se destacou pelo empenho em seus estudos. (D'ARAUJO; CASTRO, 2002, p. 15).

Ernesto Geisel defendia um Estado forte e interventor, capaz de trazer ao país desenvolvimento sob a ótica da ordem necessária para o progresso. Qualquer movimento que se opusesse ao Estado deveria sofrer a ação interventiva do mesmo para que o fator primordial, desenvolvimento e bem-estar da nação, estivessem acima dos interesses pessoais ou de grupos. Em sua opinião, apenas a partir de 1930, sob o comando de Getúlio Vargas, o Brasil teria dado início ao seu desenvolvimento econômico, pois um Estado interventor e forte permitia agilidade na tomada de decisões importantes para a sociedade brasileira, do contrário, as discussões sobre qual seria a melhor atitude a ser tomada levariam tempo maior e desnecessário para serem concluídas.

Sobre a educação no Brasil, Geisel evidenciou a carência de recursos e defendeu a distribuição de responsabilidades entre governos municipal (ensino primário), estadual (ensino secundário) e federal (ensino superior). Essa medida seria parte do processo do desenvolvimento educacional do cidadão brasileiro. Também permitiria aprimorar a

viabilidade de soluções de problemas locais. Geisel, porém nunca isentou os pais da responsabilidade educacional que possuem com seus filhos (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 321-322).

Para Geisel, o Mobral não funcionou muito bem, pois a preocupação da educação deveria ser com as novas gerações, já que o problema do analfabetismo não pode ser “mascarado” e sim resolvido. Solução que só se daria em longo prazo, preparando os estudantes de hoje para compor o mercado de trabalho de amanhã de maneira eficaz e independente. Ernesto Geisel dizia que com educação de qualidade vários problemas sociais podem ser resolvidos, mas é necessário fortalecer a ligação entre escola, comunidade e os pais dos educandos, para que todo esse trabalho não seja incompleto. (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 322-323).

A obra de Maria Celina d'Araujo e Celso Castro detalha o dia da posse de Ernesto, quinze de março de 1974, como algo simples e sem ritual. Geisel permaneceu à frente do governo brasileiro até o ano de 1979, embora ainda admitisse as permanências das ameaças comunistas e da corrupção no governo afirmou que o principal objetivo de seu governo era de realizar uma abertura política gradual, porém segura, onde um civil pudesse vir a governar o Brasil sem prejuízos ao povo.

Durante todo seu governo, Ernesto Geisel, evidenciou comportamentos particulares e posturas ímpares que geraram conflitos e discórdias. Muitos conflitos foram resolvidos de maneira estratégica e minuciosamente estudados, como faria um bom militar; outros, apenas o tempo poderia solucionar. Um dos mais dolorosos fora o rompimento com o irmão Orlando Geisel. No governo de Garrastazu Médici (1969-1974), Orlando era ministro do exército e acreditava que continuaria no cargo após a vitória de seu irmão caçula. Porém, ao compor seu ministério Geisel convocou outro Ministro do Exército, Sylvio Frota, pois tinha a opinião de que:

[...] governo não se faz com família nem com amigos. Pode-se fazer amigos no governo: os ministros, muitos dos quais eu antes não conhecia, tornaram-se meus amigos. Mas levar alguém para o governo só porque é amigo? Não. Para o governo devem ir pessoas qualificadas pelas condições culturais, pela tradição, pela educação, pela probidade, e assim por diante. (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 270-271).

Ao ser indagado, pelos autores, sobre a “ausência” de seu irmão, Orlando, durante seu governo, Geisel destacou que o mesmo já estava muito enfermo e acamado, o que impediu maior participação de sua parte. Se os problemas entre os irmãos foram resolvidos ou não, somente a família o sabe com certeza, mas, como políticos, tornou-se claro, não eram mais aliados. Geisel também afirmou que nunca pediu opinião a seu irmão sobre a montagem de seu ministério ou qualquer outra decisão a ser tomada durante todo seu governo.

Geisel acreditava que o exemplo deveria começar pelo líder. Chegava ao Palácio do Planalto às quatorze horas e saía às dezoito horas, pois não achava certo sacrificar seus auxiliares com horas extras de trabalhos sem necessidade como fizeram alguns líderes antes dele. Pela manhã o presidente Geisel lia jornais, geralmente resumidos pelos seus auxiliares, tomava conhecimento da pauta do dia para melhor se organizar e dividir o tempo de maneira a não precisar ficar até altas horas da noite no Palácio (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 276).

Os ministros eram convocados mensalmente à sala do presidente Geisel para uma reunião generalizada, mas havia as reuniões quinzenais para cada ministro, com duração de uma hora. Agindo desta maneira Geisel sofria várias críticas de ser um governante centralizador, mas, a seu ver, queria apenas estar ciente de tudo o que fosse possível. (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 279). Ernesto Geisel acusava a imprensa de propagar características suas, que de acordo com ele, não procediam, a de governante centralizador por exemplo. Considerava-a fútil e desprovida de propósito. Num determinado momento da entrevista Geisel desabafa:

Dizem que eu era "imperial", que não falava com ninguém, que era impositivo etc. Tudo isso foi difundido por jornalistas aos quais eu não dava maior importância. Um dos que falam muito mal de mim é o Carlos Chagas. Fala de mim, mas se esquece de que foi o homem de imprensa do Costa e Silva, a respeito de quem não fala. [...] Eu não dava entrevistas. [...] Eu não dava muita importância à imprensa, como até hoje não dou. A imprensa é do dia-a-dia, da fofoca, não é? A imprensa construtiva é muito reduzida. Penso assim, até hoje. [...] Não hostilizava a imprensa, mas também não dava muita importância ao que ela dizia. Não dava e não dou entrevistas. Até hoje solicitam a toda hora declarações minhas, mas não os satisfaço. [...] Falar mal do governo que está aí? Reavivar problemas do passado? Isso não

constrói nada. Penso assim. Se quiserem alguma coisa para a história, terão este depoimento (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 286).

Geisel era contrário às eleições diretas, pois considerava o Brasil imaturo e analfabeto para essa realidade, estando em um nível cultural e econômico muito baixo. Ernesto Geisel afirma que a democracia plena no país é uma “ficção” e diz:

[...] Não se pode querer aplicar no Brasil um sistema eleitoral que pode ser ótimo na Alemanha, ou que funciona muito bem na Inglaterra. Quantos anos levou a Alemanha para chegar ao que é? [...] Essa história de democracia plena, absoluta, para o Brasil, é uma ficção. Temos que ter democracia, temos que evoluir à procura de uma democracia plena, mas no estágio em que estamos impõem-se certas limitações. Qual é o estímulo, em muitas regiões do país, para o povo votar? São os favores que ele recebe. (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 444-445).

Todas as representações adquiridas por Geisel se deram, também, devido apropriações que fizera através de sua formação familiar e que o acompanhou por toda a vida. Tais representações influenciaram sua carreira militar, pessoal e política. Homem de seu tempo, Ernesto Geisel justificou muitas atitudes suas e de seus companheiros de ideias devido ao quadro político em que o Brasil estava inserido. Através desta perspectiva torna-se possível um olhar diferenciado e mesmo surpreendente deste biografado e afirmar a importância e variação de suas utensilagens<sup>32</sup>. (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 19).

Em relação ao seu casamento com dona Lucy, Ernesto Geisel afirmou que o mesmo (em uma época em que a mulher era extremamente passiva e submissa aos pais e maridos) foi por amor e não arranjado. Esperou que Lucy crescesse e amadurecesse para tomar uma decisão tão importante: casar-se ou não com Geisel. Permitiu que Lucy o

---

<sup>32</sup> "inventariar em detalhes e depois recompor, para a época estudada, o material mental de que dispunham os homens desta época; através de um esforço de erudição, mas também de imaginação, reconstruir o universo, físico, intelectual, moral, no meio do qual se moveram as gerações que o precederam; tornar evidente, de um lado, a insuficiência das noções de fato sobre tal ou tal ponto; por outro lado, o estudo da natureza engendraria necessariamente lacunas e deformações nas representações que certa coletividade histórica forjaria do mundo, da vida, da religião, da política". (FEBVRE, L., *Combats pour l'Histoire*. p. 218.)

conhecesse, não o Geisel militar, o excelente aluno, o filho ou o profissional, mas o Geisel homem, romântico e dedicado, o que foi decisivo para que Lucy aceitasse se casar com ele, mesmo sendo dez anos mais velho. Ernesto Geisel conta:

Casei em 10 de janeiro de 1940. Eu estava esperando que a Lucy crescesse! Porque entre nós há uma diferença de idade de 10 anos. Ela é minha prima pelo lado materno, e a conheci criança pequena. A mãe de Lucy, Joana, era minha tia e madrinha. Depois passou a ser tia, madrinha e sogra. Veio a falecer aqui no Rio, onde estava morando conosco, já com oitenta e poucos anos (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 85).

Em entrevista, Geisel revelou todo um drama familiar que não o permitiu assumir um cargo político importante e bem remunerado em São Paulo: a morte de seu filho. Este, ao ir para um jogo de futebol foi atropelado por um trem. Essa triste lembrança não o permitiu que voltasse a São Paulo, pois queria preservar a si e a sua esposa de tristes recordações. Essa postura demonstra o cuidado que o mesmo possuía com a família (D'ARAÚJO; CASTRO, 1997, p. 123), indo além do estrategista militar ou o presidente pragmático, sendo apenas pai e marido preocupado.

A partir da análise do trabalho de d'Araujo e Castro e das outras obras biográficas foi possível observar representações diferenciadas de Geisel. Através dos relatos pessoais de Ernesto percebeu-se o “calor” existente na História, algo muito cobrado pela autora Sabina Loriga (2011) e muitas vezes é deixado de lado quando trabalhada em sala de aula. Alguns historiadores e escritores, muitas vezes, se esquecem que a história envolve seres humanos dotados de sentimentos, opiniões e emoções, estas direcionadoras de suas ações.

Todos os autores aqui apresentados fazem parte de uma comunidade interpretativa, pois possuem poucas divergências no tratar sobre Ernesto Geisel. Suas apropriações sobre representações de Geisel são muito semelhantes e podem ser utilizados como “ferramenta” extra didática no estudo sobre este presidente do Brasil. Facilitando a percepção de que a História é uma ciência cujo principal objeto de estudo são pessoas e suas ações.

## CAPÍTULO 4

### REPRESENTAÇÕES DE ERNESTO GEISEL E SEU GOVERNO EM LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA.

*“[...] a leitura já não é concebida como resultado de um funcionamento lingüístico puro, mas como resultado da interação entre texto e leitor”.*

(Roger Chartier, 2011, p. 30).

Após a leitura de obras historiográficas e biográficas, com o objetivo de perceber como Ernesto Geisel é “dado a ler” nestes trabalhos, iniciamos um estudo de representações de Geisel em Livros Didáticos de História. Pretendemos identificar se há articulações/veiculações entre representações sobre Geisel em LDH que comungam com os livros biográficos e historiográficos utilizados neste trabalho dissertativo. Para tal empreitada é necessário ressaltar o que nos diz Chartier (2002) sobre a “prática de leitura”:

[...] Ler, olhar ou escutar são, efetivamente, uma série de atitudes intelectuais que [...] permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência. Essa constatação deve levar a repensar totalmente a relação entre um público designado como popular e os produtos historicamente diversos (livros e imagens, sermões e discursos, canções, fotonovelas ou emissões de televisão) proposto para o seu consumo (CHARTIER, 2002, p. 59-60).

Desta forma, entendemos que a relação entre LD e leitor é marcado por uma interação subjetiva que carece ser mobilizado conceitos e teorias capazes de compreender tal relação, e Chartier nos aponta caminhos frutíferos, à luz da teoria da História Cultural, para a presente tarefa tais como a compreensão do que são comunidades de leitura e interpretativas, bem como a importância de identificar e conhecer o contexto histórico no qual viveu o indivíduo a ser analisado. Também é preciso apresentar aos leitores a relevância em se observar aspectos intrínsecos em um discurso escrito como: “quem fala”, “como fala”, “de onde fala”, “possuí ou não interesses claros”, de maneira que o



olhar científico sobre o texto seja maduro o suficiente para não se utilizar do “senso comum”.

O estudo da História e função do LD não é objeto desse trabalho. Porém, apresentaremos rapidamente algumas informações sobre a “criação” do LD a fim de contextualizar o “lugar” do livro didático no Brasil. Bittencourt (2004) informa que em 1810 era produzido LD no Brasil. A ligação entre currículo escolar e LD só foi existir no Brasil a partir da criação do Colégio Pedro II, em 1837. Nesse período, procurava-se “organizar” o material didático e o conteúdo a ser utilizado nas instituições escolares.

De acordo com Feidman (2010), a política do LD como forma de se aproximar do cidadão, embora anterior a Getúlio Vargas, foi muito bem utilizada pelo mesmo durante seu governo nos anos de 1930-1945. Os benefícios de tal prática são apresentados, historicamente, pelo grande número de seguidores de Vargas durante seu primeiro governo (1930-1945) e em seu retorno ao cargo de presidente do Brasil em 1951. Para Feidman (2010, p. 48) “[...] a política do livro didático volta-se às crianças carentes justamente para atingir as massas, pois essas crianças são, no geral, filhos dos operários e das donas de casa, o grosso da população”, por isso teria sido uma estratégia usada pelo governo de Getúlio e por outros presidentes. Feidman ressalta que,

[...] o livro didático foi criado para atender as quatro esferas: política, econômica, cultural e social; [...] político porque é através de programas, [...] que se cria a demanda da produção. [...] econômico porque atende a indústria das editoras e livrarias [...]. [...] cultural, pois seu conteúdo é criado com base na produção científica [...]. [...] social, pois ele só foi criado porque atende a determinado público: professores e alunos (FEIDMAN, 2010, p. 51).

O estudo sobre o LDH realizado por Feidman explica o objetivo do Estado em fazer dos LDs um instrumento de governo, especialmente de transmissão de ideologias que criam condições para reproduzir representações que lhes interessa. Dito de outra forma, por meio de discursos contidos nos LDH, segundo Feidman (2010), o indivíduo tende a se apropriar do que lhe é dado a ler de acordo com interesses governamentais. Assim como Feidman (2010), a autora Bittencourt (2008) afirma que o LD pode “cimentar a

uniformidade do pensamento, divulgar determinadas crenças, inculcar normas, regras de procedimentos e valores” (BITTENCOURT, 2008, p.14).

Pesquisadores da História do LD como Bittencourt (2008) e os autores Moreira e Silva (2011) comungam da ideia de que, entre os vários papéis sociais exercidos pelo LD, acrescenta-se também o de mercadoria. O LDH não é apenas um instrumento de trabalho para o professor ou auxílio para a aprendizagem, também é um objeto de valor financeiro que movimenta um mercado promissor. Silva e Moreira afirmam que:

[...] a partir de 1960, o tempo de permanência dos LDs nas salas de aula não ultrapassava cinco, seis anos, afirma Soares (...). A partir do processo de democratização do ensino oriunda na década de 1960, cresce o número de consumidores do LD, tornando o mercado de editoriação promissor. [...] há uma relação direta entre a duração do LD e o mercado editorial, que, por sua vez, incentiva a produção dos livros descartáveis (MOREIRA; SILVA, 2011, p. 32).

Nota-se que o livro didático é marcado por questões complexas que vão desde elementos políticos à culturais. Traz consigo, no caso específico do LDH, fatos, primeiramente narrados, que chegam ao leitor de uma maneira, intencional ou não, já definida pelo(s) autor(es). Cabe-nos, como nos propusemos, partir para a análise das obras didáticas selecionadas nesta pesquisa e, tanto quanto possível, extrair das mesmas representações de Ernesto Geisel. Para Chartier “a tarefa primeira do historiador, como do etnólogo, é, portanto, reencontrar essas representações antigas, na sua irredutível especificidade [...] (CHARTIER, 2002, p. 37).”

Escolhemos os Livros Didáticos de História utilizados no nono ano do Ensino Fundamental e terceiro ano do Ensino Médio devido ao fato de serem nestas séries tratados Ernesto Geisel e seu governo (1974-1985) com o objetivo de reencontrar representações de Geisel que podem ser apropriadas pelos leitores que fazem uso do LDH. É necessário aqui ressaltar que “práticas de apropriação cultural [são] como formas diferenciadas de interpretação (CHARTIER, 2002, p. 28)”.

O primeiro livro *História Temática: o mundo dos cidadãos* (2011), de autoria de Montellato, Cabrini e Catelli, (ver Figura 1) é utilizado pelo nono ano do Ensino Fundamental.



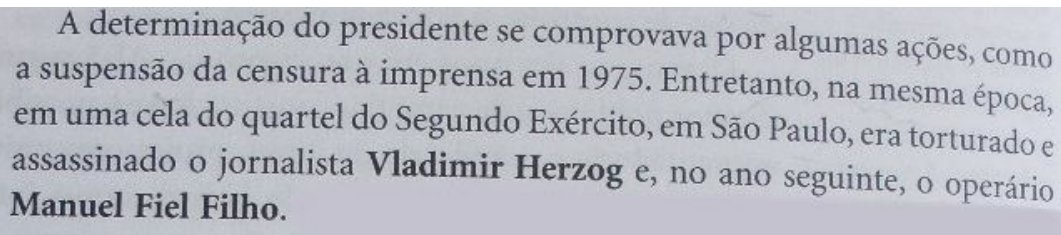
**Imagem 1.** MONTELLATO, CABRINI E CATELLI. *História Temática: o mundo dos cidadãos*. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 2011.

O conteúdo “ditadura militar” inicia-se no capítulo 11 desta obra com a letra musical de “Brasil”, interpretada pelo cantor Cazusa. São dezessete páginas muito bem organizadas com textos complementares, poemas, notícias, gravuras e músicas que tratam do período militar brasileiro (1964-1985). Ao nosso objeto de estudo [Governo Geisel] é cedido o espaço de aproximadamente uma lauda e meia, como indica a Figura 2.



**Imagem 2.** Páginas 238 e 239 da obra de MONTELLATO, CABRINI E CATELLI. *História Temática: o mundo dos cidadãos*. 3ª Ed. São Paulo: Scipione, 2011.

O presidente Ernesto Geisel (1974-1979) é retratado na obra “História Temática: o mundo dos cidadãos” apenas como o presidente da distensão política, apontando suas atitudes repressoras no início do mandato e seu posterior ato de suspensão à censura à imprensa, assim como sua política rumo à anistia, porém indicando práticas de tortura sob seu governo, citando os casos de Herzog e Manuel Filho. Poucas representações de Geisel podem ser apropriadas pelo educando no texto desta obra, sobretudo no que diz respeito à sua personalidade, mas parece transmitir uma dualidade de postura política: ora repressora, ora condutor para um país mais democrático, pois o presidente Ernesto Geisel toma atitudes de caráter democrático, como a suspensão da censura à imprensa e, logo em seguida, faz uso do AI-5, característico de uma ditadura militar, (ver Figura 3).

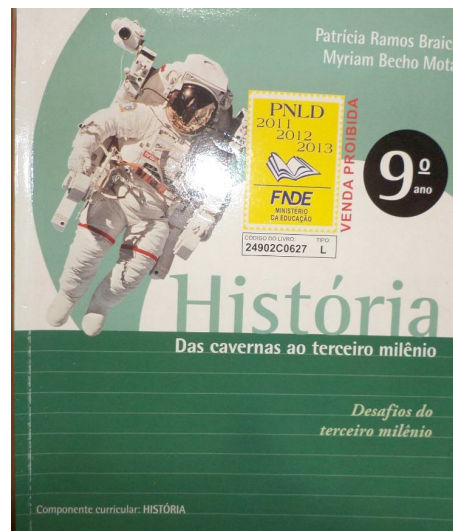


A determinação do presidente se comprovava por algumas ações, como a suspensão da censura à imprensa em 1975. Entretanto, na mesma época, em uma cela do quartel do Segundo Exército, em São Paulo, era torturado e assassinado o jornalista **Vladimir Herzog** e, no ano seguinte, o operário **Manuel Fiel Filho**.

**Imagem 3.** Fragmento da página 238 da obra “História Temática: o mundo dos cidadãos”. A expressão “Entretanto” dando sentido de dualidade na postura do presidente Ernesto Geisel (1974-1979).

Compreendemos que o aluno recebe “gotas”, insuficientes para compreender Geisel e nota-se que a ideia de “sujeito ‘encarnado’”, de Chartier (2002), não é evidenciada nesta obra didática. Em outros termos, não é possível, por meio desse LDH, se apropriar de representações de um Ernesto Geisel enquanto pessoa, identificado nas obras biográficas anteriormente analisadas nesse trabalho, o que dificulta ler o “Geisel homem”. É importante que o leitor tenha a oportunidade de perceber o indivíduo estudado como “pessoa” e não “ator” para caracterizar a “humanidade” histórica, ou seja, tornar mais clara a compreensão de que a História é feita por nós, por pessoas. Como cada um de nós possui diversos papéis sociais, é evidente que Geisel também os possuía, mas não é fácil “ler” isso nos textos das obras aqui analisadas então, torna-se mais complicado ainda distinguir ou separar, se possível, “político” do “homem” Ernesto Geisel.

Outro livro analisado é àquele escrito por Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota. O título da obra é “*História: das cavernas ao terceiro milênio*”, de 2008 (ver Figura 4). Esse LDH é destinado ao atual 9º ano do EF. Composto por dicionário, gravuras, sugestões de filmes e sites para pesquisa, a obra é rica em informações sobre outras fontes de pesquisa, além de possuir textos claros e não muito extensos. A maioria dos capítulos tenta fomentar a curiosidade dos educandos e, em sua “oficina de trabalho”, sugere atividades criativas, como a criação de um “jornal”.



**Imagem 4.** BRAICK; MOTA. **História: das cavernas ao terceiro milênio.** 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2008.

As autoras Braick e Mota destinaram ao governo Geisel duas páginas e meia de seu livro (ver Figura 5). Sobre Ernesto Geisel, narram inicialmente, ainda que em apenas um parágrafo, sua carreira política até a sua chegada à presidência do Brasil. Embora pareça simples, para a construção e reconstrução de representações, conhecer o início da carreira militar de Geisel permite que o leitor tenha maior intimidade com o “homem” aqui estudado. Ernesto Geisel não “nasceu” presidente ou foi “apenas” primeiro mandatário do Brasil, ao contrário, percorreu longo caminho para alcançar tal cargo político. Essas poucas informações trazem “movimento” ao conteúdo de História, mostra um indivíduo que busca por algo, vive.



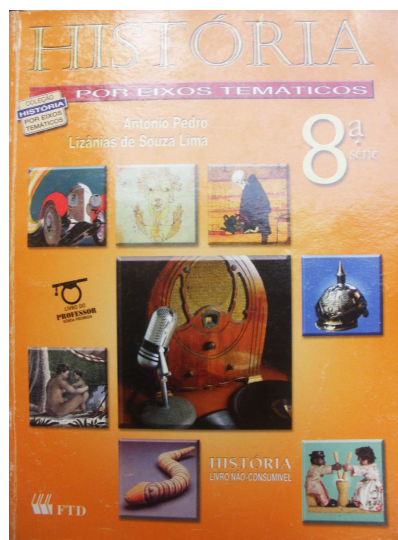
**Imagem 5. BRAICK; MOTA. História: das cavernas ao terceiro milênio. 3ª Ed. São Paulo: Moderna, 2008. Páginas 252-254.**

Embora Braick e Mota tenham apresentado um Geisel “fruto” de uma conjuntura política, econômica e social, apresentando-o como um presidente que atuou de acordo com o contexto em que estava inserido, não conseguiram transmitir representações de Ernesto Geisel como “homem-cidadão”. Frases como: “Geisel assumiu um país descontente com o regime, com as dificuldades econômicas e à beira de uma crise social, dando início à abertura política” (p. 252) e como “Essa conjuntura obrigou o governo a criar o II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento)” (p. 252) ou ainda “após inúmeras hesitações e pressões, o presidente Geisel [...] deu um passo no processo de abertura política” (p. 253), esboçam para o educando ler um Ernesto Geisel sem peso ou vontade política, como se os fatos ocorridos (a história) independesse de quem estivesse no cargo de presidente. Certamente que a estrutura tem um peso significativo no processo histórico, mas ignorar por completo o papel do agente social parece ser uma abordagem equivocada. Loriga (2011), em sua obra *O Pequeno X: da Biografia à História*, manifestava sua preocupação sobre este fato, ou seja, essa história sem sujeitos (2011, p. 12-13).

“*História por Eixos Temáticos*” (2002) livro de Antonio Pedro e Lizânias de Sousa Lima é dividida em oito eixos temáticos: comunicação e troca; trabalho e técnica; memória e história; poder, arte, religião e pensamento; guerra; família e sexualidade e, por último, vida cotidiana. Por se destinar à oitava série do Ensino Fundamental e ser indicada mais de uma vez no Guia do Livro Didático (2008-2011), esta obra foi selecionada para compor este trabalho de dissertação. Porém, ao ler os “eixos temáticos”, foi nossa surpresa, o livro não trata do período ditatorial brasileiro (1964-

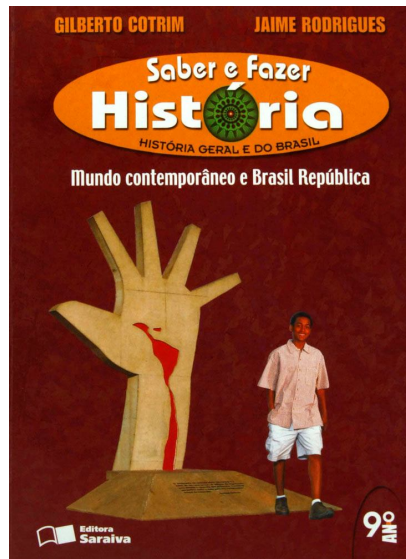
1985) em nenhum dos eixos, nem nos mais prováveis, como memória e história ou guerra.

De acordo com Chartier “ler, olhar ou escutar são, efectivamente, uma série de atitudes intelectuais que [...] permitem na verdade a reapropriação, o desvio, a desconfiança ou resistência (2002, p. 59-60)”, porém, como o educando pode realizar tais tarefas se não há suporte escrito? Os “silêncios” existentes na obra de PEDRO e LIMA não permitem que o educando se apropriem de representações sobre Ernesto Geisel ou mesmo divirjam das que poderiam conter nos textos. Desta forma podemos afirmar que um texto pouco informativo ou mal construído não é o único a prejudicar o processo de aprendizagem dos educandos. Embora seja certo afirmar que os “silêncios” também são carregados de intenções.



**Imagem 6.** PEDRO; LIMA. **História por Eixos Temáticos.** Edição Única. São Paulo: FTD, 2002.

“*Saber e fazer História: História Geral e do Brasil*” (Ver Figura 7) dos autores COTRIM e RODRIGUES (2007) trás em seu suporte escrito gravuras bem atrativas para o “produto mercadológico”, como evidenciado por Silva e Moreira (2011).



**Imagem 7.** COTRIM; RODRIGUES. **Saber e fazer História: História Geral e do Brasil.** 5ª Ed, São Paulo: Saraiva, 2007.

Os autores Cotrim e Rodrigues (2007) apresentam Geisel inserido em seu tempo e espaço enquanto “homem” dotado de ideais, embora o faça de forma breve. Usando a frase “[...] o novo presidente dizia-se disposto a promover um processo ‘gradual, lento e seguro’ de abertura democrática (p. 203)” permite que o leitor compreenda que era desejo de Ernesto Geisel levar o Brasil à abertura política, ou seja, o fato histórico não ocorreu sozinho, nos apropriamos aqui de um “querer” por parte de Geisel poucas vezes lidas em LDH.

Da mesma forma que na obra de “*História Temática: o Mundo dos cidadãos*”, de Montellato, Cabrini e Catelli (2011), existe em Cotrim e Rodrigues (2007) uma indicação de um Ernesto Geisel marcado por uma dualidade em suas ações políticas: ora repressora, ora condutor para um país mais democrático. Tais ações podem ser apropriadas pelos leitores como forma de Geisel atingir seu objetivo, chegar à distensão política de forma lenta e segura, ou seja, ao menor sinal de entraves políticos que prejudicassem a abertura política, o presidente Ernesto Geisel (1974-1979) fazia uso da “força” que o governo militar o concedia. Não importava os meios, mas os fins e, a maneira de agir do presidente deste período fornece material para calorosos debates em sala de aula.



O presidente Geisel afastou o general comandante do II Exército para pôr fim à onda de violência.  
Entretanto, temendo o rápido avanço das oposições, Geisel recuou um passo no processo de abertura política: em 1976, decretou uma lei que limitava a propaganda eleitoral dos candidatos

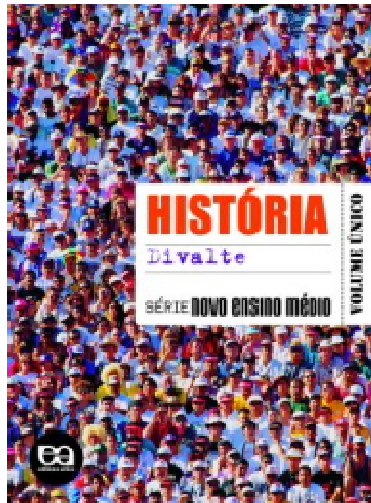
**Imagem 8.** Fragmento da página 204. In: COTRIM; RODRIGUES. **Saber e fazer História: História Geral e do Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Apesar de clara as lacunas existentes nos LDH ao tratar de Ernesto Geisel, não podemos nos esquecer que o educador é um profissional livre para procurar outros materiais de estudo que possam auxiliá-lo na execução de seu ofício. Não há intenção nesta dissertação de procurar conhecer e compreender, ou até apontar esses “outros recursos”, os quais podem ser utilizados pelo educador, mas ressaltamos a sua importância. É certo que quanto maior forem os números de estudos sobre o LD, mais perguntas surgirão, porém, respostas e soluções irão emergir igualmente de tais estudos, contribuindo para que o recurso usado pelo professor e aluno esteja sempre em pleno aperfeiçoamento.

Até o presente momento analisamos as obras didáticas de História direcionadas ao 9º ano do Ensino Fundamental. Notamos que dentre os 04 (quatro) LDH indicados pelo Guia do Livro Didático selecionados pela análise, apenas 01 (um) fez uma breve menção da biografia de Ernesto Geisel. Dois (02) o apresentaram por meio de uma dualidade marcada por um lado defensor da ditadura - sendo o presidente que mais fez uso do AI-5 -, e por outro, desejoso de promover a abertura política. Em 01 (um) obra, Geisel (1974-1979) e a Ditadura Militar Brasileira (1964-1985) sequer são mencionados.

A partir deste momento realizaremos uma análise dos LDH direcionados ao Ensino Médio utilizado pelos estudantes de 3º ano. São eles: *História: série novo Ensino Médio* (2008); *História em foco: do século XIX ao século XX* (2011); *História do Mundo Ocidental* (2005); *História Global: Brasil e Geral* (2011).

*História: série novo ensino médio* (2008), do autor Divalte Garcia Figueira (ver Figura 9) aborda a ditadura militar (1964-1985) com título, no mínimo, sugestivo “Os anos de chumbo no Brasil”. Iniciar um assunto delicado como o regime militar brasileiro com uma frase tão forte como esta pode vir a induzir os educandos à apropriações partidárias ideológicas.



**Imagem 9.** FIGUEIRA. *História: série novo ensino médio*. 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2008.

Sobre o poder da escrita sobre o leitor, Chartier esclarece:

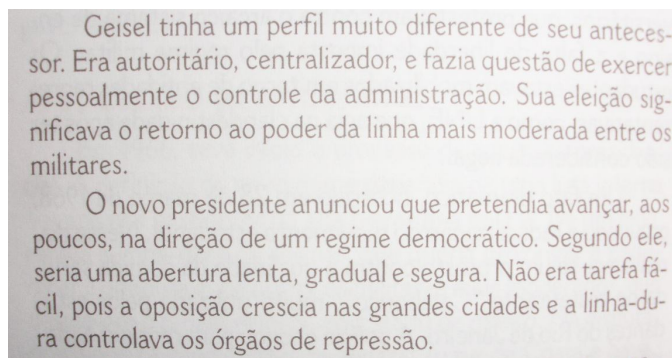
O poder sobre a escrita [...]. Refere-se às concorrências para definir uma norma de escrita, as formas de ensino da escrita, os usos legítimos desta capacidade segundo os estamentos ou as camadas sociais, ou a divisão entre os sexos. Segundo uma tradição na cultura ocidental, a mulher devia saber ler, mas não ter a capacidade de escrever. A leitura é um veículo que impõe uma autoridade. O texto transmite em sua leitura [...] uma ordem, uma disciplina, uma forma de coação (CHARTIER, 2001, p. 24).

Compreender o poder da escrita, de acordo com Chartier, vai além da capacidade de juntar símbolos e enviar informações. Dominar a escrita é ter a possibilidade de exercer poder sobre um indivíduo, como exemplo simplório pode citar os materiais impressos voltado para o público juvenil, como as revistas que descrevem o dia-a-dia das celebridades. Se “A leitura é um veículo que impõe uma autoridade. O texto transmite

em sua leitura [...] uma ordem, uma disciplina, uma forma de coação” (CHARTIER, 2001, p. 24), e os organizadores de LDH devem estar cientes que suas ações, no caso a produção de um LD, irá gerar consequências diretas na vida de educandos e educadores. Por isso mesmo autores de grande porte como Bittencourt (2008) e Chartier (2001), Batista (1999) e Moreira (2011), de gerações e lugares diferentes, exprimem a necessidade de aprofundar o estudo dos LDs, pois os livros didáticos não são simples materiais ou recursos, possuem direcionamento que podem afetar a vida de um ser humano. Dito dum outro modo:

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade a custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas (CHARTIER, 2002, p. 17).

Retomando a análise da obra de Figueira (2008), nota-se que o autor, em seu texto de meia lauda, descreve o governo Geisel resumidamente. Figueira dedicou um fragmento para descrever o presidente.



Geisel tinha um perfil muito diferente de seu antecessor. Era autoritário, centralizador, e fazia questão de exercer pessoalmente o controle da administração. Sua eleição significava o retorno ao poder da linha mais moderada entre os militares.

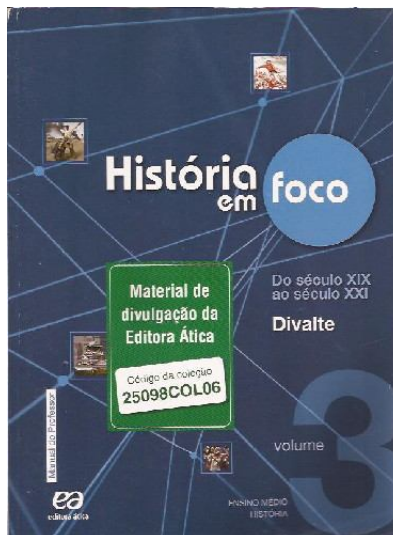
O novo presidente anunciou que pretendia avançar, aos poucos, na direção de um regime democrático. Segundo ele, seria uma abertura lenta, gradual e segura. Não era tarefa fácil, pois a oposição crescia nas grandes cidades e a linha-dura controlava os órgãos de repressão.

**Imagem 10.** Fragmento da p. 252; *In*: FIGUEIRA. **História: série novo ensino médio.** 3ª Ed. São Paulo: Ática, 2008.

Assim como nas obras historiográficas de Chirio (2011) e Fausto (2010), o 3º ano do EM recebe, na obra didática de Figueira (2008), representações de Ernesto Geisel como militar-presidente. Imperial ou centralizador, ditador ou autoritário. Não importa o

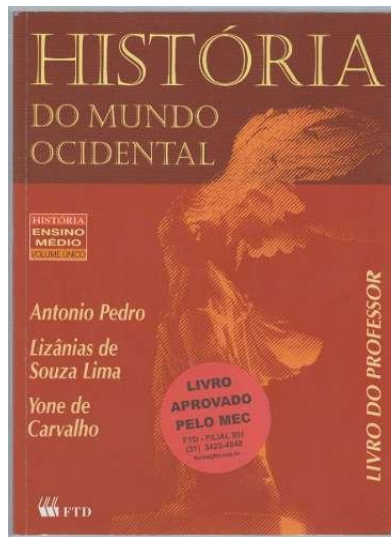
adjetivo usado, essa representação de Geisel parece ser bastante homogênea. Talvez, por serem voltados para o Ensino Médio, os textos do livro de Figueira (2008) não trazem muitas gravuras, apenas alguns “quadros explicativos” e, geralmente, ao término do capítulo, cinco ou oito perguntas que fazem o aluno “resumir” o conteúdo abordado.

*História em foco: do século XIX ao século XX* (2011) também é de autoria de Figueira (ver figura 11). Nota-se que suas duas obras (2008; 2011) são praticamente idênticas, com poucas alterações em seus textos e modificações em títulos de capítulos. Quanto à abordagem sobre Geisel nada foi modificado, sendo o mesmo texto.



**Imagem 11.** FIGUEIRA. *História em Foco*. 1ª Ed. São Paulo: Ática, 2011.

Os autores Antonio Pedro e Lizânias de Sousa Lima voltam a serem analisados no EM devido ao fato de sua obra *História do Mundo Ocidental* (2005) ter sido indicado pelo Guia do Livro Didático (2008; 2011). Os produtores deste LDH estão acompanhados, nessa obra (ver Figura 12), da autora Yone de Carvalho.



**Imagem 12.** PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. **História do Mundo Ocidental**. Edição Única. São Paulo: FTD, 2005.

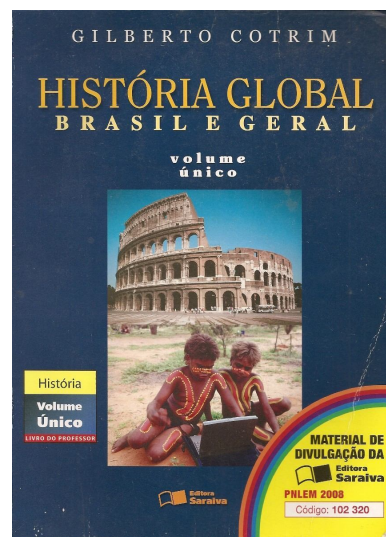
O LDH “História do Mundo Ocidental” (2005) trata do personagem Ernesto Geisel apenas em um pequeno parágrafo, como indica a figura 14, não possibilitando dar-se a ler com político ou homem.

Geisel e seu vice, o general Adalberto dos Santos, assumiram em 15 de março de 1974. O discurso de posse de Geisel prometia, mais uma vez, a democratização. Mas avisava que ela seria uma “abertura lenta, gradual e segura”.

**Imagem 13.** Fragmento da página 485. In: PEDRO, Antônio; LIMA, Lizânias de Souza; CARVALHO, Yone de. **História do Mundo Ocidental**. Edição Única. São Paulo: FTD, 2005.

Em termos gerais, *História do Mundo Ocidental* (2005), em relação ao nosso objeto de estudo, Ernesto Geisel, não tem condições de conceder ao educando reais e profundas representações de Geisel, seja como político, militar, muito menos cidadão e homem.

Gilberto Cotrim, autor de *História Global: Brasil e Geral* (2011) (Ver Figura 14), aborda sobre os governos militares (1964-1979) destacando em seus textos possíveis palavras não conhecidas pelos educandos que são conceituadas em quadros explicativos. Apresenta-se significativamente detalhista, principalmente, no que se refere aos Atos Institucionais, enfatiza os benefícios que o AI-5 concedia aos presidentes daquele período. Cada presidente é tratado separadamente e, ao fim do texto, são feitas algumas perguntas direcionadas ao educando, não necessariamente sobre a figura do presidente em si, mas, sobre seu governo.



**Imagem 14.** COTRIM, Gilberto. *História Global: Brasil e Geral*. 1ª Ed. V. Único, São Paulo: Saraiva, 2011.

Geisel, enquanto agente histórico pode ser visto nesta obra de maneira mais clara, ou seja, a “abertura política” citada em parte das obras didáticas é aqui abordada de uma maneira não tão estruturalista. O educando é levado a perceber que História é uma construção binômica entre *agencia*<sup>33</sup> e estrutura e que, embora, o contexto social, econômico, político e cultural pressionam os indivíduos a determinadas atitudes, este também é dotado de capacidade de atuar como agente, certo que dentro de um limite.

---

<sup>33</sup> Do termo “agente”, evocando a capacidade do indivíduo de ser atuante na construção da História. Sentido adotado por Antony Giddens em “The constitution of society”(1984), tratando-se de “aquele que exerce poder ou produz um efeito”.

Embora muito pouco evidenciado, Ernesto Geisel é dado a ler como indivíduo/agente inserido em seu contexto histórico. Ao abordar o receio de Geisel em relação à oposição, Cotrim permite que o leitor se aproprie de representações mais humanas do mesmo, como podemos notar na figura 15. O “medo” ou “receio” por parte de um general-presidente é pouco percebido nos LDH até aqui analisados o que pode levar o leitor a se apropriar que apenas os “perseguidos” politicamente possuíam temores, quando na realidade o medo é um sentimento humano que está inserido em qualquer sujeito, não importando o grupo social e político do qual faz parte.

Entretanto, temendo o rápido avanço das oposições, Geisel recuou no processo de abertura política: em 1976, decretou uma lei que limitava a propaganda eleitoral dos candidatos no rádio e na televisão, conhecida como Lei Falcão. Apenas o retrato dos candidatos e um breve resumo de suas atividades políticas podiam aparecer na TV.

**Imagem 15.** Fragmento da página 564. *In:* COTRIM, Gilberto. **História Global: Brasil e Geral.** 1ª Ed. V. Único, São Paulo: Saraiva, 2011.

Com exceção da obra de Lima e Pedro (2002), todas as outras obras didáticas analisadas, sejam elas destinadas ao 9º ano do Ensino Fundamental ou 3º ano do Ensino Médio, tratam praticamente dos mesmos acontecimentos históricos: a deposição do presidente João Goulart, o alvorecer do regime militar. Aqui é necessário abrir um parêntese, pois todos os autores concordam que, o que houve no Brasil não foi uma Revolução como apresentam a maioria das obras biográficas e, como o próprio Geisel definia o movimento de 1964, mas sim um golpe de Estado, onde, através do emprego da força militar, o regime democrático brasileiro foi “brutalmente” encerrado para iniciar o período militar (1964-1985).

A censura no Brasil e a tortura, utilizando as mortes do jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Filho como exemplos das ações absurdas dos aparelhos repressivos, não foram esquecidos nos LDH. Uma obra ou outra menciona a vitória da seleção brasileira de futebol na Copa Mundial de 1970. O Comunismo, através dos textos lidos, é narrado como o inimigo mais atroz do regime militar e, seus seguidores, sofriam

perseguições por almejam um país “livre e igualitário”. Desta maneira, a representação que é dada a ler ao educando, em relação à Ditadura Militar Brasileira (1964-1985), é uma história maniqueísta, ou seja, marcada por vilões e heróis, pelo bem e o mal.

Todos os meios utilizados para a derrubada do regime militar é apontado como válido, honesto e honroso, evidenciando a intenção dos autores dos LDH, quando descrevem as mortes, as passeatas, as músicas e exílios, que os envolvidos se deram em prol da “liberdade política” no Brasil, contra a ditadura ou “os anos de chumbo”. Não houve, porém, relatos de atos violentos praticados pelos “heróis” da esquerda como o sequestro do embaixador dos EUA, ou a guerrilha do Araguaia, ou mesmo as mortes que ocorreram por suas mãos daqueles que acreditavam no Regime Militar. Ao educando não se expõe elementos capazes de levá-lo a compreender os argumentos que são usados por aqueles que veem a Ditadura Militar como uma Revolução. Não queremos justificar o regime militar, mas julgamos que devemos dar condições ao leitor de avaliar todas as argumentações pró e contrárias ao período estudado, ainda que a parcialidade não seja completa, o que é, a nosso ver, impossível.

Durante a prática de leitura dos LDH podemos, erroneamente, nos apropriar que “todos” os cidadãos brasileiros participaram ativamente em movimentos contra ou a favor da ditadura militar, o que os livros historiográficos, usados nesta dissertação, discordam. Estes apontam que, muitos membros da sociedade preferiam resignar-se ou calar-se frente ao governo militar de 1964-1985. Gaspari (2003) e Boris Fausto (2010) deixam clara tal afirmação quando discutem os conflitos entre a Igreja Católica e o governo militar brasileiro em relação à tortura no Brasil onde alguns sacerdotes católicos preferiam não ter “conhecimento” dos fatos.

Terminada as análises dos LDH percebemos que não só Ernesto Geisel tornou-se apenas “coadjuvante” na História do Brasil, como todos os outros presidente-militares do período ditatorial brasileiro (1964-1985). Desta maneira, apropriar-se de representações de Geisel em LDH é algo muito complexo a se fazer, em algumas obras, impossível. Sendo assim, vincular representações de Ernesto em estudos de cunho diferenciado, como fora aqui tentado fazer, não é tão “mágico” como esperávamos. Ao contrário, as obras didáticas e historiográficas até se aproximam, minimamente em algumas representações de Geisel, mas em relação às biográficas existe um abismo que nenhum



LDH conseguiu transpor. A história é fria, sem vida, sem agentes, apenas existe o relato dos fatos que serão cobrados em provas e exames de admissão. Mesmo os “mortos” durante a ditadura tornam-se meras “gravuras”, fotos do acontecido, o sofrimento deles ou de seus familiares não é dado a ler aos nossos educandos.

Relembrando, mais uma vez Bittencourt (2008), a necessidade de se aprofundar os estudos sobre o LD é fundamental. Quanto a importância do “suporte” ao qual está inserido o texto evocamos Chartier que nos diz “cada forma, cada suporte, cada estrutura da transmissão e da recepção do escrito afeta-lhe profundamente os possíveis usos, as possíveis interpretações” (1994, p. 13). Concluimos que ainda há muito a se fazer para a melhora dos recursos que estão chegando às mãos de nossos educandos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao transpassar por uma fase em nossas vidas acumulamos valiosas experiências e abrimos caminho para novas possibilidades. Respostas alcançadas fomentam novas indagações e novas indagações, novos desafios. Assim, dialeticamente vamos construindo nosso caminho.

A pretensão de identificar como Geisel é “dado a ler” em obras historiográficas, biográficas e didáticas nos permitiu vislumbrar novos horizontes. Por meio desta pesquisa corroboramos com a afirmação de Loriga, de que “[...] Os dois últimos séculos viram nossos livros de história abundar em relatos sem sujeitos: [...]” (2011, p. 12), porém ampliamos tal constatação para os LDH.

Em muitos LDH os acontecimentos são relatados como se possuíssem “vontade própria”. Não é fácil perceber que nós, sujeitos e agentes da história, estamos inseridos nestes acontecimentos. Dos oito (08) livros didáticos de história analisados, apenas um deles apresenta indicações mais expressivas da relação entre *Agencia* e estrutura. Julgamos que é necessário mais “calor humano” nos textos destinados aos nossos educandos para que os mesmos possam criar suas representações, reinventar suas apropriações para além das factuais. Nesse sentido, as colaborações de Roger Chartier nos ajuda a repensar a função dos LDH, quando nos propõe que “a história cultural [...] tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 2002, p. 16-17)”.

Ao compararmos as representações possíveis de serem apropriadas de Ernesto Geisel em LDH, obras historiográficas e biográficas notamos que existem núncias claras. Quando comparado às representações possíveis de serem apropriadas de Ernesto Geisel nas obras biográficas, notamos maior homogeneidades entre si, diferenciando basicamente a (im)parcialidade dos autores. Ao fazer a mesma comparação entre os LDH notamos que existem singularidades quanto à forma como ele é representado: quase sempre como um político moldado pela estrutura política, social e econômica do

país. Nestes, pouca ou nenhuma informação sobre o presidente e seu mandato se modifica de um LDH para outro.

Ernesto Geisel e seu governo (1974-1979) é “dado a ler” por Elio Gaspari de forma mais humana. Atrevo-me a dizer que isso torna mais fácil de criar uma relação mútua entre o texto e o leitor. O mandato de Ernesto recebe alusões a valores sociais, talvez mais fortes que a ética ou apenas “emoção”. Tal afirmação pode ser verificada quando Elio Gaspari, ao abordar a tortura, diz que o presidente-general Ernesto Geisel se empenhou ao máximo para, pelo menos, afastar os responsáveis pela tortura no Brasil, de maneira a abrandá-la ou mesmo exterminá-la. (GASPARI, 2004, p. 37). É possível perceber que o autor se apropriou de representações do “homem” Geisel e tentou disponibilizá-las em seu texto.

Através dos escritos de Elio Gaspari são “trazidas” emoções sentidas por Ernesto durante alguns acontecimentos ocorridos em sua vida. Sentimentos como “raiva” ou “coragem” são nítidos nos textos desse autor. Ao retratar as desavenças entre o “pensar” de Geisel e alguns membros militares da “linha dura”, por exemplo, o autor dá voz a Ernesto, que teria dito: “Por que não fazem uma ditadura bem botocuda? E me botam para fora! Porque eu não vou ficar quatro anos aqui aguentando as besteiras dos coronéis, majores e capitães. [...]” (GASPARI, 2004, p. 38). É nítida a opinião do personagem estudado, bem como sua relutância em se comportar conforme “outros” queriam. São expressões de um agente histórico, não apenas um fato histórico, algo não perceptível nos Livros Didáticos de História analisados.

Em sua obra “História Concisa do Brasil” (2010), Fausto não comunga com Gaspari sobre detalhes do governo Geisel, especialmente em se tratando da vida particular do presidente. Porém, embora em menor escala, também permite que o leitor se aproprie de representações de “Ernesto homem” através das informações trazidas em seu texto. Por exemplo, sobre a escolha de Geisel como sucessor de Médici, Fausto explica que “[...] Geisel não foi escolhido por ser favorável à liberalização do regime, mas pela valorização de sua capacidade de comando e suas qualidades administrativas. [...]” (2010, p. 270). Trazer características, defeitos e qualidades de Ernesto torna-o mais “homem-cidadão” ao olhar daqueles que leem o livro. Algo que, julgo necessário, nos textos dos LDH.

Claro exemplo de diferença entre os LDH e a obra historiográfica de Boris Fausto (2010) é visto no tratar das mortes de Manoel Filho e Vladimir Herzog. Enquanto os LDH apenas narram o “fato histórico”, Fausto apresenta elementos que permitem o leitor produzir suas representações. Assim descreveu Fausto: “[...], em janeiro de 1976, o operário metalúrgico Manoel Fiel Filho foi morto em circunstâncias semelhantes às da morte de Herzog. Mais uma vez, a versão oficial era de suicídio por enforcamento. O presidente Geisel resolveu agir”. (2010, p. 272). A última frase do fragmento retira toda a “inércia” de um fato histórico, ao contrário, dá luz à ação humana, valorizando a *Agencia*.

As informações superficiais sobre Geisel e seu governo não foi o único problema perceptível nos LDH. Por meio desse estudo percebemos que, às vezes, nosso objeto não foi sequer mencionado e, quando o era, não se gastavam muitas linhas para lhe apresentar ao leitor. Como identificar a “realidade social” a qual o indivíduo estudado estava inserido? Como compreender relação entre *Agencia* e estrutura? Como ler Ernesto Geisel? Acreditamos, com base em nossas constatações, que os LDH indicados pelo Guia do Livro Didático são instrumentos limitados para tais propósitos. Limitados para construirmos uma História Cultural do governo de Ernesto Geisel.

A terceira obra historiográfica analisada pertence à Maud Chirio, que já inicia seu texto alertando sobre um problema acadêmico, segundo ela corriqueiro, em que “Os cientistas sociais [...] só vieram a se interessar pela ação política dos mais graduados” (CHIRIO, 2012, p. 08). Para ele, a seleção por “ícones” históricos discrimina, ou melhor, trata de forma desigual àqueles que compõem a História como uma ciência. Nas palavras de Loriga (2011) “como partículas que compõe um todo”. Dar voz a um seleto grupo de “personagens” é um grave problema acadêmico, ainda maior nos LDH. Pois, além de haver a seleção, ainda há silêncios e apenas uma narrativa do fato; nada que permita o educando se aprofundar, questionar, promover discussões e análises. Chirio diz que “[...] O *status* de ator político foi atribuído exclusivamente aos generais (CHIRIO, 2012, p. 08)”.

Uma proposta que poderia ser relevante nos LDH seria a exposição, conforme possível, mais íntima do “personagem histórico” estudado. Aceitamos a ideia que tal mudança acarretaria melhor compreensão do próprio fato histórico e daqueles que estão envolvidos no mesmo. Quando o LDH apenas informa o ano e a quem sucedeu Ernesto

Geisel que estímulos são provocados no leitor? Certamente muito pouco, mas quando descrito que “[...] o prestígio profissional, a personalidade do oficial e sua reputação [...], são elementos essenciais. Assim, Geisel é reconhecido até por seus oponentes como um brilhante oficial [...]” (CHIRIO, 2012, p. 170-171), permitem promover, ao menos, curiosidades que podem gerar indagações, levar a debates, o que estimula a prática de leitura, criação de representações e apropriações diversas. Possibilita, ainda, vivenciar o resquício do passado no presente, dentro ou fora de uma sala de aula.

Apenas Divalte (2008), em poucas linhas, evidencia alguma característica do presidente, pouco funcional na “leitura” sobre Ernesto, ao contrário das obras historiográficas analisadas até aqui. Maud Chirio, por exemplo, descreve Ernesto Geisel como um indivíduo que “[...] tem a imagem de um homem severo, antipático, autoritário, mas honesto, [...]” (CHIRIO, 2012, p. 171). Ao olhar de pesquisadores e historiadores isto pode parecer simplório; não é este o público que receberá o LDH, mas estudantes que cursam o 9º ano do Ensino Fundamental e 3º ano de Ensino Médio.

Privar o educando da “simplicidade” da qual é feita a História, pode prejudicá-los tanto quanto, ou mais, que a seleção mecânica e os conteúdos repetidos que compõem os LDH. A “História humanizada” pode dar-se a ler ao educando de maneira mais atrativa e rica, aproximando-o dos fatos narrados. Ler e compreender o contexto social na qual viveu Ernesto Geisel e seus aspectos como “homem” são relevantes para a apropriação de representações sobre o mesmo, que serão construídas e reconstruídas no decorrer das práticas de leitura.

Sobre representações de Ernesto Geisel em obras historiográficas e biográficas foi possível compor um paralelo. Alguns pontos homogêneos existem em ambas, como a “firmeza” e “altivez” de Ernesto em liderar ou ocupar funções importantes em sua vida profissional, assim como há similaridades na exposição de divergências entre os grupos de militares e a posição de Geisel nesse contexto. Nota-se diferenças quanto a nomenclatura e a quantidade de grupos opositoristas dentro e fora do exército brasileiro, como ocorre nas obras de Chirio (2011) e Boris Fausto (2010).

As disparidades de representações de Geisel é facilmente percebida ao comparar as obras biográficas e historiográficas com os LDH analisados. Entre as obras Historiográficas e os LDH observa-se informações, datas e acontecimentos comuns,

mas não é possível notar veiculações/articulações de representações de um mesmo Ernesto Geisel dado a ler.

As informações trazidas pelas/nas obras bibliográficas agregaria valor histórico se inseridas nos LDH, ainda que haja a ocorrência de diferentes apropriações sobre determinadas representações, pois para Chartier (2001) propõem ao leitor a construção e reconstrução, quantas vezes necessárias, de representações apropriadas no decorrer da leitura.

Apontamos como considerações finais que existem representações de Ernesto Geisel em obras bibliográficas e historiográficas que comungam entre si, porém, esse movimento não ocorre quando inserimos o LDH em tal comparação, pois o mesmo não nos permite visualizar representações claras de Ernesto Geisel enquanto indivíduo encarnado em seu contexto histórico, o que muito nos entristece, pois o educando pode tornar-se em um “depósito” de informações, não sendo capaz de “sentir” a História.

Para Paulo Ghiraldelli Junior “A história é o estudo criterioso e a exposição ordenada [...] de situações, acontecimentos, idéias e ideários, vidas de pessoas, povos e grupos sociais, e também o desempenho de instituições e organizações [...]” (2009, p. 13). Infelizmente não foi o que percebemos ao analisarmos os LDH selecionados. A História se restringiu, em sua maioria, a narração factual. Caso o educador não promova uma análise mais aprofundada do conteúdo histórico, provavelmente, o educando apenas praticará o ato de “decorar”.

Se como Dalvi (2010) “[...] entendemos que os livros didáticos são portadores de representações de sujeitos historicamente situados sobre uma determinada realidade ou sobre um determinado aspecto – [...]” (2010, p. 20), como ser inertes diante dos resultados adquiridos mediante as pesquisas desta dissertação? A busca pela compreensão e solução não deve ser interrompida, muito menos menosprezada. Então, elevemos os estudos sobre os LDs além da pós-graduação em nível de mestrado, continuemos, no doutorado, pós-doutoramento.

“[...] Considerando o livro como mais que um suporte textual privilegiado, tomando-o, antes, como forma na qual se inscreve a cultura da humanidade ao longo dos séculos,” (DALVI, 2010, p. 22), concedamos ao mesmo a real importância que possuí e, quem

sabe, um passo avante no tanger do progresso histórico-cultural que isto pode nos propiciar.

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil Nuca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARIÉS, Philippe; DUBY, Georges. “*História da vida privada, 3: da Renascença ao Século das Luzes*” / organização Roger Chartier; tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

BARROS, Adirson de. *Março: Geisel e a Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Artenova, 1976.

BITTENCOURT, C. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. *Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910)*. Educação e Pesquisa, 2004, vol. 30, n. 3, p. 475-491.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Ed. 11ª. Brasília: UnB, 1998.

CURY, Levy. *Um Homem Chamado Geisel: História do Brasil*. Brasília: Horizonte, 1978.

CHARTIER, ROGER. RAMOS, Patrícia Chittoni (tradutora). *À Beira da Falésia: A História Entre Incertezas e Inquietudes*. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2002.

\_\_\_\_\_. ANTUNES, Cristina (tradutora). “*A História ou a Leitura do Tempo*”. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

\_\_\_\_\_. “*Escutar os mortos com os olhos*”. Revista: Estudos Avançados: 2010.

\_\_\_\_\_. *O Mundo Como Representação*. Revista: Estudos Avançados: 1991.

\_\_\_\_\_. *Do Códice ao Monitor: a Trajetória do Escrito*. Revista: Estudos Avançados: 1994.

\_\_\_\_\_. *Cultura Escrita, Literatura e História: Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Artmed: Porto Alegre, 2001.

\_\_\_\_\_. *A História Cultural: Entre Práticas e Representações*. GALHARDO, Maria Manuella. (trad.). 2ª Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_. *Inscrever e apagar: cultura escrita e literatura, séculos XI-XVIII*. São Paulo: Unesp, 2007.

\_\_\_\_\_. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Edunesp, 2004.



- \_\_\_\_\_. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Unesp, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Conversações com Jean Lebrun. São Paulo: Unesp, 1998.
- CHIRIO, Maud. *A Política nos Quartéis: Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira*. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- CHOPPIN, Alain. *História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte*. Educação e Pesquisa. v. 30, n. 3, 2004, p. 549-566.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In BITTENCOURT, C. *Livro didático e saber escolar (1810-1910)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 09-12.
- D'ARAÚJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. *Ernesto Geisel*. RJ: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- DALVI, Maria Amélia. *Drumond: A Invenção de um Poeta Nacional pelo Livro Didático*. Vitória, EDUFES, 2010.
- FALCÃO, Armando. *Geisel: do Tenente ao Presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- FARIA, Ana Lúcia G. de. *Ideologia no Livro Didático*. 11ª Ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- FAUSTO, Boris. *História Concisa do Brasil*. 2ª Ed. São Paulo: USP, 2010.
- FEIDMAN, Diogo Roberto Calheiros. *O Livro Didático de História*. São Paulo: 24 horas, 2010.
- GALZERANI, Maria Carolina. *Belas Mentiras? A Ideologia nos Estudos Sobre o Livro Didático*. In PINSKY, Jaime (Org.). *O ensino de história e a criação do fato*. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 1992.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Derrotada: O Sacerdote e o Feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura Encurralada: O Sacerdote e o Feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura Envergonhada: As Ilusões Armadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002a.
- \_\_\_\_\_. *A Ditadura Escancarada: As Ilusões Armadas*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002b.
- GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. *História da Educação Brasileira*. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

- GÓES, Walder de. *O Brasil do General Geisel: estudo do processo de tomada de decisões no regime militar-burocrático*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- JORGE, Fernando. *Geisel: O Presidente da Abertura*. São Paulo: Toque de Letra, 2007.
- LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: Trajetória de um Exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LORIGA, Sabina. *O Pequeno X: da Biografia à História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- MANTOVANI, Katia Paulilo. *O Programa Nacional do Livro Didático (PNLD): Impactos na Qualidade do Ensino Público*. Dissertação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2009.
- MOREIRA, Kênia Hilda; SILVA, Marilda da. *Um Inventário: O Livro Didático de História em Pesquisas (1980-2005)*. São Paulo: Unesp, 2011.
- NOSELLA, Maria de Lourdes Chagas Deiró. *As Belas Mentiras: a ideologia subjacente aos textos didáticos*. São Paulo: Moraes, 1981.
- OLIVEIRA, Semí Cavalcante de. *Irreverências mil prá noite do Brasil: Imagens do regime militar nas canções engajadas*. Dissertação História. Universidade Federal do Paraná. 1998.
- SILVA, Hélio. *O Governo Geisel 1975 – 1978*. Revista Isto é. São Paulo: Três LTDA, 1998.
- SILVA, Marcos A. da. (org). *Repensando a História*. 6ª Ed. São Paulo: Marco Zero, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- PIROLA, André Luis Bis. *O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático: história e representações*. Dissertação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, 2008.
- TEIXEIRA, Helder Bezerra. *Geisel, os militares e o projeto distensionista: transição para a democracia ou continuísmo da ingerência militar na política brasileira?* Dissertação em História. Universidade Passo Fundo, 2005.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE 1:** Teses e Dissertações adquiridas no Banco CAPES através da palavra-chave “Ernesto Geisel”.

<b>Autor:</b>	<b>Título:</b>	<b>Referências:</b>	<b>Resumo:</b>
Márcia Regina Alessadri	Governo Geisel e a Distensão Política.	<u>Mestrado.</u> Pontifícia Universidade Católica de SP. – Ciências sociais. [01/03/1988].	O presente trabalho propõe-se a discutir a distensão política iniciada no Governo do general Ernesto Geisel. O tema em questão será analisado em dois níveis – o militar que requer a discussão da atuação do militar na política; - o da sociedade civil, que subtende a rearticulação ao da sociedade e o surgimento de uma oposição mais autêntica.
Alex Ferreira dos Santos.	A Pedra que Canta: Corpus-Itaipu e o processo distensionista de Ernesto Geisel (1974-1979).	<u>Mestrado.</u> Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho/Franca – História. [01/08/2004].	O objetivo deste trabalho é analisar a continuidade da construção das usinas hidrelétricas de Corpus-Itaipu no governo de Ernesto Geisel (1974-1979), como sendo parte de sua política de distensão. Para isso, utilizaremos como fontes os artigos encontrados na revista "A Defesa Nacional", entre os anos de 1973 e 1981, e também os depoimentos de militares e do próprio Ernesto Geisel, retratando o assunto, no período de 1956, data do primeiro estudo para o aproveitamento hidrelétrico daquela região até a data de 1982, quando se encerram as obras.
Ana Beatriz Gaertner Marabuto Wang.	"Os anos Geisel: Dilema Energético e Política Exterior".	<u>Mestrado.</u> Universidade de Brasília – História. [01/03/2003].	Afigura-se como objetivo central da presente dissertação analisar as articulações entre a Política Exterior do governo do general Ernesto Geisel no Brasil (1974-1979) e a política nacional de energia implementada no mesmo período. Assim delimitado, o estudo concentra-se na explicação de como o conteúdo da Política Externa referente a questões energéticas, no contexto internacional de crise provocada pelo I Choque do Petróleo (1973) e de suas implicações internas - consubstanciadas no denominado Dilema Energético - agiu para a manutenção da legitimidade do Regime Militar, inaugurado pela Revolução de 1964.
Antonio Carlos Moraes Lessa.	Brasil, Estados Unidos e Europa Ocidental no contexto do nacional-desenvolvimentismo: estratégias de diversificação de parceria (1974-1979).	<u>Mestrado.</u> Universidade de Brasília – História. [01/12/1994].	Este estudo tem por objetivo fornecer uma avaliação de um dos principais motores da política externa implementada no governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979), qual seja, a estratégia de diversificação de vínculos externos. Uma eficiente leitura do cenário internacional que emergia no início da década de 1970, caracterizado pela crise energética, pelo processo de distensão no plano-político estratégico entre as superpotências e pela configuração multipolar do poder mundial, permitiu aos formuladores da política exterior brasileira a adoção de uma fórmula que aproveitasse a flexibilidade conjuntural para agir no senteterioração das relações Brasil - Estados Unidos, um processo que se desenvolveu há anos, para avaliar o que se convencionou chama a época como vertente européia do pragmatismo responsável, primeira reação a perda de qualidade das relações Brasileiro-Americanas e da estratégia adotada no âmbito da política exterior de se obter uma maior

			diversificação das parcerias externa, tanto no que toca aos fluxos de comércio quanto a construção de relações bilaterais mais igualitárias, pautadas por linhas de cooperação econômica, científica e tecnológica.
Célia Costa Cardoso.	Movimento: um jornal alternativo (1975-1981).	<b>Mestrado.</b> Pontifícia Universidade Católica de SP – História. [01/12/1995].	Movimento nasceu em 07 de julho de 1975. Seguiu uma linha editorial de combate ao poder executivo e as forças Armadas e apoiou manifestações de caráter oposicionista. A equipe do jornal encerrou as suas atividades em 1981, alegando dificuldades financeiras internas, ocasionadas pela sua condição de “frente oposicionista” em um período de distensão política. Esta pesquisa visa analisar o universo de reportagens do semanário O Movimento (1975-1981). Para operacionalizar este objetivo, partiu da identificação das principais temáticas veiculadas pelo semanário no período dos governos Ernesto Geisel e João Figueiredo por jornalistas, colaboradores e leitores de O Movimento do tema Brasil/Brasileiro, no período do regime autoritário. Esta temática funciona como fio condutor para a compreensão dos aspectos políticos e sociais da realidade nacional. Os temas abordados foram captados na análise da coleção do jornal, composta por 334 exemplares, quase que mutilada pela censura nos primeiros anos do governo Geisel.
Christian Burle de Oliveira.	"Os Direitos Humanos nas Relações Brasil-Estados Unidos da América (20/01/1977-15/03/1979): Um Estudo de Caso Acerca da Percepção Brasília à Luz da Resenha de Política Exterior do Brasil".	<b>Mestrado.</b> Universidade de Brasília – Ciência Política. [01/04/2000].	Esta dissertação analisa a percepção do Governo Federal brasileiro acerca da questão dos Direitos Humanos nas relações Brasil-Estados Unidos da América de 20 de janeiro de 1977 a 15 de março de 1979. Para cumprir tal tarefa, faz-se uma ampla revisão de literatura sobre os Governos Geisel e Carter e de teorias sobre o Estado Burocrático-Autoritário e as relações internacionais, além de uma breve recapitulação da História dos direitos Humanos na Política Exterior de ambos os países. Em seguida, parte-se para uma análise estatística da Resenha de Política Exterior do Brasil, com vistas a analisar o papel das relações Brasil-EUA no conjunto das relações internacionais do Brasil nos anos escolhidos, que correspondem ao único período em que estiveram simultaneamente no poder Ernesto Geisel e Jimmy Carter. A doutrina do Pragmatismo Responsável, identificada com o Governo Geisel visava a universalizar as relações internacionais brasileiras, e sendo a Resenha a fonte primária mais abrangente no sentido de documentar o conjunto dos relacionamentos bi e multilaterais brasileiros, presta-se a dar uma visão de conjunto da política externa elaborada pelos diplomatas brasileiros juntamente com Geisel, permitindo ao leitor perceber o peso que as relações com o país líder do bloco capitalista tinham no final dos anos setenta.
			O trabalho apresenta o início da liberalização do regime militar autoritário e tecnocrático que assumiu o poder no Brasil em março de 1964. O início da liberalização aconteceu no governo Ernesto Geisel (1974-1979). Para a compreensão do <i>modus faciendi</i> do início da transição à democracia foram analisadas as causas que levaram à queda da democracia que tinha sido inaugurada com a Constituição de 1946 e as características do regime militar instalado no Brasil

Cláudio Marin Rodrigues.	"Os militares e o início da transição para democracia: o governo Geisel".	<b><u>Mestrado.</u></b> Universidade de Brasília – Ciência Política. [01/10/2001].	em 1964. Foram estudados e analisados a crise de governabilidade no governo de João Goulart e os governos dos presidentes Castelo Branco, Costa e Silva e Médici. O presidente Castelo Branco tinha a intenção de sanar os problemas políticos e econômicos e estruturais do Brasil e passar ao seu sucessor, um regime redemocratizado. Não conseguiu. O presidente Costa e Silva, devido aos movimentos contestatórios de 1968 editou o AI-5, com isso o regime autoritário sofreu um recrudescimento. Por outro lado, as esquerdas brasileiras, divididas, fizeram a opção por combater o regime militar pelas armas, no contexto da chamada Guerra Fria. O presidente Médici governou com o AI-5 e seu governo ficou marcado pelo "milagre brasileiro" e por ter praticamente dizimado os movimentos armados das esquerdas. Finalmente, é estudado o governo Geisel, analisando o início da liberalização e como foi feita a sua trajetória. Quando o presidente Geisel transmitiu a presidência da República ao seu sucessor, general João Baptista Figueiredo, os direitos civis básicos haviam sido estabelecidos, e a sociedade civil estava mais organizada e atuante na busca da democracia plena. O presidente Figueiredo continuou com o projeto de abertura idealizado por Geisel até o atentado terrorista ao Riocentro, executado pelos remanescentes contrários à abertura. A partir de então, foram outros os caminhos da abertura.
Daniela Lacerda de Almeida.	A voz (popular) que informa: ecos de um discurso político nas páginas do Jornal dos Bairros (1976-1981).	<b><u>Mestrado.</u></b> Universidade Federal de Minas Gerais – História. [01/12/2010].	Em 1974, com a posse do novo presidente militar (o general Ernesto Geisel), o governo brasileiro iniciou um processo de abertura política que pretendeu assegurar um abrandamento das tensões sociopolíticas, criadas após o golpe civil-militar de 1964. Em prosseguimento a essa abertura política, o sucessor de Geisel (o general João Batista Figueiredo) seguiu os mesmos pressupostos de continuar as medidas liberalizantes e de aumentar os níveis de participação política, de acordo com o planejamento e o controle do Estado. Todo esse processo, apesar de ter sido marcado por avanços e recuos, por parte do governo, contribuiu para o aparecimento e fortalecimento dos movimentos sociais, principalmente, o movimento operário e as associações de moradores de bairros. É nesse contexto que é criado o Jornal dos Bairros, publicação quinzenal que circulou na região industrial de Belo Horizonte, Contagem, Ibirité e Betim, no período de setembro de 1976 a dezembro de 1981. O objetivo inicial era retratar os problemas e os temas importantes para os moradores da região de abrangência do jornal, mas mudanças na conjuntura do país contribuíram para transformações no perfil editorial do periódico. Esta dissertação pretende analisar as matérias veiculadas por esse periódico para desvendar aspectos do cotidiano vivido pelos moradores dos bairros. A pesquisa ainda objetiva estabelecer uma relação entre as transformações sofridas pelo jornal e o contexto político e social vivido pelo país.
			Este Trabalho tem por objetivo analisar a influência e a atuação do Sistema Petrobrás, formado pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobrás), Petrobrás Internacional S.A. (Braspetro) e Petrobrás

Daniella Maria Barandier Toscano.	A influência do Sistema Petrobras sobre a ação externa do Governo Geisel (1974-1979).	<b><u>Mestrado.</u></b> Universidade de Brasília – Relações Internacionais. [01/10/2004].	Comércio Internacional (Interbrás), na política externa do governo Ernesto Geisel (1974-1979). Em uma conjuntura internacional caracterizada pela sucessão de crises que reverteram alguns dos pressupostos do modelo de desenvolvimento econômico implementado pelos governos do regime militar, como a crise financeira marcada pelo fim dos padrões de Bretton Woods e a energética marcada pelo “Primeiro Choque do Petróleo”, o governo brasileiro agiu de forma criativa e oportuna, realizando importantes inflexões no comando geral da política externa. Algumas dessas modificações se fizeram tendo por pressuposição o elevado poder de compra de petróleo que tinha o Brasil naquele momento, ocupando o Sistema Petrobrás papel central no seu desenrolar, tanto no sentido de se buscar garantias para o abastecimento interno de petróleo e derivados, quanto na promoção de produtos e serviços brasileiros no exterior. Esse estudo expõe os movimentos da Empresa estatal brasileira que antecederam a Crise do Petróleo, detendo-se na análise das transações efetivadas a partir de 1974 para promover as exportações e abrir novos mercados consumidores. Apresenta-se, portanto, o Sistema Petrobrás como ator fundamental em algumas das mais importantes dimensões da política externa do governo Geisel, especialmente na aproximação de países do Terceiro Mundo produtores de petróleo da África e do Oriente Médio.
Edson Medeiros Branco Luiz.	A Atuação Política da Ordem dos Advogados do Brasil durante o governo Geisel.	<b><u>Mestrado.</u></b> Universidade Federal Fluminense – Ciência Política. [01/03/2010].	Análise sobre a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB – e as diversas relações ocorridas entre 15 de março de 1974 a 15 de março de 1979 – período no qual o país foi presidido pelo General Ernesto Geisel – que afetaram de alguma forma a classe dos advogados. A partir do exame de atas, diplomas legais e outros documentos oficiais associada à leitura do Jornal do Brasil, periódico diário impresso, e de livros pertinentes ao tema se faz possível proceder estudo de caso que demonstre a forma como a OAB se posicionou no período mencionado. O estudo tem como escopo analisar: as eleições do Conselho Federal da OAB, apurando como a política governamental repercutiu nos quadros internos da instituição; as políticas públicas do governo Geisel que tiveram relação direta com os advogados; a resistência democrática exercida pela OAB e outras instituições da sociedade civil e a utilização da violência por extremistas como forma de coibir a distensão política, pauta da agenda política formulada por Geisel; as relações internacionais envolvendo o presidente norte-americano Jimmy Carter; por fim, ponderar sobre a insatisfação de membros com a postura adotada pela direção da OAB.
Helder Bezerra Teixeira	Geisel, os militares e o projeto distensionista:	<b><u>Mestrado.</u></b> Universidade Federal de Pernambuco – Ciência Política.	Nos trabalhos referentes à transição brasileira para a democracia, tem-se como praxe a idéia de que aquela se iniciou propriamente no Governo do Presidente Ernesto Geisel (1974-1979). Destarte, este trabalho procura refazer o périplo histórico deste período sustentado que, ao contrário do que até o presente instante se defende, as ações do Ex-presidente não objetivaram uma transição para a

	transição para a democracia ou continuísmo da ingerência militar na política brasileira?	[01/08/2001].	democracia, mas uma "transferência tutelada" de poder onde os militares, mesmo após o fim do Regime Autoritário, não perdessem influência no cenário político nacional. Para tanto, desdobra-se esta pesquisa em três frentes principais: a primeira relacionada à própria presença e ingerência militar na República; a segunda, referente à revisão dos conceitos de transição e democracia; a terceira, e principal, analisa o comportamento político do Ex-presidente Ernesto Geisel na condução de seu projeto de distensão. Como matrizes teóricas utilizadas para definir a unidade de análise e situar a problemática em tela foram utilizadas, respectivamente, o Individualismo Metodológico e a Teoria da Escolha Racional. Cada uma delas visando interpretar e compreender não apenas as ações do ator político Ernesto Geisel, mas as consequências das mesmas e que repercutem no Brasil hodierno.
José Ernani de Almeida	Denuncismo e censura nos meios de comunicação de Passo Fundo – 1964/1978.	<b>Mestrado.</b> Universidade de Passo Fundo – História. [01/09/2005].	A presente dissertação, utilizando como fontes os principais órgãos da imprensa da cidade de Passo Fundo, RS, os jornais O Nacional e Diário da Manhã, estuda a vigilância, a repressão e a censura nos meios de comunicação social da cidade, rádios e jornais, bem como às pessoas que exerciam funções nos mesmos, isto é, radialistas e jornalistas. A pesquisa contextualiza a política passo-fundense no período de 1964 até 1978 – do golpe militar até o início da “distensão lenta e gradual” proposta pelo presidente Ernesto Geisel. Mostra, igualmente, como os jornalistas agiam naquela conjuntura e enfrentavam o patrulhamento dos agentes do denunciamento, adotando os recursos da metáfora e da ironia em seus artigos e crônicas. Embora os jornais tivessem se alinhado ao regime militar, muitos jornalistas mantiveram uma corajosa linha independente e crítica ao governo. Em razão dessa postura foram ameaçados, perderam seus empregos e, em alguns casos, acabaram presos. Alguns ousaram denunciar a falta de liberdade, ao passo que outros preferiram alinhar-se ao regime. As desavenças políticas, as inimizades entre grupos que disputavam o poder político municipal e o controle de instituições como a Universidade de Passo Fundo levaram a que, de ambos os lados se adotasse a denúncia como prática política para prejudicar o adversário. Com a utilização da história oral foi possível complementar as carências documentais e demonstrar a existência da “cultura do denunciamento” na sociedade passo-fundense.
José Kalunsiewo Nkosi	A política externa brasileira e a questão angolana: traços do pragmatismo responsável.	<b>Mestrado.</b> Universidade do Estado do Rio de Janeiro – História. [01/03/2002].	A dissertação analisa o comportamento da diplomacia brasileira e as razões que levaram a Política Externa Brasileira da administração Ernesto Geisel, Pragmatismo Responsável, a reconhecer simultaneamente, no mesmo dia da independência, a República Popular de Angola e o governo de tendência socialista do Mpla. Para isso, ela faz uma análise dos pensamentos, das idéias e doutrinas então vigentes durante o regime militar brasileiro. São também comparadas as influências herdadas de uma vontade antiga da diplomacia brasileira manifestar sua autonomia, com as decepções da Guerra Fria e outros acontecimentos políticos e econômicos - como a détente e a crise energética -



			no sistema internacional, a fim de chegar às razões que serviram de sustentáculo para que o Governo de Brasília - à revelia das críticas provenientes de correntes conservadoras internas e externas - pudesse tomar uma posição inovadora na Questão Angolana.
Luciana Grespan Zago.	Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Randon.	<b><u>Mestrado.</u></b> Universidade de Passo Fundo – História. [01/03/2007].	Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense faz um estudo do município de Marechal Cândido Rondon que foi declarado Área de Interesse da Segurança Nacional, durante o período de 1968 a 1985, em plena vigência da Ditadura Militar. Leis, decretos e atos institucionais entraram em vigor nesse período com o objetivo de regular e, controlar todas as questões de ordem política, econômica e social. Assim, a fronteira também esteve inserida no contexto da Segurança Nacional, pois se fechava o país ao comunismo internacional. Os municípios localizados na fronteira e estâncias hidrominerais foram considerados locais estratégicos para manutenção do poder. O que pode ter motivado a inserção do município a Área de Interesse da Segurança Nacional foram os seguintes fatores: estar localizado na fronteira com o Paraguai, a intenção de construir uma usina hidroelétrica no Rio Paraná, diminuir o poder de atuação do PTB e pelo fato do município ser considerado um reduto de nazistas. Dessa forma, os governos militares e a ARENA usaram os municípios da Área de Interesse da Segurança Nacional para impor suas políticas e se perpetuar no poder, através da nomeação de prefeitos, do envio de verbas e visitas do Conselho de Segurança Nacional. O auge desse processo foi à visita do Presidente da República Ernesto Geisel a Marechal Cândido Rondon em 1976. A partir da abertura política iniciaram movimentações para acabar com a nomeação de prefeitos e voltar às eleições diretas nos municípios. Assim, houveram associações que lutaram para acabar com as Áreas de Interesse da Segurança Nacional, como AFRONT e CONAM.
Luiz Carlos Amaro Cardoso	O Novo Sindicalismo no Brasil Meridional.	<b><u>Mestrado.</u></b> Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – História. [01/02/1999].	Neste trabalho nos propomos discorrer sobre os fenômenos apreendidos da reordenação dos movimentos operários, ao analisarmos às diversas relações travadas pelas principais categorias de trabalhadores no Extremo Sul do país, fatos desencadeados a partir da efetiva aplicação da política de distensão social promovida pelo governo do Presidente Ernesto Geisel, denominada de "Abertura Democrática". As cidades de Porto Alegre e Canoas transformaram-se no epicentro dos movimentos populares, que clamavam por transformações políticas e sociais aqui no Brasil Meridional. Bancários e metalúrgicos eram as peças principais deste processo histórico, que movimentariam as propostas para destruir a estrutura sindical corporativa, um dos pilares do mecanismo de conciliação entre classes. Alguns líderes de ambas as categorias de trabalhadores despontariam nas lutas sociais para a construção da nova estrutura sindical e constituíram-se em personagens significativos do Novo Sindicalismo, por esta condição habilitaram-se em 1982, pela via institucional, para chegar aos poderes constituídos do Estado. Os movimentos populares

			protagonizaram, com os confrontos sociais, episódios marcantes no mundo do trabalho, através dos quais ofereceram resistência à classe social que era historicamente adversa ao "projeto dos trabalhadores", da construção de uma sociedade mais justa e sem classes sociais. O objeto de estudo e pesquisa sobre o qual nos debruçamos e lançamos mais um olhar, entre tantos, configuraria mais uma página da história do sindicalismo brasileiro, interrompida em sua linha cronológica em 1994, quando o Poder Executivo da União criara condições políticas para iniciar uma Revisão à Constituição Federal de 1988, determinando o ocaso da Segunda metade da era Vargas.
Luiz Fernando de Freitas Ligiéro.	Políticas Semelhantes em Momentos diferentes: comparação entre a Política Externa Independente (1961-1964) e o Pragmatismo Responsável (1974-1979).	<b><u>Doutorado.</u></b> Universidade de Brasília – História. [01/04/2000].	O objetivo central da tese é examinar e a seguir comparar as políticas externas em dois períodos em que o Brasil testou os limites da aliança com os Estados Unidos da América, vigente durante o século XX: a política externa independente (PEI), de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964), e o pragmatismo responsável, de Ernesto Geisel (1974-1979). E explicar como dois momentos tão diferentes puderam produzir políticas externas tão semelhantes. Ela está dividida em três partes. As Partes I e II examinam, respectivamente, o ambiente - antecedentes, momentos interno e externo e inserção do Brasil no mundo - e o traçado e implementação da PEI e do pragmatismo responsável. A Parte III compara os ambientes traçado e implementação das duas políticas. A tese buscou ademais mostrar que, embora semelhantes na busca de maior autonomia para promover o desenvolvimento brasileiro, ambas as políticas tiveram algumas características diversas. Além de razões conjunturais, as semelhanças se explicam pela continuidade intrínseca na política externa desde 1930, consubstanciada no papel de auxiliar do desenvolvimento econômico brasileiro. Essa continuidade remonta ao século XX, quando o Barão do Rio Branco forjou uma "aliança não escrita" com os Estados Unidos da América, cujas variações explicam as mudanças na política externa brasileira. E ganhou nova roupagem a partir de 1945, com o embate entre das correntes que defendiam visões opostas sobre a promoção do desenvolvimento: a que defendia o desenvolvimento associado e a que priorizava o nacional-desenvolvimentismo. Nos dois momentos a última acabou predominando porque o alinhamento automático com os Estados Unidos não garantiu o desenvolvimento. Por sua vez, as diferenças na política externa estão relacionadas com as dessemelhanças nos momentos interno e externo e na inserção internacional do Brasil. Tais diferenças se dão nos meios concretos para levar a cabo as políticas externas, nas ênfases diferentes estabelecidas em cada período e nos resultados efetivamente alcançados.
Márcia Maro da Silva.	"O Processo decisório em política externa em	<b><u>Mestrado.</u></b> Universidade de Brasília – Ciência	A administração do Presidente Geisel (1974-1979) representou um ponto de inflexão com relação à linha política interna e externa que vinha inspirando as sucessivas administrações militares desde o golpe de 1964. O estudo tem por objetivo geral analisar como se deu o processo de tomada de

	regimes autoritários: o pragmatismo responsável".	Política. [01/07/2001].	decisão da política externa brasileira sob o governo do presidente Ernesto Geisel (1974-1979) - o "Pragmatismo Responsável". Pretende-se também examinar quais foram os principais atores envolvidos no Processo de Tomada de Decisão e os interesses, motivações e valores que animavam esses atores. O estudo toma como base de análise duas ações que marcaram a política externa brasileira no período em questão, a saber: 1) a assinatura do Acordo Nuclear com a Alemanha; 2) o reconhecimento da independência de Angola e do governo do MPLA de Agostinho dos Santos. As conclusões da pesquisa é de que os papéis de Geisel e Silveira, suas convicções e seu <i>modus operandi</i> no PTD, mais do que as condições estruturais, explicam as decisões tomadas. A esse respeito, a análise acerca de Geisel e seu papel no processo decisório considerou aspectos relativos ao Presidente e a sua posição dentro do PTD, ao militar e a sua cultura institucional e, finalmente, a sua personalidade. Igualmente, ao se analisar o papel do Itamaraty, levou-se em consideração a solidez e autonomia da instituição, o respeito de Geisel por Silveira e as características deste como diplomata de carreira.
Márcia Neme Buzalaf	A censura no Pasquim (1969-1975): as vozes não-silenciadas de uma geração.	<b>Doutorado.</b> Universidades Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho/Assis – História. [01/03/2009].	O período de censura militar sobre o Pasquim, entre seu lançamento, em 1969, até 1975, evidencia aspectos sobre a capacidade de produção intelectual no campo da imprensa alternativa passíveis de uma análise mais acurada. A formação de uma geração em torno do jornal, e em nome dele, ajudou a manutenção e a continuidade do semanário, mesmo com as diferentes formas de tentar acabar com sua circulação. Através de uma linha editorial humorística de representação do cotidiano daqueles anos, o Pasquim passou por três fases de censura durante o período: uma censura circunstancial, que coexiste com o início do jornal; uma censura prévia, feita por militares cariocas que censuravam o material jornalístico próximos aos redatores; e uma censura centralizada em Brasília, que visou prejudicar o processo de produção do jornal. Nesta tese, o Pasquim torna-se fonte e objeto de pesquisa. As trezentas primeiras capas representam o semanário como um todo: a geração que alimentava suas páginas e seu processo de produção; as entrevistas diferentes em formato, conteúdo e linguagem; as frases-editoriais, que definiam o jornal semanalmente; e as ilustrações, principalmente do ratinho-mascote, Sig. O discurso subjetivo, coloquial e humorístico do Pasquim, aliado aos documentos do governo Ernesto Geisel e reportagens da imprensa internacional sobre a censura ao jornal, evidenciam o jogo de ação e reação que se estabeleceu naqueles anos. Censurado desde seu início, o Pasquim persiste e resiste às pressões militares, evidenciando, em seu estilo e linguagem, os elementos de integração entre os novos grupos culturais ligados à geração de 60, e os elementos de repressão das variadas formas de censura ao semanário.
Márcio	O Impacto dos	<b>Doutorado.</b>	Este trabalho tem por objetivo principal descrever e avaliar os impactos dos choques petrolíferos da

Roberto Voigt	Choques Petrolíferos na Diplomacia Brasileira (1969/1985).	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Ciência Política. [01/09/2010].	década de 1970 (1973-1974 e 1979-1980) na condução e transformação da diplomacia brasileira. Utilizando a Análise dos Sistemas Mundo (ASM) como principal pressuposto para a compreensão do Sistema Internacional e do Modelo Nacional Desenvolvimentista da Política Externa Brasileira como referencial específico para a avaliação da ação externa brasileira, esse trabalho procurou contribuir com um estudo que abordou de forma seqüencial três governos do regime militar brasileiro, Médici, Geisel e Figueiredo (1969-1985). Este recorte espaço temporal se justifica fundamentalmente por permitir uma abordagem de médio e longo prazo do problema petrolífero brasileiro que evite análises de caráter conjuntural das crises. Dividido em quatro capítulos, o trabalho trata em seu primeiro capítulo da ASM, do Modelo Nacional Desenvolvimentista e da situação petrolífera do Brasil. Nos três capítulos subseqüentes, cada um dos governos anteriormente referidos são abordados e avaliados, destacando o contexto petrolífero e econômico particular de cada um deles, assim como as principais alterações e permanências da diplomacia brasileira. De forma geral, as principais conclusões são: a) Os choques petrolíferos impactaram decisivamente e comprometeram o processo de inserção do Brasil no sistema internacional dos anos 70; b) a política externa modificou sua atuação no sistema internacional, transformando a questão petrolífera em elemento fundamental na condução e modificação dos vetores em vários cenários regionais como o Oriente Médio, África e América Latina; c) as subsidiárias internacionais da Petrobras, BRASPETRO e INTERBRAS tornaram-se elementos determinantes na resolução do dilema energético externo através da prospecção, exploração e formação de redes de contatos no exterior que internacionalizaram a empresa brasileira; d) a atuação da diplomacia brasileira nos cenários regionais não foi preventiva, mas sim reativa aos problemas criados pelos choques, modificando significativamente sua ação externa no Oriente Médio e África durante a gestão de Ernesto Geisel como presidente; e) A partir da administração Figueiredo, a condução do problema petrolífero brasileiro manteve continuidade na ação externa brasileira nos cenários do Oriente Médio e África, mas modificou sua ação externa para a América Latina, colhendo nessa região bons resultados no processo de diversificação das importações que tornou-se objetivo básico da política externa de Figueiredo para o dilema energético.
Maria Isabel de Moura Almeida	Rompendo os vínculos, os caminhos do divórcio no Brasil: 1951-1977.	<b><u>Doutorado.</u></b> Universidade Federal de Goiás – História. [01/03/2010].	Esta pesquisa se propôs a analisar os 26 anos (1951-1977) que testemunharam o tempestuoso confronto entre os que se opunham à instituição do divórcio no Brasil, tendo à frente a Igreja Católica, e aqueles que defendiam sua legalização, com destaque para Nelson de Souza Carneiro, que desenvolveu todas as iniciativas para a retirada do princípio da indissolubilidade do casamento da Constituição Federal de 1951 a 1977, ano em que foi aprovada a Lei n. 6.515/77, conhecida como Lei do Divórcio ou Lei Carneiro. Durante as três décadas investigadas (1950, 1960 e 1970),

			lutando eficazmente contra o divórcio, a Igreja Católica reagiu principalmente contra as ideias modernas que faziam com que o casamento fosse perdendo a sua rigidez frente à escalada do individualismo e à emergência da subjetividade que, de fato, aos poucos causavam impacto na vida cotidiana e nas experiências pessoais, debilitando as noções tradicionais de família e casamento. Os sintomas dos novos comportamentos e ideias podem ser observados nas proporções inéditas de mobilização pró-divórcio, na segunda metade da década de 1970, expressas em passeatas e debates na imprensa escrita e falada, desembocando no Parlamento que, mergulhado na Ditadura Militar, viveu, com a questão do divórcio, momentos raros de presença e participação maciça de populares nas galerias. Era a primeira vez, desde a edição do Ato Institucional n. 5, que o Congresso votava livremente, sem pressões ou imposições do Palácio do Planalto. Ademais, o presidente Ernesto Geisel deixara a questão aberta à consciência dos parlamentares, o que provocou a indignação da Igreja Católica em todo o Brasil.
Moisés Stéfano Barel.	Ernesto Geisel e a imprensa do Brasil: a propaganda ideológica sobre o quarto presidente da ditadura militar brasileira.	<b>Mestrado.</b> Universidade Metodista de São Paulo - Comunicação Social. [01/04/2007].	No início da década de 1970 o Brasil viveu um período de grande crescimento econômico e de ampla divulgação das ações governamentais através dos meios de comunicação para tentar legitimar o Regime Militar. O País era governado pelo general-presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), cuja gestão ficara conhecida como os “anos de chumbo”. Em meados de 1973 ele decide que seu sucessor no comando da República seria o general Ernesto Geisel. O objetivo deste trabalho é investigar a campanha de propaganda ideológica feita pelas revistas Manchete e Veja e pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo para apresentar aos seus leitores o novo Presidente. O trabalho deu-se inicialmente por meio de pesquisas bibliográficas para compreensão daquele período histórico e de análises documentais. Posteriormente realizou-se o estudo das edições selecionadas dos periódicos acima citados para buscar neles evidências dos componentes da propaganda ideológica realizada e para descobrir se eles atuaram ou não como difusores dos interesses oficiais.
Monique Sochaczewski Batista.	O fim da equidistância: o veto brasileiro ao sionismo e a política externa do governo Geisel para o O. Médio (1974-1979).	<b>Mestrado.</b> Universidade do Estado do Rio de Janeiro – História. [01/11/2004].	Esta dissertação apresenta uma breve história das relações do Brasil com o Oriente Médio desde o século XIX centrando-se na análise da política externa do Brasil para os países desta durante a administração Ernesto Geisel (1974-1979). Desta forma, procura examinar seu processo de formulação, seus objetivos e seus resultados, e defini-la dentro dos marcos gerais das orientações pragmáticas da política externa brasileira do período.

<p>Patricia Soares Leite</p>	<p>O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva</p>	<p><b><u>Mestrado.</u></b> Universidade Federal Fluminense - Relações Internacionais. [01/03/2008].</p>	<p>Nos últimos anos, tem sido freqüente a comparação entre a política externa implementada pelo primeiro governo Lula (2003-2006) e àquelas executadas pelas administrações de Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964) e Ernesto Geisel (1974-1979) no tocante à aproximação com os países do Sul. Os três momentos são identificados pela literatura especializada e mesmo pela imprensa como épocas em que ocorreu expressivo estreitamento nas relações do Brasil com os demais Estados em desenvolvimento. A presente dissertação pretendeu examinar a cooperação entre o Brasil e demais países do Sul nesses três períodos. A ênfase do trabalho recaiu na identificação dos motivos que conduziram o Brasil a intensificar seus laços com países em desenvolvimento, na definição das bases comerciais, políticas e de cooperação técnica que lastrearam esse estreitamento e na exposição das oportunidades e limites impostos pelo quadro internacional e interno a essa política de coordenação com os povos do Sul em cada época analisada. Para tanto, recorreu-se ao estudo teórico e histórico do conceito de cooperação internacional, em geral, e da cooperação Sul-Sul, em particular. Ademais, a fim de distinguir o comportamento internacional do Brasil dos demais países em desenvolvimento, empregou-se o conceito de potência média. Foi utilizado, ainda, o modelo interativo, a fim de incorporar a variável doméstica no estudo da política externa. Finalmente, foram passados em revista os antecedentes de cada política exterior, delimitados o momento interno e o panorama externo em que foram desenvolvidas bem como a inserção e o conceito internacional do país, acompanhados do exame das relações político-diplomáticas, econômicas e de cooperação técnica do Brasil com os países do Sul por intermédio do estudo da bibliografia especializada de Relações Internacionais bem como de discursos e artigos ministeriais e presidenciais e comunicados conjuntos. Concluiu-se que os três períodos se assemelharam por procederem a uma renegociação da dependência do Brasil em relação ao Norte, com base numa nova leitura do perfil internacional do país. A cooperação do Brasil com o Sul decorreu do esforço de universalização que, por sua vez, significou uma maneira de reduzir a concentração da ação externa do país em um ou poucos países desenvolvidos. Essa coordenação foi efetivada por meio da multiplicação de contatos bilaterais, regionais e multilaterais, tendo como objetivo o desenvolvimento econômico do país e projeção política condizente com suas potencialidades, sem prejuízo das relações com o Norte. Supôs-se, todavia, que o quadro sistêmico internacional e os condicionantes internos foram mais permissivos à cooperação entre o Brasil e o Sul na administração do primeiro Governo Lula do que nas administrações de Quadros/Goulart e Geisel, permitindo o maior engajamento numa meta de poder traduzida numa ordem internacional mais equânime e representativa dos interesses dos países em desenvolvimento.</p>
	<p>A cooperação</p>	<p><b><u>Mestrado.</u></b></p>	<p>O presente trabalho trata da Educação em Angola e da Cooperação Internacional Universitária</p>

Paulo César Martinez y Alonso	interuniversitária internacional Brasil-Angola.	Universidade São Marcos - Educação, Administração e Comunicação. [01/04/2004].	celebrada entre o Centro Universitário da Cidade do Rio de Janeiro - UniverCidade e a Fundação Eduardo dos Santos de Angola, mantenedora da Universidade Nova de Angola. Neste acordo de cooperação interuniversitária, a UniverCidade participa ativamente, levando o melhor de sua experiência para o ensino superior daquele país, colaborando para a criação de uma nova instituição de ensino superior em Angola, que guarda tantas semelhanças com o Brasil. A começar pelo próprio idioma falado, o português. A identificação do Brasil com Angola é profunda. Além de ambos os países compartilharem das riquezas do mesmo oceano, o Atlântico, suas histórias, devido a forma de colonização principalmente, são bem parecidas, sem contar a importância e o destaque que Angola tem na participação da cultura Brasileira, seja através de paladares ou de cultos religiosos. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975, durante o Governo Ernesto Geisel. A pesquisa envolve um levantamento histórico das relações Brasil/Angola, a questão da cooperação intelectual entre países na era da globalização, o estudo das políticas públicas e estruturas administrativas das duas instituições envolvidas.
Ricardo Souza da Silva. (Criação de Mato Grosso do Sul nos LD)	Mato Grosso do Sul: labirintos da memória.	<b>Mestrado.</b> Universidade Federal da Grande Dourados – História. [01/11/2006].	A criação do Estado de Mato Grosso do Sul, decidida pelo alto escalão do governo do General Ernesto Geisel, deixou os segmentos dominantes da sociedade local eufóricos e atônitos, pois, mesmo constituindo uma antiga aspiração das elites “sulistas”, há muito tempo a questão andava esquecida. Ao tomarem ciência da possibilidade concreta da divisão, inicialmente procuraram intervir no processo de montagem do novo aparelho de Estado. No momento seguinte, voltaram suas preocupações para a construção de uma memória para a nova unidade da federação. Em pouco tempo essa memória, com forte conteúdo mítico, passou a se impor sobre outras referências, emergindo como fonte de estudo sobre o passado local, como suporte para elaboração de livros didáticos e concursos públicos e como guia para propagandas privada e governamental. O presente trabalho estuda o processo de construção e as características dessa memória, buscando entender a sua lógica e identificar a constituição de suas temáticas, através de uma leitura pontual em trabalhos de alguns de seus principais expoentes: o jornalista J. Barbosa Rodrigues, o professor Hidelbrando Campestrini e o engenheiro Acyr Vaz Guimarães.
Rosilane Ribeiro Maralhas.	O projeto nuclear e a política de potência no governo de Ernesto Geisel.	<b>Mestrado.</b> Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Geografia. [01/04/2007].	Ao assumirem o Estado, os militares tomaram para si a responsabilidade de conduzir o Brasil ao seu “inevitável destino” de grande potência, tendo como princípio que sua extensa base física e sua posição privilegiada na América do Sul, ofereciam totais condições e legitimavam o projeto. Partindo dos pressupostos acima, esta pesquisa se propõe a investigar como foi construída a política de potência no governo Geisel, tendo em vista que foi em sua gestão que se implantou efetivamente as estratégias de projeção da influência política brasileira em relação ao sistema internacional _ sob o auspício do “Pragmatismo Responsável”_ buscando a independência nas

			decisões políticas, esperando convertê-las em progressos econômicos, mas sobretudo, em avanços no cenário mundial. Nesse contexto, o acordo nuclear assinado com a Alemanha Federal representava a culminância de seu projeto de potência, posto que embalava amplas expectativas da parte do governo: resposta eficiente à crise nacional de energia provocada pelo choque do petróleo, acesso à tecnologia de ponta, domínio completo do ciclo do átomo, modernização e dinamização da indústria nacional e, acima de tudo, a posse de um instrumento legítimo de poder que lhe autorizava exigir maior parcela de decisão frente aos grandes temas de interesse mundial.
Sandra Rodrigues Braga	Movimentos Partidos: Geopolítica da “Revolução” Brasileira (1964-1985).	<b>Doutorado.</b> Universidade Federal de Uberlândia – Geografia. [01/09/2008].	O advento do regime burocrático-militar, em 1964, permitiu que a geopolítica – uma nova forma de racionalização e tecnificação do território, discurso e ação do poder – ocupasse posição central na arena política. A otimização do território, com vistas à reprodução ampliada do capital, fez-se graças a um planejamento autoritário, que produziu uma nova divisão socioterritorial do trabalho. A volta dos militares aos quartéis, após 21 anos à frente do Estado brasileiro, todavia, não representou um recuo desse projeto geopolítico. Ao contrário, o que esta tese pretende demonstrar é que o plano distensionista, desencadeado pelo general-presidente Ernesto Geisel, em 1974, teve por objetivo último a manutenção do Grande Projeto, utilizando-se da política trabalhista como um de seus instrumentos. A questão trabalhista tornara-se “delicada” pela contribuição dos trabalhadores (por intermédio do “arrocho” salarial) na conformação do “milagre” brasileiro. Assim, a primeira das três partes deste trabalho – “O longo milagre, seus santos e epifanias” – analisa as políticas econômicas do regime. Tais políticas marcaram-se pela luta contra a inflação e pela ideologia desenvolvimentista, sucedânea do imaginário geopolítico do Brasil Grande (potência): no contraponto do “paraíso” da classe média, a contenção salarial do exército industrial de reserva, até o limite da fome. Nesse contexto, a revolução do generalato começou a enfrentar a oposição de outras imagens da revolução, conforme demonstrado na segunda parte da tese – “Adeus às armas”. Essa parte inaugura-se com uma discussão teórica sobre partidos, sindicatos e o movimento operário, prosseguindo com a análise da situação da classe trabalhadora no Brasil, suas distintas organizações, projetos societários e formas de enfrentamento do regime. O combate do establishment a essas organizações deu-se, essencialmente, no terreno da geopolítica, ou seja, por mecanismos de controle sobre territórios materiais ou simbólicos. Para colocar a casa em ordem, o regime utilizou-se de instrumentos de repressão física (a comunidade da informação) e simbólica (a ocultação da “resistência”) e, opondo-se à concepção maoísta do cerco do campo pela cidade, desencadeou o cerco da cidade pelo campo. Os objetivos essenciais desse boom urbano eram geopolíticos: a integração do arquipelágico território nacional, para não o entregar a Estados e ideologias “exóticas”. As cidades promoveram um novo <i>modus vivendi</i> e demandas,



			<p>exponencialmente ampliadas, de acesso a um padrão superior de consumo. Posto que a autocrítica da luta armada se centrasse no caráter “pequeno-burguês” de suas lideranças, o surgimento de Lula, um operário à frente da poderosa onda grevista do interregno 1978-1980, foi tomado como impulsor de um novo patamar de organização dos trabalhadores, o que, posteriormente, se consubstanciaria no PT e na CUT. Na terceira parte – “Em busca da democracia perdida” – retomase o debate teórico sobre as transições democráticas e as especificidades da brasileira. Finalmente, a política trabalhista de Geisel é revisitada, tal qual sua reação às greves do período. Lula apregoava apenas a maximização da produtividade do trabalho sob o capitalismo, em suma, “o exercício da liberdade com responsabilidade”, defendido por Geisel. Conclui-se que Lula e seu partido revelaram-se poderosos antídotos à “doença incurável” do comunismo, alvo primeiro dos geopolíticos militares brasileiros.</p>
Selma Martins Duarte	<p>ISTO É: os discursos em torno da lenta redemocratização brasileira (1976-1981).</p>	<p><b>Mestrado.</b> Universidade Federal da Grande Dourados – História. [01/04/2007].</p>	<p>Esta dissertação tem por objetivo analisar o discurso da revista Isto É sobre a redemocratização no Brasil. A pesquisa consiste em um estudo das matérias e dos editoriais que abordaram o projeto de distensão do general presidente Ernesto Geisel – projeto que pretendia ser “lento, gradual e seguro”; a sucessão presidencial por João Baptista Figueiredo; a formação dos novos partidos políticos; e a rearticulação e luta dos movimentos sociais no processo de abertura do sistema político. O período estudado foi a primeira fase de Isto É, em que a revista esteve sob a direção de Mino Carta (1976 a 1981). A partir deste trabalho, observou-se que no contexto analisado, Isto É não teve um posicionamento político de esquerda. No entanto, contribuiu na crítica a alguns aspectos da ditadura militar e à própria postura dos militares no protelamento da redemocratização. Também se observa uma opção da linha editorial em, destacar na pauta de Isto É, matérias sobre a rearticulação dos movimentos sociais, bem como a luta pelos Direitos Humanos e anistia política. Dessa forma, observa-se que o processo de abertura política esteve permeado pelas tensões, tanto dentro do governo, na sociedade, quanto entre governo e sociedade.</p>
Semí Cavalcante de Oliveira	<p>Irreverências mil pra noite do Brasil: Imagens do regime militar nas canções engajadas.</p>	<p><b>Mestrado.</b> Universidade Federal do Paraná – História. [01/09/1998].</p>	<p>Em nossa dissertação procuramos evidenciar a inter-relação entre a Música Popular Brasileira e a censura implementada pelo Regime Militar, a partir de algumas canções produzidas por compositores que constantemente estavam na lista proibidora da censura. Dentro do universo das canções produzidas por compositores populares engajados, que tiveram circulação no mercado de bens culturais predominantemente urbano, destacamos a dupla João Bosco e Aldir Blanc. Analisamos o período entre os anos de 1968, quando da decretação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) e 1979, até o processo de abertura introduzido pelo governo do General Ernesto Geisel. O nosso objetivo foi o de enfatizar estas canções como parte de um universo maior, compostas para se contraporem ao Regime Militar. Demonstraremos através das canções selecionadas como alguns</p>

			compositores, e em especial, a dupla João Bosco e Aldir Blanc, com as suas metáforas, seus discursos reticentes e o falar pela negação, burlavam a censura, rompendo desta forma o silêncio imposto pelos militares mantendo conseqüentemente palavra política em circulação. Utilizamos como fonte principal algumas canções produzidas por compositores populares engajados que tiveram circulação no mercado no período selecionado. Utilizamos também a Lei Nº 5.250 de 09/02/1967, o Decreto Lei Nº 1077 de 26/01/1970 e o AI-5 13/12/1968, além de algumas entrevistas em periódicos da época. Partimos do pressuposto sustentando por José Miguel Wisnik de que a M.P.B. é uma rede de "recados" que se articula e busca denunciar determinada realidade e provocar possíveis transformações sociais. Procuramos sistematizar todas as informações sobre as fontes e organizar uma categoria de análise, ou seja, buscar na palavra cantada elementos que nos permitam perceber o grau de resistência pretendido pelos compositores das canções, bem como seu suporte de comunicação. Após análise das canções, concluímos que elas foram significativas naquele momento da história do Brasil, e que foram um dos modos que sutilmente manteve a palavra política em circulação, mantendo acesa uma luz na longa "noite do Brasil".
Vicente Contador	Modelo econômico e projeto de nação-potência: Brasil 1964-1985.	<b>Doutorado.</b> Universidade de São Paulo - História Econômica. [01/11/2007].	A presente tese objetiva fazer uma análise histórico-estrutural do padrão de crescimento econômico do regime autoritário-militar brasileiro (1964-1985), mostrando que, muito mais do que fatores conjunturais externos, como, por exemplo, as crises mundiais do petróleo de 1973 e 1979, a sua natureza, dinâmica e as contradições que lhe eram imanentes foram os principais fatores que impediram o Brasil de vir a se tornar uma potência mundial até o ano 2000, tal como pretendia a cúpula militar. Expõe o eixo sobre o qual giravam os planos econômicos dos governos deste regime, em especial dos presidentes Castelo Branco e Ernesto Geisel, argumentando que os mesmos, consubstanciados em estratégias não autonomistas, porque excessivamente dependentes de tecnologia e de capital industrial-financeiro faraônicos, reduziram o poder de barganha do Estado brasileiro no cenário internacional. Enfoca também os pontos convergentes da economia política com a política externa, mostrando que - pelo fato dos governos militares terem se rendido à idéia de interdependência, crendo, com isso, que a limitação da soberania nacional era "conveniente" para que o Brasil recebesse créditos do Primeiro Mundo, em especial dos EUA -, isso impediu o fortalecimento do Poder Nacional.

**APÊNDICE 2:** Levantamento de dados através dos Guias do LD de 2008, 2011 e 2012.

PNLEM – E.M – 2008.	PNLEM – E.F – 2008.
<p>1) <b>A escrita da História</b> – VU: Renan Garcia Miranda e Flavio de Campos.</p> <p>2) <b>Brasil – História e sociedade</b> – VU: Francisco Maria Pires Teixeira. (</p> <p>3) <b>Ciências Humanas e suas tecnologias – V. 1, 2 e 3:</b> A. Martini, R. S. Del Gaudio, J. B. S. Filho e C. M. J. Anastácia.</p> <p>4) <b>História</b> – VU: Divalte Garcia Figueira.</p> <p>5) <b>História</b> – VU: Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi</p> <p>6) <b>História – Coleção Vitória-Régia</b> – VU: Renato Mocellin.</p> <p>7) <b>História – das cavernas ao terceiro milênio – V. 1, 2 e 3:</b> Patrícia do Carmo R. Braick e Myriam Becho Mot</p> <p>8) <b>História do mundo ocidental</b> – VU: Lizânias de Souza Lima, Yone de Carvalho e Antonio Pedro</p> <p>9) <b>História em Curso – o Brasil e suas relações com o mundo ocidental</b> – VU: Marly da Silva Motta, Dora Guimarães M. Rocha e Américo Oscar G. Freire.</p> <p>10) <b>História Geral e Brasil</b> – VU: José Geraldo Vinci de Moraes</p> <p>11) <b>História Global – Brasil e Geral</b> – VU: Gilberto Vieira Cotrim</p> <p>12) <b>História Moderna e Contemporânea</b> – VU: Maria Helena V. Senise e Alceu L. Pazzinato.</p> <p>13) <b>História – trabalho, cultura e poder – V. 1, 2 e 3:</b> Ediméri S. Vasco, Sergio A. Silva, Adriana de Oliveira e Gabardo Dell’Agostino.</p>	<p>1) <b>Série Link do tempo: História:</b> Denise Mattos Marino e Léo Stampacchio.</p> <p>2) <b>História por eixos temáticos:</b> Antonio Pedro e Lizânias de Souza Lima.</p> <p>3) <b>História Temática:</b> Andréa Rodrigues Dias Montellato, Conceição Aparecida Cabrini e Roberto Catelli Jr.</p> <p>4) <b>Historiar - Fazendo, contando e narrando a História:</b> Dora Schmidt.</p> <p>5) <b>Por dentro da História:</b> Célia Regina Cerqueira Vicentino, Maria Aparecida Cosomano Cotrim e Pedro Santiago.</p> <p>6) <b>História em Projetos:</b> Andréa Paula, Carla Miucci Ferraresi e Conceição de Oliveira.</p> <p>7) <b>Projeto Araribá – História:</b> Editora moderna.</p> <p>8) <b>História: Das cavernas ao terceiro milênio:</b> Myrian Becho Mota e Patrícia Ramos Braick.</p> <p>9) <b>Diálogos com a História:</b> Kátia Corrêia Peixoto Alves e Regina Célia de Moura Gomide Belisário.</p> <p>10) <b>Navegando pela História:</b> Maria Luíza Vaz Silvia Panazzo.</p> <p>11) <b>História: conceitos e procedimentos:</b> Eliete Toledo e Ricardo Dreguer.</p> <p>12) <b>História e vida Integrada:</b> Claudino Piletti e Nelson Piletti.</p> <p>13) <b>História Hoje:</b> Oldimar Pontes Cardoso.</p> <p>14) <b>História em documento: imagem e texto:</b> Joelza Ester Rodrigue.</p>

<p>14) <b>História: Uma abordagem integrada – VU:</b> Eduardo A. B. Ojeda, Nicolina L. Petta e Luciano Emidio Delfini.</p> <p>15) <b>Nova História crítica – VU:</b> Mario Furley Schmidt.</p> <p>16) <b>Nova História integrada – VU:</b> Luiz E. O. Fernandes e João Paulo M. H. Ferreira</p> <p>17) <b>Pelos caminhos da História – V. 1, 2 e 3:</b> Adhemar Martins Marques. (ok)</p> <p>18) <b>Panorama da História – V. 1, 2 e 3:</b> Silvio A. Pêra, Newton N. Jr. e Elaine Senise Barbosa.</p> <p>19) <b>Rumos da História – História Geral e do Brasil – VU:</b> Maria T. D. Moraes e Antonio P. M. Rezende</p>	<p>15) <b>História sociedade e cidadania:</b> Alfredo Boulos Júnior.</p> <p>16) <b>Encontros com a História:</b> Carla Maria Junho Anastásia e Vanise Maria Ribeiro.</p> <p>17) <b>Construindo consciências – História:</b> Leonel Itaussu de Almeida Mello e Luís César Amad Costa.</p> <p>18) <b>Saber e fazer História:</b> Gilberto Cotrim.</p> <p>19) <b>Descobrimo a História:</b> Sônia Maria Mozer e Vera Lúcia Pereira Telles Nunes.</p>
--	---

PNLEM – E.F – 2011.	PNLEM – E.M 2012
<p>1) <b>História:</b> Leonel Itaussu de Almeida Mello e Luis César Amad Costa.</p> <p>2) <b>História das cavernas ao terceiro milênio:</b> Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota.</p> <p>3) <b>História e vida integrada:</b> Nelson Piletti, Claudino Piletti e Thiago Tremonte de Lemos.</p> <p>4) <b>História em documento imagem e texto:</b> Joelza Ester Domingues.</p> <p>5) <b>História em projetos:</b> Carla Miucci Ferraresi, Andrea Paula e Conceição Oliveira.</p> <p>6) <b>História sociedade &amp; cidadania – nova edição:</b> Alfredo Boulos Júnior.</p>	<p>1) <b>História - das cavernas ao terceiro milênio:</b> Patrícia Ramos Braick e Myriam Becho Mota.</p> <p>2) <b>A escrita da história:</b> Flávio de Campos e Regina Claro.</p> <p>3) <b>Conexões com a história:</b> Alexandre Alves e Letícia Fagundes de Oliveira.</p> <p>4) <b>Estudos de história:</b> Helena Guimarães Campos, Mônica Liz Miranda e Ricardo de Moura Faria.</p> <p>5) <b>História: Cultura e Sociedade:</b> Jean Carlos Moreno e Sandro Vieira Gomes.</p>

<p>7) <b>História temática:</b> Conceição Aparecida Cabrini, Roberto Catelli Júnior e Andrea Rodrigues Dias Montellato.</p> <p>8) <b>Navegando pela História – Nova edição:</b> Silvia Panazzo e Maria Luísa Vaz.</p> <p>9) <b>Novo História – conceitos e procedimentos:</b> Ricardo Dreguer e Eliete Toledo.</p> <p>10) <b>Para entender a História:</b> Divalte Garcia Figueira e João Tristan Vargas.</p> <p>11) <b>Para viver juntos – História:</b> Débora Yumi Motooka, Ana Lucia Lana Nemi, Muryatan Barbosa e Anderson Roberti dos Reis.</p> <p>12) <b>Projeto Araribá História:</b> Maria Raquel Apolinário.</p> <p>13) <b>Projeto Radix – História:</b> Cláudio Roberto Vicentino.</p> <p>14) <b>Saber e fazer história – história geral e do Brasil:</b> Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues.</p> <p>15) <b>Tudo é História:</b> Oldimar Pontes Cardoso.</p> <p>16) <b>Vontade de saber história:</b> Marco Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg.</p>	<p>6) <b>História:</b> Georgina dos Santos, Jorge Ferreira, Ronaldo Vainfas e Sheila de Castro Faria.</p> <p>7) <b>História em debate:</b> Renato Mocellin e Rosiane de Camargo.</p> <p>8) <b>História em foco:</b> Divalte Garcia Figueira.</p> <p>9) <b>História em movimento:</b> Gislane Campos Azevedo Seriacopi e Reinaldo Seriacopi.</p> <p>10) <b>História geral e Brasil:</b> José Geraldo Vinci de Moraes.</p> <p>11) <b>História geral e do Brasil:</b> Cláudio Roberto Vicentino e Gianpaolo Franco Dorigo.</p> <p>12) <b>História global – Brasil e geral:</b> Gilberto Cotrim.</p> <p>13) <b>História sempre presente:</b> Antônio Pedro e Lizânias de Souza Lima.</p> <p>14) <b>História texto e contexto:</b> Roberto Catelli Junior.</p> <p>15) <b>Nova história integrada – história para o ensino médio:</b> João Paulo Mesquita Hidalgo Ferreira e Luiz Estevam de Oliveira Fernandes.</p> <p>16) <b>Novo olhar – história:</b> Adriana Machado Dias, Keila Grinberg e Marco Pellegrini.</p> <p>17) <b>Por dentro da história:</b> Célia Cerqueira, Maria Aparecida Pontes e Pedro Santiago.</p> <p>18) <b>Ser protagonista história:</b> Fausto Henrique Gomes Nogueira e Marcos Alexandre Capellari.</p> <p>19) <b>Caminhos do homem:</b> Flávio Berutti.</p>
--	---

**APÊNDICE 3:** Tabela PNLD e PNLEM – 2008 à 2012.

<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Nível de Ensino</b>	<b>Nº de ocorrência</b>	<b>Ano</b>
Renan Garcia Miranda.	A Escrita de História – vol. Único	E.M	01	2008
Francisco Maria Pires Teixeira.	Brasil – História e sociedade – vol. Único	E.M	01	2008
A. Martini.	Ciências Humanas e suas tecnologias – vol. 1,2,3.	E.M	01	2008
R. S. Del Gaudio.	Ciências Humanas e suas tecnologias – vol. 1,2,3.	E.M	01	2008
J. B. S. Filho.	Ciências Humanas e suas tecnologias – vol. 1,2,3.	E.M	01	2008
Yone de Carvalho.	História do mundo ocidental – vol. único.	E.M	01	2008
Marly da Silva Motta.	História em Curso: o Brasil e suas relações com o mundo ocidental – vol. único.	E.M	01	2008
Dora Guimarães M. Rocha.	História em Curso: o Brasil e suas relações com o mundo ocidental – vol. único.	E.M	01	2008
Américo Oscar G. Freire.	História em Curso: o Brasil e suas relações com o mundo ocidental – vol. único.	E.M	01	2008
Maria Helena V. Senise.	História Moderna e Contemporânea – vol. único.	E.M	01	2008
Alceu L. Pazzinato.	História Moderna e Contemporânea – vol. único.	E.M	01	2008

Edimério S. Vasco.	História: trabalho, cultura e poder – vol. 1,2,3.	E.M	01	2008
Sérgio A. Silva.	História: trabalho, cultura e poder – vol. 1,2,3.	E.M	01	2008
Adriana de Oliveira.	História: trabalho, cultura e poder – vol. 1,2,3.	E.M	01	2008
Gabardo Dell’ Agostino.	História: trabalho, cultura e poder – vol. 1,2,3.	E.M	01	2008
Eduardo A. B. Ojeda.	História: Uma abordagem integrada.	E.M	01	2008
Nicolina L. Petta.	História: Uma abordagem integrada.	E.M	01	2008
Luciano Emidio Delfini.	História: Uma abordagem integrada.	E.M	01	2008
Mario Furley Schmidt.	Nova História Crítica – vol. único.	E.M	01	2008
Adhemar Martins Marques.	Pelos caminhos da História – vol. 1,2,3.	E.M	01	2008
Silvio A. Pêra.	Panorama da História – vol.1,2,3.	E.M	01	2008
Newton N. Jr.	Panorama da História – vol.1,2,3.	E.M	01	2008
Elaine Senise Barbosa.	Panorama da História – vol.1,2,3.	E.M	01	2008
Maria T. D. Moraes.	Rumos da História: História geral e do Brasil – vol. único.	E.M	01	2008
Antonio P. M. Rezende.	Rumos da História: História geral e do Brasil – vol. único.	E.M	01	2008
Denise Mattos Marino.	Série Link do tempo: História.	E.F	01	2008
Léo Stampacchio.	Série Link do tempo: História.	E.F	01	2008
Dora Schmidt.	Historiar: Fazendo, contando e narrando a História.	E.F	01	2008
Maria Aparecida Cosomano Cotrim.	Por dentro da História.	E.F	01	2008

Editora Moderna.	Projeto: Araribá: História.	E.F	01	2008
Kátia Correia Peixoto Alves.	Diálogos com a História.	E.F	01	2008
Regina Célia de Moura Gomide Belisário.	Diálogos com a História.	E.F	01	2008
Vanise Maria Ribeiro.	Encontros com a História.	E.F	01	2008
Sônia Maria Mozer.	Descobrimo a História.	E.F	01	2008
Vera Lúcia Pereira Telles Nunes.	Descobrimo a História.	E.F	01	2008
Thiago Tremote de Lemos.	História e vida Integrada.	E.F	01	2011
Jaime Rodrigues.	Saber e fazer História: história geral e do Brasil.	E.F	01	2011
João Tristan Vargas.	Para entender a História.	E.F	01	2011
Débora Yumi Motooka.	Para viver juntos: História.	E.F	01	2011
Ana Lucia Lana Nemi.	Para viver juntos: História.	E.F	01	2011
Muryatan Barbosa.	Para viver juntos: História.	E.F	01	2011
Anderson Roberti dos Reis.	Para viver juntos: História.	E.F	01	2011
Maria Raquel Apolinário.	Projeto Araribá: História.	E.F	01	2011
Regina Claro.	A escrita da História.	E.M	01	2012
Alexandre Alves.	Conexões com a História.	E.M	01	2012
Letícia Fagundes de Oliveira.	Conexões com a História.	E.M	01	2012
Helena Guimarães Campos.	Estudos de História.	E.M	01	2012
Mônica Liz Miranda.	Estudos de História.	E.M	01	2012
Ricardo de Moura Faria.	Estudos de História.	E.M	01	2012
Jean Carlos Moreno.	História: Cultura e Sociedade.	E.M	01	2012



Sandro Vieira Gomes	História: Cultura e Sociedade.	E.M	01	2012
Georgina dos Santos.	História.	E.M	01	2012
Jorge Ferreira.	História.	E.M	01	2012
Ronaldo Vainfas.	História.	E.M	01	2012
Sheila de Castro Faria.	História.	E.M	01	2012
Rosiane de Camargo.	História em debate.	E.M	01	2012
Gianpaolo Franco Dórico.	História geral e do Brasil.	E.M	01	2012
Fausto Henrique Gomes Nogueira.	Ser protagonista: História.	E.M	01	2012
Marcos Alexandre Capellari.	Ser protagonista: História.	E.M	01	2012
Flávio Berutti.	Caminhos do Homem.	E.M	01	2012
Flávio de Campos.	A escrita da História – vol. único.	E.M – E.F	02	2008 – 2012
Carla Maria Junho Anastácia.	Ciências Humanas e suas tecnologias – vol. 1,2,3 – Encontros com a História.	E.M – E.F	02	2008 – 2008
Gislane Campos Azevedo Seriacopi	História – vol. único. – História em Movimento.	E.M – E.M	02	2008 – 2012
Reinaldo Seriacopi	História – vol. único. – História em Movimento.	E.M – E.M	02	2008 – 2012
Renato Mocellin	Coleção Vitória – Régia – vol. único. – História em debate.	E.M – E.M	02	2008 – 2012
José Geraldo Vinci de Moraes.	História geral e do Brasil – vol. único. – História geral e do Brasil – vol. único.	E.M – E.M	02	2008 – 2012
Conceição Aparecida Cabrini	História temática. – História Temática.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Andréa Rodrigues Dias Montellato.	História temática. – História Temática.	E.F – E.F	02	2008 – 2011

Célia Regina Cerqueira Vicentino.	Por dentro da História. – Por dentro da História.	E.F – E.M	02	2008 – 2012
Pedro Santiago.	Por dentro da História. – Por dentro da História.	E.F – E.M	02	2008 – 2012
Andréa Paula.	História em Projetos. – História em Projetos.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Carla Muicci Ferraresi.	História em Projetos. – História em Projetos.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Conceição Oliveira.	História em Projetos. – História em Projetos.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Maria Luiza Vaz.	Navegando Pela História. – Navegando pela História: nova edição.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Silvia Panazzo.	Navegando Pela História. – Navegando pela História: nova edição.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Eliete Toledo.	História: Conceitos e procedimentos. – novo História: conceitos e procedimentos.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Ricardo Dreguer.	História: Conceitos e procedimentos. – novo História: conceitos e procedimentos.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Claudino Piletti.	História e vida integrada. – História e vida integrada.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Nelson Piletti.	História e vida integrada. – História e vida integrada.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Oldimar Pontes Cardoso.	História hoje. – Tudo é História.	E.F – E.M	02	2008 – 2012
Joelza Ester Rodrigue.	História em documento: imagem e texto. – História em documento: imagem e texto.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Alfredo Boulos Júnior	História: sociedade e cidadania. – História: sociedade e cidadania.	E.F – E.F	02	2008 – 2011

Luiz E. O. Fernandes.	Nova História integrada – vol. único. – Nova História integrada: história para o EM.	E.F – E.M	02	2008 – 2012
João Paulo M. H. Ferreira.	Nova História integrada – vol. único. – Nova História integrada: história para o EM.	E.F – E.M	02	2008 – 2012
Leonel Itaussu de Almeida Mello.	História. – Construindo consciências: história.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Luís César Amad Costa.	História. – Construindo consciências: história.	E.F – E.F	02	2008 – 2011
Cláudio Roberto Vicentino.	Projeto Radix. – História geral e do Brasil.	E.F – E.M	02	2011 – 2012
Adriana Machado Dias.	Vontade de saber história. – Novo olhar: História.	E.F – E.M	02	2011 – 2012
Keila Grinberg.	Vontade de saber história. – Novo olhar: História.	E.F – E.M	02	2011 – 2012
Marco Pellegrini.	Vontade de saber história. – Novo olhar: História.	E.F – E.M	02	2011 – 2012
Divalte Garcia Figueira.	História. – Para entender História – História em foco.	E.M – E.M – E.F	03	2008 – 2011 – 2012
Lizânias de Souza Lima.	História do mundo ocidental. – História por eixos temáticos. História sempre presente.	E.M – E.F – E.M	03	2008 – 2008 – 2012
Antonio Pedro	História do mundo ocidental. – História por eixos temáticos. História sempre presente.	E.M – E.F – E.M	03	2008 – 2008 – 2012
Roberto Catelli Junior.	História temática. – História temática. – História: texto e contexto.	E.F – E.F – E.M	03	2008 – 2011 – 2012
Patrícia do Carmo Ramos Braick.	História: das cavernas ao terceiro milênio. (o	E.M – E.F – E.F –	04	2008 (02) –

	mesmo título nas quatro ocorrências).	E.M		2011 – 2012
Myriam Becho Mota.	História: das cavernas ao terceiro milênio. (o mesmo título nas quatro ocorrências).	E.M – E.F – E.F – E.M	04	2008 (02) – 2011 – 2012
Gilberto Vieira Cotrim.	História global: Brasil e geral. – Saber e fazer história. – Saber e fazer História: geral e do Brasil. – História global: Brasil e geral.	E.M – E.F – E.F – E.M	04	2008 (02) – 2011 – 2012

**APÊNDICE 4:** Cronograma de atividades

Cronograma de Atividades	Período 05/2011 a 04/2013																									
	2011								2012												2013					
	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A		
Participação em disciplinas/atividades obrigatórias	x	x	x	x	x	x	x	X		X	x	X	X	x												
Reunião com a orientadora para direcionamento sobre o plano de trabalho proposto		x				x	x	X		X	x	X	X	x	x	x	x	x	x	x		x	x	x		
Escrita de artigos científicos para serem submetidos a revistas acadêmico-científicas nacionais	x	x	x	x	x	x	x																			
Levantamento inicial de fontes documentais		x	x		x	x	x	X																		
Continuação do trabalho de levantamento de fontes documentais									x	X	x	X	X	x												
Levantamento e estudo de bibliografia sobre o objeto de estudo "Ernesto Geisel"					x	x	x																			
Levantamento e estudo de para o aporte teórico					x	x	x	X	x	X	x															
Elaboração do problema e esboço do projeto			x	x	x																					

Levantamento de dados no Banco CAPES e nos Guias do LD.																x	x	x	x	x	x						
Escrita do texto de qualificação					x	x	X	x	X	x																	
Defesa do Projeto de Dissertação (qualificação)	para 27 de Setembro de 2012																										
Escrita do Relatório final sob a forma de dissertação																x	x	x	x	x	X	x	x	x	X	x	x
Defesa da dissertação	A defesa da dissertação, conforme o calendário está previsto para 22 de maio de 2013																										
Participação em eventos					x	x	x		X	x	X	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x